

THIAGO HENRIQUE VALÉRIO PEREIRA

**UMA PEQUENA CIDADE, UMA GRANDE RELAÇÃO:
PIRAJU (SP) E A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ**

GUARAPUAVA

2013

THIAGO HENRIQUE VALÉRIO PEREIRA

**UMA PEQUENA CIDADE, UMA GRANDE RELAÇÃO:
PIRAJU (SP) E A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

Orientadora: Profa. Dra. Karla Rosário Brumes

GUARAPUAVA

2013

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da UNICENTRO, Campus Guarapuava

P436p Pereira, Thiago Henrique Valério
Uma pequena cidade, uma grande relação: Piraju (SP) e a importância do café / Thiago Henrique Valério Pereira. -- Guarapuava, 2013
xii, 180 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2013

Orientadora: Karla Rosário Brumes
Banca examinadora: Angela Maria Endlich, Cecilia Hauresko

Bibliografia

1. Geografia. 2. Café. 3. Pequenas cidades. 4. Identidade. 5. Geografia histórica. 6. Piraju (SP). I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDD 338.17373



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

THIAGO HENRIQUE VALÉRIO PEREIRA

UMA PEQUENA CIDADE, UMA GRANDE RELAÇÃO:

PIRAJU (SP) E A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ

Dissertação **APROVADA** em 15/03/2013 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Karla Rosário Brumes – presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof.^a. Dr.^a. Cecília Hauresko,
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof.^a. Dr.^a. Angela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Thiago Henrique Valério Pereira

Guarapuava (PR), 15 de março de 2013.

*Para Ivo e Rosemeire, meu herói e minha heroína, meus pais, que sempre me apoiaram na
busca dos meus sonhos e objetivos.*

AGRADECIMENTOS

Foram inúmeras as pessoas que contribuíram da sua forma para a realização deste trabalho. E aqui deixo o meu reconhecimento e gratidão com todos os que cooperaram e fizeram parte dessa caminhada.

A **Deus** por me acompanhar a cada passo, pela proteção e responsável pela minha existência.

Aos meus pais **Ivo Sebastião Pereira** e **Rosemeire Alves Valério Pereira**, pelo apoio, carinho, admiração, educação, dedicação e motivação, a eles eu agradeço por tudo! A minha querida irmã **Gabriela Valério Pereira**, pela amizade e paciência de me acompanhar nos últimos momentos que antecederam a finalização dessa pesquisa. Aos meus avós **Lazinho** e **Lina**, **Júlia** e **José** (*in memoriam*) que acompanharam de perto todas as fases que vivi. Aos membros da família **Valério** e **Pereira** que sempre estiveram na torcida.

À minha companheira em todos os momentos em Guarapuava, namorada e amiga **Andreia Dugaich Gomes**, foram inúmeras ocasiões das quais ela contribuiu com essa pesquisa, das discussões acerca do trabalho, nas leituras e correções, sou totalmente grato pelo apoio e companhia nesses 2 anos de mestrado. Aos seus pais **Neno** e **Margarete** pela força e estímulo.

À minha orientadora **Karla Rosário Brumes**, por ter acreditado em um *Outside*, pela responsabilidade, dedicação, competência, pelas reflexões conjuntas e pela amizade que construímos ao longo do mestrado.

Aos professores da Universidade Estadual de Maringá, que contribuíram com a minha formação inicial em Geografia, Prof. **Márcio M. Rocha**, Prof. **Elpídio Serra**, Profa. **Maria Terezinha Serafim Gomes** e Profa. **Angela M. Endlich**.

À professora **Cecilia Hauresko** que contribuiu e muito nas reflexões desse trabalho, desde as discussões iniciais, tendo participado em todos os estágios, posso afirmar que as suas contribuições foram ótimas para o progresso dessa pesquisa. Ao professor **Pierre Alves Costa**, amigo e companheiro das leituras sobre Geografia econômica, pela sua participação na qualificação, saiba que as suas considerações foram de grande valia, a nós espero que essa parceria e amizade se prolongue após o mestrado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Profa. **Márcia da Silva**, Prof. **Edivaldo Thomaz**, Prof. **Lisandro Schimidt**, Prof. **Aparecido Andrade**,

Prof. **Leandro Vestena**, Prof. **Roberto França**, Prof. **Sérgio Fajardo**, que lecionaram nas disciplinas pelas quais deram sustentação teórica a essa pesquisa, outros pelas conversas nos corredores que tiravam as dúvidas momentâneas que surgiam.

Aos amigos do mestrado em Geografia, companheiros das alegrias e angústias, **João Morimtsu, Daniel, Diego, Mário, Danny, Michele e Alessandra**. Ao **Gustavo Peretto “Pirk”** amigo do tempo da graduação em Geografia em Maringá, que após uma conversa nossa, acreditou e hoje é companheiro de mestrado, sucesso em sua pesquisa.

As amigadas que construí em Guarapuava, **Jean, Ana, Vítinho, Elodir, Vivia, Heleninha, Mogui, Mariana e Felipe**, obrigado por tudo e pelos momentos dos quais passei na companhia de vocês.

Aos amigos de Maringá que deixaram saudades, tais como: **Pinguim, Biriba, Tarzan, Hugo, Cica, Nico, Vanessa, Pedro, Larissa, Barretos, Rafael, Leandro, Felipe, Victor, Arthur, Murilo e Fernando**.

Aos meus tios **Marcelo e Leonice** pela hospedagem e apoio nos momentos que fui a São Paulo para participar de eventos ou pesquisar materiais que contribuíssem no andamento da pesquisa.

Ao doutorando e amigo **Paulo Jurado da Silva**, pela companhia na UNESP – Presidente Prudente, pelos debates e contribuições no tema das pequenas cidades. Ao Prof. **Eliseu Sposito**, pela conversa e indicações de referenciais bibliográficos.

As pessoas de Piraju que cooperaram com essa pesquisa, como **Maria Cristina Sechler de Almeida** do Acervo Municipal, **Paulo Henrique da Silva “Viggu”** ex- diretor executivo de Cultura, **Paulo Mattosinho** da Casa da Agricultura e o prof. **José Luiz Cerveira** da UFPR, pirajuense e entusiasta com a pesquisa. Aos entrevistados que trouxeram contribuições e compartilharam suas histórias.

Ao colega **Mateus**, professor e estudante de Letras – Português/Inglês que colaborou com a revisão de língua portuguesa. À **Rita de Cássia** licenciada em Geografia pela UNESP de Ourinhos que me auxiliou com algumas fotografias.

Aos amigos de Piraju, verdadeiros irmãos, **Gustavo, Alexandre “DDD”, Marcelo Dourado, Forfy, Germano, Salim, Marcão, João Renato e Vinícius**.

À **CAPES** pelo apoio financeiro concedido e fomentado essa pesquisa.

À **UNICENTRO**, instituição que me abriu as suas portas para o meu crescimento intelectual.

Aos que acreditaram e me incentivaram na realização desse sonho, obrigado.

Flor do Cafezal*Meu cafezal em flor, quanta flor meu cafezal**Ai menina, meu amor**Minha flor do cafezal**Ai menina, meu amor,**Branca flor do cafezal**Era florada lindo véu de branca renda**Se estendeu sobre a fazenda**Qual um manto nupcial**E de mãos dadas fomos juntos pela estrada**Toda branca e perfumada**Pela flor do cafezal**Meu cafezal em flor, quanta flor meu cafezal**Ai menina, meu amor**Minha flor do cafezal**Ai menina, meu amor,**Branca flor do cafezal**Passa-se a noite, vem um sol ardente e bruto**Morre a flor e nasce um fruto**No lugar de cada flor**Passa-se o tempo em que a vida é toda encanto**Morre o amor e nasce o pranto**Fruto amargo de uma dor**Meu cafezal em flor, quanta flor meu cafezal**Ai menina, meu amor**Minha flor do cafezal**Ai menina, meu amor,**Branca flor do cafezal.**(Luiz Carlos Paraná)*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
1.1 Procedimentos da pesquisa: método e metodologia	21
1.2 O Delineamento da Obra	23
2. PEQUENAS CIDADES UMA ESCALA DE ANÁLISE	27
2.1 Pequenas cidades: evolução nos estudos	28
2.2 Pressupostos teóricos sobre os estudos das pequenas cidades.....	31
2.3 Parâmetros para definir o que é uma pequena cidade	40
2.3.1 O tamanho populacional	42
2.3.2 Atividade Econômica	46
2.3.3 Relação rural e urbana.....	47
3. PIRAJU: CONSTITUIÇÃO E PERMANÊNCIA DOS PERÍODOS DO CAFÉ....	51
3.1 Piraju (SP): compreendendo uma pequena cidade.....	52
3.2 Período 1: a chegada do ramal Sorocabana à queda da bolsa de valores 1908-1929.....	58
3.2.1 O ramal Sorocabana: técnica e modernização	59
3.2.2 O bonde elétrico e as transformações eletrificadas.....	64
3.2.3 Piraju: a política nos tempos da política do café-com-leite.....	75
3.2.4 A produção de café e a crise de 1929.....	82
3.3 Período 2: das crises à geada negra - 1930-1975	93
3.3.1 O ápice da produção de café na Alta Sorocabana e o fim desse modelo	94
3.3.2 A crise da política do café.....	99
3.3.3 Da crise das técnicas: bonde elétrico e ferrovia em Piraju	101
3.3.4 As estratégias para a retomada da lavoura cafeeira	104
3.3.5 O fim de mais um período, a geada de 1975.....	109
3.4 Período 3: novas estratégias para a reinserção do café - 1975- 2010.....	111
3.4.1 Das novas estratégias de produção do café.....	111
3.4.2 Novas crises na economia cafeeira.....	114
3.4.3 Novas estratégias dos agentes públicos e privados	116
4. PIRAJU: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE A PARTIR DO CAFÉ ...	123
4.1 Vivência, experiência e as relações sociais em Piraju	124

4.2 Café, uma identidade de Piraju?	137
4.3 Café, uma especialização de Piraju	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICES	174

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As cidades pequenas na compreensão geográfica: uma proposição.....	39
Figura 2 – Piraju: Área utilizada por pastagem no perímetro urbano.	56
Figura 3 - Piraju: cafeeiros no espaço urbano	56
Figura 4 - Piraju: Inauguração do Ramal da Sorocabana, 1908.	61
Figura 5 - Piraju: Inauguração do Ramal da Sorocabana com a presença do Governador Jorge Tibiriçá, 1908.....	62
Figura 6 - Piraju: Ponte sobre o rio Paranapanema construído pela <i>Iron Company</i> , s/d.....	68
Figura 7 - Piraju: inauguração do bonde elétrico – <i>Tramway</i> , 1915.	69
Figura 8 - O percurso do “ <i>Tramway</i> ” elétrico no município de Piraju-SP, 1915-1937.	70
Figura 9 - Piraju: Bonde elétrico no transporte de pessoas, sem data.	72
Figura 10 - Piraju: Bonde elétrico usado no escoamento de safras agrícolas, sem data.	73
Figura 11 - Linha do bonde elétrico de Piraju e ramal Sorocabana interligados.	74
Figura 12 - Visita do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt em 1913....	79
Figura 13 - Piraju Hotel, 2012.	80
Figura 14 - São Paulo: cultura do café e vias férreas às vésperas da crise de 1929, no estado de São Paulo.	85
Figura 15 – São Paulo: esquema da ocupação cronológica do café.	88
Figura 16 - Piraju: Antiga estação ferroviária abandonada, 1984.	103
Figura 17 - Piraju: antigo prédio da Cooperativa dos Cafeicultores, 2012.	105
Figura 18 - Cartaz de divulgação da 1ª Feira do Café de Piraju de 1968.	107
Figura 19 – Piraju: Festa do Café, comemorada na Praça da Brasilinha, 1969.	108
Figura 20 - Recinto da FECAPI, inaugurado em 1980.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Alta Sorocabana: produção de café entre 1920 e 1936	95
Gráfico 2 - Alta Sorocabana: População entre 1920 e 1936.....	97
Gráfico 3 – Piraju: tipos de vínculos empregatícios (2000-2010).....	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - População no censo de 2010 no estado de São Paulo	53
Mapa 2 - Localização do município de Piraju.....	55

Mapa 3 - Distribuição geográfica de área cultivada e numero de produtores, 2007/2008 de café.....	151
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cidade: critérios e definição em alguns países, 2007.....	36
Quadro 2 - As metrópoles brasileiras segundo o REGIC (2007).	43
Quadro 3 - As capitais regionais Brasil, 2007.....	43
Quadro 4 - Os centros sub-regionais Brasil, 2007.....	44
Quadro 5 - Os centros sub-regionais Brasil, 2007.....	44
Quadro 6 – Piraju: principais destinos dos migrantes.	127
Quadro 7 – Piraju: elementos de identidade.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- São Paulo: produção de café e população (1920).....	86
Tabela 2 – Piraju: exportação dos produtos agrícolas em 1920 e faturamento em réis	90
Tabela 3 – Piraju: população em 1924	91
Tabela 4 – São Paulo: produção de café e população em 1935.....	94
Tabela 5 – Piraju: produção de café entre 1990-1999	116
Tabela 6 – Piraju: produção de café entre 2000-2010	119
Tabela 7 – Piraju: população (1960-2010)	126

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros.

ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

CIAGRO – Centro de Informações Agropecuárias.

CONSAD - Consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local.

DER - Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo.

EFS – Estrada de Ferro Sorocabana

FAIPI - Feira Agropecuária e Industrial de Piraju.

FECAPI - Feira do Café de Piraju.

GARCAFÉ - Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça

IAC - Instituto Agrônomo de Campinas.
IBC - Instituto Brasileiro do Café.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.
IMP - Informações dos Municípios Paulistas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
PDS - Partido Democrático Social.
PFL - Partido da Frente Liberal.
PP – Partido Progressista.
PPGG - Programa de Pós-Graduação em Geografia.
PROCED - Associação dos produtores de café descascado de Piraju e região.
PRP - Partido Republicano Paulista.
REGIC - Região de Influência das Cidades.
SAA - Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.
SEAA/G - Setor de Ciências Agrárias e Ambientais/Guarapuava.
SEADE - Fundação Estadual de Análise de Dados.
SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática.
UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.
UEL - Universidade Estadual de Londrina.
UEM - Universidade Estadual de Maringá.
UESB - Universidade Estadual do sudoeste da Bahia.
UFAM – Universidade Federal do Amazonas.
UFBA - Universidade Federal da Bahia.
UFG - Universidade Federal de Goiás.
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
UFU – Universidade Federal de Uberlândia.
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste.

RESUMO

A cafeicultura foi um importante elemento econômico para o Brasil e para o estado de São Paulo, principalmente no final do século XIX e início do século XX. Com isso permitiu o surgimento e o alastramento de técnicas como as ferrovias e o nascimento de pequenos núcleos, o que depois se consolidaram como cidades. Nesse contexto, surgiu o município de Piraju no interior paulista, o nosso recorte espacial. A economia cafeeira foi a sua principal atividade, possibilitou a chegada do ramal Sorocabana, em 1908, e a participação de políticos locais na vida pública paulista. Posterior a essa fase e após as crises, como a de 1929, que desestabilizou essa economia, Piraju ainda deu continuidade nessas lavouras. O café criou um vínculo com essa pequena cidade, pois até os dias atuais é uma atividade exercida em Piraju, hoje, com novas técnicas de manejo e de mercado, o que levou a ter um amplo destaque com premiações em nível nacional e internacional. Adotamos o método regressivo-progressivo de Lefebvre para entendermos a diacronia e a sincronia no tempo/espço da relação café e Piraju, comparar os fenômenos do passado e do presente, do mesmo modo que um possa dar resposta ao outro. Sobretudo, concluímos que o município criou uma identidade com a cafeicultura, tendo interferências na cultura, na política e na economia.

Palavras-chave: Café. Pequenas cidades. Identidade. Geografia histórica. Piraju.

ABSTRACT

The coffee was an important economic element to Brazil and to the state of São Paulo, especially in the late nineteenth and early twentieth century. With this enabled the emergence and spread of techniques such as railways, and the appearance of small nuclei, what later became consolidated as cities. In this context, emerged the municipality of Piraju in the São Paulo State, our spatial snip. The coffee economy was their main activity, possible extension of the arrival Sorocabana, in 1908 and the involvement of local politicians in public life in São Paulo. After this phase and after crises ace, as the of 1929, that destabilized the economy, Piraju still continued in these crops. The coffee has created a bond with this small cities, because currently is an activity performed in Piraju, now with new management techniques and of market, which led to having a broad highlighted with awards at national and international levels. We adopt the method regressive-progressive of Lefebvre to understand the diachronic and synchronic time / space relationship of coffee and Piraju, compare the phenomena of the past and present, just as one may respond to another. Withal, we conclude that the district created an identity with coffee, having interference in the culture, in politics and the economy.

Key words: Coffee. Small Cities. Identity. Historical geography. Piraju.



INTRODUÇÃO

A motivação para a pesquisa e seu delineamento se deu em virtude da minha proximidade com as pequenas cidades, vindo de família de pequenos produtores rurais (neto de cafeicultores). Sucessivamente presenciei histórias do apogeu do café, narrativas que se fazem presentes na mente e deste modo contribuem para a elaboração desta pesquisa.

Com o ingresso na graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) tivemos a satisfação de conhecer e conviver com os professores Ângela Maria Endlich¹, e Márcio Mendes Rocha² organizadores do I Simpósio de Pequenas cidades e desenvolvimento local em 2008, evento que fomentou o interesse pela temática sobre pequenas cidades. Adiciona-se também a nossa participação no CONSAD³, projeto de extensão sobre desenvolvimento local e segurança alimentar sob orientação do prof. Márcio Mendes Rocha.

Por meio da disciplina de Geografia Agrária que atentamente retratava os processos agrários no Brasil, principalmente da economia cafeeira em São Paulo e posteriormente no norte do Paraná, surgiram inquietações referentes ao café, assim, buscou-se desde então compreender o porquê da existência das lavouras cafeeiras no município de Piraju - SP e nos municípios circunvizinhos, sendo que o declínio dessa economia já havia entrado em crise anterior a do norte do Paraná.

A participação no projeto de extensão Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local possibilitou a nossa proximidade com pequenas cidades paranaenses, tais como: Cidade Gaúcha, Japurá, Tapejara e entre outras. Esses municípios tinham uma relação forte com a agricultura e também uma dependência dessas atividades. Com essa experiência adquirida entre os anos de 2009 e 2010, anos dos quais fiz parte do projeto.

O ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste aliado às experiências adquiridas no tempo da graduação possibilitou pensarmos a pequena cidade de Piraju e a sua relação com a cafeicultura.

¹ ENDLICH, A. M. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá.

² ROCHA, M. M. Pós- Doutor pela UNESP-Rio Claro e Universidad Complutense de Madrid (2005). Atualmente é Prof. Associado da Universidade Estadual de Maringá, Coordenador do NEMO (Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização).

³ CONSAD: Consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local, este projeto tem como objetivo fazer um diagnóstico e mobilização nos municípios da microrregião CONSAD enteiros no noroeste do Paraná, região que comporta 33 municípios.

Portanto, o trabalho é desenvolvido em cima dessa reflexão Piraju e café e as suas relações tempo/espaço além dos reflexos dessa atividade cafeeira no município de Piraju, dessa forma, escolhemos uma escala municipal como recorte empírico, porém sem deixar de lado os arranjos espaciais e escalares, tanto quanto nacional e internacional, pois não a entenderemos por si só, mas por meio das suas relações.

Primeiramente, o que influenciou na escolha da temática a existência de poucos estudos relacionados à identidade e às condições de vida nas pequenas cidades. Esperamos que os resultados da pesquisa contribuam para o debate sobre elas e ofereçam elementos que favoreçam a compreensão de suas especificidades, tendo como base as características que as identificam.

Em segundo lugar, mesmo acontecendo diversos debates e pesquisas na Geografia Urbana, percebe-se que a discussão está centrada nas metrópoles e cidades médias. Nos dias atuais na pesquisa sobre pequenas cidades é de suma importância identificar as singularidades do local, como a “identidade” que influencia tanto a cultura, a economia e a política. De modo que possa assim contribuir para o esforço e desenvolvimento de estudos sobre as pequenas cidades.

Por fim, somam-se a estes dois fatores a falta de trabalhos científicos, que possam contribuir para a análise da microrregião de Ourinhos, partindo do principal produto econômico dessas pequenas cidades: o café, que há muito tempo vem sendo substituído por outras culturas agrícolas, porém, é ainda cultivado nas lavouras dessa região; fator peculiar que faz ser um objeto investigativo é um produto agrícola que ganha identidade nesta pequena cidade.

Não deixa de ser relevante comentar que as pequenas cidades são um recorte empírico/teórico e que têm sua dimensão específica, pois estão envolvidas em uma totalidade em que se inserem a sociedade e o mundo e, por extensão, as cidades e o fato urbano. Apesar da dimensão espacial específica, a cidade pequena possui ainda uma totalidade particular que a anima e a movimenta no processo de produção capitalista, na formação socioespacial e no desenvolvimento desigual e combinado, a que se referiu em vários trabalhos Trotsky⁴ *apud* Jurado da Silva (2011).

A discussão sobre pequenas cidades é algo que neste momento vem sendo debatida em vários trabalhos com diversas temáticas: reprodução social e produção de

⁴ ver TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Tradução de E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967. v. 1.

moradias, Bernardelli (2004); papéis e significados das pequenas cidades, Endlich (2006); relações e especificidades sócio-políticas, Bacelar (2008); migração, memória e território, Medeiros de Melo (2008); planos diretores em pequenas cidades, Soares (2008) segregação socioespacial, Roma (2008); estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia, Fresca (2001) pequenas cidades e indústria, Jurado da Silva (2011).

O tema é, logo, um grande desafio, pois inspira várias dificuldades. Isso, porque há um horizonte bastante largo para ser explorado na construção conceitual dessa expressão real do fato urbano. Os caminhos são os mais variados possíveis, mas as proposições metodológicas para o estudo desses núcleos urbanos já começam a surgir, como demonstrado no trabalho de Melo (2008). A autora apresenta alguns caminhos que possam ser trilhados no estudo das pequenas cidades, tais como: A dimensão demográfica; a localização e acessibilidade; o recorte territorial municipal; a formação socioespacial; a dinâmica populacional; as relações com o entorno rural e inter-urbanas; a economia urbana e; a organização do espaço urbano, equipamentos e infraestrutura e patrimônio ambiental.

Para Jurado da Silva (2011) há, nesse universo, pequenas cidades muito distintas entre si e que apresentam particularidades e singularidades que devem ser estudadas com prudência. Isso para que não se venha proferir generalizações e simplificações propondo uma regra universal e categórica para a definição desses centros.

O *locus* da pesquisa, o município de Piraju no Estado de São Paulo, que apresenta algumas singularidades distintas de outros municípios paulistas, a escolha se deu em virtude de ter nascido, morado e vivenciado as suas particularidades, principalmente pelo fato da cidade ter se desenvolvida ao longo da sua história, por meio de um produto agrícola, o café. Este impulsionou o crescimento em seu passado, mas tal produto ainda se faz presente em sua economia, na política e na cultura de Piraju.

A nossa problemática de pesquisa é entender a relação café e Piraju, o porquê da continuidade de um produto econômico que já passou por diversas crises; e como uma cidade importante no início do século XX, com um potencial imenso de crescimento econômico, depois de mais de 100 anos, vive ainda sobre a economia cafeeira da época e que levou a ser uma pequena cidade.

Deste modo, partimos da hipótese que a pequena cidade de Piraju criou uma identidade com o referido produto agrícola, não só ela como também os municípios circunvizinhos, pois, as lavouras cafeeiras estão presentes até os dias atuais. Para isso, apontamos uma série de técnicas e fatores que possibilitaram essa identificação.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender e analisar as relações nas pequenas cidades, tomando como objeto de estudo a cidade de Piraju-SP e a sua identidade com a cultura do café. A análise será desenvolvida com base no método regressivo-progressivo de Lefebvre, para compreender a sincronia e a diacronia, presentes no tempo e espaço da cidade de Piraju.

Os objetivos específicos são:

- Refletir sobre o conceito de pequena cidade e a sua implicação na Geografia para o entendimento do contexto urbano atual, posto que há poucos estudos aprofundados relacionados a este assunto;
- Entender Piraju a partir do cultivo do café, e sua relação na economia, cultura e política local;
- Identificar as estratégias espaciais dos agentes privados e públicos no que diz respeito ao processo de retomada das lavouras cafeeiras.

Para uma melhor análise o recorte temporal versa por três períodos:

O primeiro de 1908 até 1929 que compreendeu as relações campo-cidade estabelecidas, ou seja, quais os objetos, técnicas e ações ligadas ao café que deram identidade a Piraju como, a chegada do ramal da Estrada de Ferro Sorocabana, a construção do bonde elétrico e o fortalecimento do poder político. No segundo período de 1930 até 1975, analisamos como a produção de café se comportou após a crise de 1929, os períodos de novas crises e a retomada na produção de café. Por fim, no período de 1976 até 2010, discorreremos sobre o surgimento dos novos objetos, novas estruturas, novas técnicas de produção e novos interesses.



1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Procedimentos da pesquisa: método e metodologia

A investigação utilizou-se do método regressivo-progressivo de Lefebvre que visa compreender a gênese do presente, partindo sempre do atual em direção ao passado, não apenas para explicar o passado, mas, sobretudo, para esclarecer os processos em curso no presente que apontam para o futuro. O método regressivo-progressivo de Lefebvre é de grande importância para estudar o urbano, ou a ruralidade urbana, isto apontada no passado. Procedimento de fundamental importância para entender o universo empírico, o que foi verdadeiro “novo” no passado, se faz “velho” no presente. É perceber mudanças nas atividades sociais do passado-presente e do presente-passado, buscando interpretá-la.

Ortigoza (2010) comenta que para a utilização é preciso apresentar o método lefebvriano, que prevê três momentos de investigação: o descritivo, momento analítico-regressivo e o histórico genético. O primeiro momento: descritivo, se dá pela observação do objeto de estudo, com as diversas técnicas que possibilitam ajudar na descrição, porém, nessa fase “[...] cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê.” (MARTINS, 1996, p. 21). Neste sentido, não se trata de uma análise simples dos fatos, pois esta nos levaria a uma análise parcial dos fenômenos.

O segundo momento, o analítico-regressivo, que prevê a análise da realidade descrita, sem fechá-la totalmente, ou seja, deverão ser consideradas as contradições e as possibilidades, “[...] a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente.” (MARTINS, 1996, p. 21). Cada relação social tem a sua data, cada elemento material e espiritual tem também a sua data.

O terceiro momento do método o histórico-genético, também conhecido como regressiva-progressiva, reencontramos o presente já descrito e retomando as modificações que a estrutura nos apresenta. Trata-se do momento em que buscamos a gênese das formações dessas estruturas, apontando um marco geral de transformação sem perder o processo do conjunto.

“Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais.” (MARTINS, 1996, p. 22). Na fase final desse método, deve-se expor uma análise geral das modificações apontadas, sob a luz da teoria da reprodução das relações de produção, portanto, nesse momento é importante retomar o marco de mudança

já identificado reencontrando o presente. Segundo Duarte (2006) o procedimento se encaixa quando realizamos leituras do passado, mas, não apenas para voltar à história e sim para entender a complexidade do presente. A dialetização do método, perseguida por Lefebvre, impõe a consideração de duas dimensões temporais entrelaçadas: a dimensão horizontal ou sincrônica, que permite estudar a inserção do objeto de estudo no contexto de sua época, e a dimensão vertical ou diacrônica, que estuda a coexistência de processos históricos diferentemente datados.

Neste sentido, o conhecimento deve ser submetido a um movimento de duplo sentido: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do terminado, ao movimento que determina aquela conclusão e que anuncia e faz surgir algo novo) (LEFEBVRE, 2008). Delineando isso, podemos compreender como o tradicional e o moderno se fazem presentes em Piraju.

É necessário realizar uma leitura tempo espacial e temporal, “espacial, porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da prática e da história” (LEFEBVRE, 2008, p. 18). Esse esquema apresenta um aspecto histórico, um recorte do tempo até certo ponto abstrato e arbitrário, dando lugar a operações (periodizações) entre outras, não implicando em nenhum privilégio absoluto, mas numa igual necessidade (relativa) em relação a outros recortes (LEFEBVRE, 2008).

Sendo assim Frehse (2001, p.182) comenta que:

Tendo-se em mente a reflexão lefebvriana sobre o tempo histórico, é possível afirmar inclusive que é essa originalidade que dá a tônica da urbanização paulistana de fins do Império – aliás, também a da urbanização brasileira de (e desde) então? O desencontro de tempos que caracteriza o processo de transformações urbanas está na cabeça de tantos que a implementam e vivenciam, que fazem a sua História.

É por meio da concepção lefebvriana de buscar no tempo histórico que a pesquisa foi trabalhada, buscando a tônica da sua gênese urbana, ou seja, quais elementos e fatores fundamentaram o urbano de Piraju.

A metodologia a princípio utilizou procedimentos que nos permitiram entrevistar os sujeitos como políticos locais, cafeicultores, grandes e pequenos proprietários, agentes privados, agentes públicos, trabalhadores rurais, entre outros que somaram no desenvolvimento científico e técnico do trabalho.

Para a elaboração das entrevistas, decidimos optar pelas semi-estruturadas, na qual combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema apontado. Para isso, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. Deste modo, as entrevistas foram pré-elaboradas com perguntas chave. “Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

Também levantamos dados junto aos seguintes órgãos: Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER e Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo - IGC que foram úteis para obtenção de dados populacionais e de estradas para a concepção do município. Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, buscou-se dados dos censos agropecuários e da Região de Influência das Cidades - REGIC para melhor compreensão da rede urbana e assunto relacionados a este e também o Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA, para aquisição de dados relativos à produção de café. Na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE serão fundamentais as Informações dos Municípios Paulistas - IMP, a partir delas extraímos informações da agricultura e geramos mapas.

Nos jornais locais de Piraju: Folha de Piraju, Observador, O comércio; buscamos textos e notícias dos períodos estabelecidos que pudessem revelar informações. Outro local bastante utilizado para a pesquisa foi o acervo municipal de Piraju. Nele pesquisamos fotografias, documentos e arquivos que retratavam fatos, acontecimentos, que marcaram o passado do município e que revelavam a sua história.

As revisões bibliográficas, principalmente aquelas que tratam dos conceitos base na pesquisa, são fundamentais. O trabalho traz reflexões sobre as pequenas cidades; sobre economia cafeeira e o conceito de identidade.

1.2 O Delineamento da Obra

Neste trabalho a discussão esteve centrada nos estudos da Geografia Urbana, da Geografia Econômica e da Geografia Agrária, por discutirmos temas como o das pequenas

cidades e café⁵ que encontramos nessas áreas da Geografia. Porém, como discutimos toda a historicidade da relação café e Piraju a pesquisa também perpassou leituras da Geografia Histórica, pois analisamos tempo e espaço em sua dimensão histórica.

Destacamos a importância da Geografia Histórica para a compreensão do local a ser trabalhado, pois com essas concepções conseguimos apontar quais foram os processos históricos determinantes para a materialização de Piraju e a sua conectividade com a economia cafeeira ao longo da história.

A Geografia e a História são disciplinas que caminham conjuntamente, La Blache (1982) e Ratzel (1990), autores clássicos, deixam claro a importância da conectividade entre as duas ciências. Ratzel (1990), mesmo atribuindo à História o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo e à Geografia as condições de fato do território, afirma não ser possível esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda História possui seu teatro. Para ele o espaço, não pode ser atribuído somente como um teatro. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único que a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39).

Para Vidal de La Blache (1982, p. 46) “a História e a Geografia são companheiras antigas que há muito tempo caminham juntas e que como acontece com os velhos conhecimentos, perderam o hábito de discernir as diferenças que as separam”. Esse arranjo passa a ser mais bem compreendido, quando o mesmo autor comenta que a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens e tanto que ela se interessa pelos acontecimentos da História à medida que esclarecem, nas regiões onde eles se produzem.

A Geografia de certa forma caminhou com a História, principalmente por meio da Geografia Histórica, um ramo que visa à reconstrução de paisagens culturais do passado, principalmente na cidade, no qual aborda a construção da geografia e paisagens de outros períodos históricos (CAPEL, 2009). Segundo Carlos (2009, p. 57) “essa dimensão histórica é fundamental para a compreensão na natureza da cidade”. A autora comenta que a cidade é algo que vai se constituindo dentro de um processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos de modo que possa ser mais didático ao leitor compreender os temas discutidos ao longo do texto.

⁵ Aqui nos referimos à atividade econômica e as lavouras cafeeiras, pensamos na totalidade.

No primeiro capítulo as considerações teórico-metodológicas na qual destacamos a utilização do método regressivo-progressivo nessa pesquisa.

O segundo capítulo “Pequenas cidades uma escala de análise” apresenta um esforço bibliográfico para apontar de maneira geral os estudos das pequenas cidades que foram realizados anteriormente; a preocupação da conceituação de pequena cidade na Geografia e, quais os fatores a ser utilizados que possam expressar melhor o conceito, analisando diversos trabalhos que na atualidade subsidiam essas reflexões. Neste capítulo apresentamos Piraju - SP e os motivos pelos quais a consideramos uma pequena cidade, e o primeiro momento do método lefebviano, o descritivo, no qual observamos o nosso objeto de estudo, identificando e delineando, o que se vê esta descrição está apoiado, sobretudo em uma teoria crítica da vida cotidiana.

No terceiro capítulo “A economia cafeeira e a relação com Piraju-SP”, tivemos primeiramente o cuidado em subdividi-lo em três fases. Entre 1908 a 1929, apresentamos o apogeu da economia cafeeira paulista, a inserção das técnicas de transporte o poder político na época e a crise de 1929 que levou diversas zonas de produção de café à falência. Posteriormente na temporalidade entre 1930 a 1975, período de diversas crises, apresentamos o declínio do transporte ferroviário, a conjuntura política, a crise do café e a retomada das lavouras cafeeiras em Piraju e sucessivamente em 1975, se encerra esse período com a crise econômica ocorrida pela geada de 1975 que destruiu os cafezais. Por fim, o período entre 1976 até 2010, compreende a continuidade da produção de café com novas técnicas e objetos, que vão trazer nova característica a economia cafeeira de Piraju. Esse exercício de datar as fases é o segundo momento do método lefebviano, analítico-regressivo, no qual analisamos a realidade descrita e nos esforçamos para datar cada fase.

No quarto capítulo desenvolvido, pois este combina uma análise entre café e Piraju, numa visão regressiva-progressiva, terceira fase do método, no qual demonstramos a gênese de formação dessas estruturas, apresentando as transformações no processo. Segundo Lefebvre (1978) *apud* Ortigoza (2010, p. 162) “é imprescindível nesse método considerar a interação das estruturas, a influência das estruturas recentes sobre as estruturas antigas subordinadas ou integradas às primeiras.” Sendo assim, nesse capítulo analisamos a vivência e experiências dos moradores de Piraju com a relação à cafeicultura, apontamos as características das identidades produzidas em Piraju, por meio dos relatos apontados nas entrevistas realizadas e as discussões apresentadas sobre os temas: pequena cidade, café e

Piraju, o que permitiu denominar o papel de Piraju como uma especialização produtiva, ou seja, um polo cafeeiro.



2. PEQUENAS CIDADES UMA ESCALA DE ANÁLISE

Quanto mais pequeno o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do mais pequeno.
(SANTOS, 1977, p. 3)

2.1 Pequenas cidades: evolução nos estudos

A investigação sobre pequenas cidades é uma temática que vem sendo examinada pelos geógrafos, uma vez que a predominância dos debates sobre o urbano se dá prioritariamente a respeito de metrópoles e cidades médias.

Existem trabalhos inaugurais sobre a temática como os de Azevedo (1957), Davidovich; Geiger, (1961), Keller (1969), Alegre (1970), Juanico (1977); Santos (1982) e Silva (1988). Nesta primeira fase ⁶ podemos destacar alguns autores que não necessariamente discutiam as pequenas cidades, entretanto seus trabalhos expressavam e davam suporte para o início de discussões sobre essa temática. Nesses estudos inaugurais sobre pequenas cidades⁷ a ênfase não busca uma definição e sim discutir o urbano e suas adjacências.

Inaugurando a fase temos o estudo realizado por Azevedo (1957) foi uma das primeiras obras na Geografia que retrataram as pequenas cidades, no qual o autor usa o patamar demográfico para classificar as cidades. Segundo Azevedo (1957)⁸, no Brasil na década de 1950 existiam nada menos do que 1890 cidades, entretanto nem todos os 1890 centros urbanos deveriam ser considerados cidades, pois para o uso desse termo a grande maioria não apresentava as características culturais e sociais, a estrutura e as características demográficas de uma cidade, embora estas fossem nomeadas como a sede do município não passavam a grande maioria de vilas. O autor utilizou como limite mínimo para a conceituação das cidades a população urbana de 10.000 hab. Deste modo, no Brasil na década de 1950 existiriam apenas 204 aglomerados urbanos que mereciam a denominação.

⁶ Essa fase é caracterizada pelo surgimento dos trabalhos sobre as pequenas cidades, um objeto até então “novo” na Geografia.

⁷ Segundo Melo (2008, p. 437) “A inserção da temática pequena cidade, no meio acadêmico, não é em si, efetivamente, recente. Tratando sobre questões relacionadas às pequenas cidades, ainda que em meio a um conjunto de análises amplas, podem ser citados os estudos de Harris (1956), Azevedo (1957), Geiger (1963), Alegre (1970), Juanico (1977), Silva (1978), Santos (1979, 1993, 2004), Singer (1990), Faissol (1994), entre outros”.

⁸ Este trabalho foi publicado novamente em 1994 pela revista Terra Livre - AGB.

Geiger e Davidovich (1961) procuraram apresentar as diferenciações urbanas no Brasil e alertam sobre o problema da definição oficial de cidade no Brasil. Já Keller (1968, p. 308) descreveu a organização do espaço do território brasileiro da seguinte forma:

Organizou-se nesse espaço do território brasileiro, que tem São Paulo como cabeça, uma rede urbana estruturada com localidades centrais de quatro escalões hierárquicos: a metrópole, os centros de segunda ordem, (centros regionais), os centros de terceira ordem (centros sub-regionais) e os centros locais de quarta ordem.

A autora apresenta a noção de rede de hierarquia entre as cidades brasileiras, no qual essa organização espacial é medida em escalas na rede urbana, como a metrópole, os centros regionais, os centros sub-regionais e finalmente os centros locais.

Alegre (1970) traz uma das obras pioneiras na utilização do método cartográfico na representação do fato urbano no Brasil. O autor demonstra por meio de tabelas, gráficos e mapas que o fato urbano no Brasil se expressa, necessariamente, nas regiões onde uma economia agroexportadora se desenvolveu por meio do trabalho de escravos e imigrantes, que produziram parte das condições que levaram o país a avançar na industrialização. Destaca a mensuração e o quantitativo para classificar as cidades paulistas em uma rede, utilizando de técnicas cartográficas para a análise do urbano no Brasil.

Juanico (1977) realça o papel do desenvolvimento de uma rede de pequenas cidades economicamente viáveis que funcionem como centros menores de crescimento, a fim de neutralizar a tendência comum nos países de terceiro mundo de concentrar poucos recursos nas pequenas cidades em função do crescimento dos grandes centros urbanos.

Os trabalhos apresentados pode-se dizer foram pioneiros sobre o tema pequenas cidades. Dado a essa iniciativa surgiram outros pesquisadores que deram continuidade nas discussões sobre essa temática, pois havia a necessidade principalmente em entender o papel dela na rede urbana, como também, classificar o que é pequena cidade, e não apenas se pautar no tamanho populacional ou qualquer outro dado que justifique a sua existência apenas regulamentando-se com base estatística, era necessário uma reflexão com análise crítica das ações e dos processos das pequenas localidades.

O trabalho de Santos (1982) pode ser considerado um daqueles que fazem parte destas reflexões. O autor designa a expressão cidades locais e a escolha da nomenclatura ocorre por diversos motivos, pois segundo ele quando denominamos cidade pequena a

noção de volume é o que vem logo a cabeça. Já Silva (1988)⁹ apresenta em sua obra um capítulo que propõe uma técnica de pesquisa no estudo de pequenas cidades. Segundo o autor o planejamento em pequenas cidades também é necessário uma vez que estão em crescimento, portanto, “daí a importância do estudo de sua expansão nas últimas décadas, da identificação de suas funções e dos fatores locais e micro-regionais de desenvolvimento” (SILVA, 1988, p. 100).

A segunda fase¹⁰ de contribuições segundo Jurado da Silva (2011), se desenvolve a partir de pesquisadores vindos das pequenas cidades com interesse em contribuir com os estudos locais. Neste sentido, podemos citar trabalhos, tais como a pesquisa de migrações, Sposito (1982) na qual dissertou sobre esse processo nas cidades pequenas de Pirapozinho e Álvares Machado; Santos (1989) em que discutiu as cidades locais na região de Campinas; e Fresca (1990) que aborda a rede urbana do oeste paulista com enfoque nas cidades pequenas de Inúbia Paulista e Oswaldo Cruz.

Outro motivo segundo Jurado da Silva (2011) é a ampliação dos cursos de pós-graduação em Geografia pelo interior do Brasil e que apresentam características diferentes daqueles encontrados nos grandes centros urbanos. Neste sentido, podemos citar os trabalhos que vêm sendo desenvolvido nos programas de pós-graduação em Geografia como os da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente (UNESP). Também podem ser destacadas as pesquisas da Universidade Estadual de Maringá que em 2008, sediou o evento “I Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local”; a Universidade Estadual de Londrina (UEL), que sediou o segundo evento em 2010 “II Simpósio sobre pequenas cidades”.

No estado da Bahia, as discussões são lideradas por diversas universidades, o primeiro evento “I Simpósio sobre cidades médias e pequenas da Bahia” foi realizado em Salvador e promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2011 a segunda edição foi realizada pela Universidade Estadual do sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista e por fim, em 2012 foi executada a terceira edição na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E existem ainda outros trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do

⁹ Publicado em 1978 e a segunda edição lançada em 1988.

¹⁰ Essa fase é apontada pela ampliação das análises sobre o tema.

Amazonas (UFAM), Universidade Estadual Paulista campus de Rio Claro (UNESP), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

A terceira fase¹¹ se caracteriza pela pluralidade nas discussões sobre pequenas cidades, o avanço que tem acontecido nas abordagens sobre esse tema, porém, em uma escala dos estudos em Geografia urbana as grandes quantidades de trabalhos ainda vão concentrar nos estudos das metrópoles e das cidades médias. Inúmeros trabalhos sobre pequenas cidades podem ser apontados: reprodução social e produção de moradias, Bernadelli (2004), os papéis e significados das pequenas cidades, Endlich (2006); globalização, Damiani (2006); relações e especificidades sócio-políticas, Bacelar (2008,); migração, memória e território, Medeiros de Melo (2008); planos diretores em municípios de pequeno porte, Soares (2008); segregação socioespacial, Roma (2008); a centralidade do comércio, Assis; Araújo (2009); a reprodução contraditória do rural nas pequenas cidades, Fabrini (2009); pequenas cidades e indústria, Jurado da Silva (2011); insegurança urbana em pequenas cidades, Fernandes (2012); o comércio na pequena cidade, Pereira e Brumes (2012).

2.2 Pressupostos teóricos sobre os estudos das pequenas cidades

Na busca de uma compreensão sobre a temática, usamos os trabalhos de Côrrea (1999), Fresca (2001), Endlich (2006) que utilizam a nomenclatura “pequenas cidades”, Capel (2009) que usa “*pequeñas ciudades*”, e por fim Bell e Jayne (2009) “*small cities*”, pois compartilhamos da ideia que “a palavra pequena é um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área - no sentido mensurável - ocupada por uma cidade.” (FRESCA, 2010, p. 76). Adotamos o termo pequena cidade outrora também chamada por nós de pequenas cidades, sem que traga prejuízos conceituais, pois tratamos do mesmo objeto.

Santos (1982) afirma que muitos autores utilizam a denominação cidades pequenas como é conhecida nas literaturas especializadas, porém, ele preferiu utilizar o termo cidades locais por diversos motivos.

¹¹ Ampliação dos estudos e nos temas que envolvem pequenas cidades. É realizado por múltiplos pesquisadores nas mais diversas instituições pelo Brasil.

Quando se fala de cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema. (SANTOS, 1982, p. 69-70).

Para o autor esse tipo de definição das cidades poderia levar-nos muito longe, ou seja, essa discussão é extensa. Sorre (*apud* SANTOS, 1982) afirma que existe uma cidade quando há coalescência¹² de funções em uma aglomeração, deste modo, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social. Se essa complexidade mínima não estiver presente, poderíamos falar da existência de verdadeiras pseudocidades e cidades de subsistências, Santos (1982).

As pseudocidades seriam aquelas dependentes de atividades de produção primária e também de atividades não primárias, por atividades secundárias e terciárias, por exemplo, cidades industriais, cidades religiosas, universitárias, balneárias, serranas e etc. em geral seriam aquelas dependentes de uma única atividade. Santos (1982) afirma ainda que existem outras pseudocidades ligadas na zona de influência das grandes cidades, essas poderiam até fazer parte de parques industriais ou são cidades-dormitório. Em tese, são pequenas aglomerações que não atingiram um patamar de complexidade mínimo das atividades urbanas. Deste modo, “a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço” (SANTOS, 1982, p. 71). A cidade local é considerada o escalão de menor complexidade na urbanização brasileira, Santos (1982).

Fresca (2010) demonstra a diversidade entre os dois termos, que na falta de reflexões passa a ser utilizado em diversas bibliografias como um sendo sinônimo do outro, sem ao menos identificar a diferença entre ambos no contexto da urbanização brasileira. A autora aponta que os centros locais seriam as localidades de mais baixo nível hierárquico e que esse termo foi difundido a partir dos estudos da rede urbana e tendo na teoria das localidades centrais o seu referencial, portanto, as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito frequente; e estas seriam os chamados centros locais.

¹² Fusão por crescimento, ou junção em um só corpo, forma ou grupo, de partes que estavam separadas. Disponível em: <<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?q=coalesc%Eancia+&group=0&t=10>>. Acesso em: 26 de jun. 2012.

Essas considerações permitem entender a dimensão mínima, entretanto, segundo Fresca (2010, p. 77):

[...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas.

A expressão “pequena cidade” é usada para entender aquelas cidades que não são centros locais. Segundo Fresca (2001 e 2010) neste nível podemos encontrar cidades com limites mínimos de complexidade e até aquelas com funções urbanas mais complexas, propõe que para caracterizar que uma cidade sendo pequena, é necessário entender a sua inserção na rede urbana ou região. Portanto, precisa-se do “[...] entendimento do contexto sócio-econômico de sua inserção como eixo norteador de sua caracterização como forma de evitar equívocos, e igualar cidades com populações similares, que em essência são distintas” (FRESCA, 2001, p. 28).

Buscando uma solução para a compreensão das pequenas cidades do Estado de Goiás, Olanda (2008) propôs com base em alguns estudos, e comentou que no Brasil existem recortes que consideram até 50 mil habitantes como pequenas cidades, entretanto, esse resultado não condiz com a realidade, sendo necessário entender as singularidades regionais, no qual o autor realiza. Como essa realidade não se enquadra no estado de Goiás, onde se desenvolveu essa pesquisa, a proposta por meio das condicionantes para Goiás é que o patamar é de no máximo 20 mil habitantes para considerar como pequena cidade.

Contudo, no caso do Brasil, a cidade é definida por um critério administrativo na versão oficial. A sede municipal tem a categoria de cidade e dá nome ao município¹³, conforme o Decreto-Lei número 311 de 2 de março de 1938, que transforma em cidade todas as sedes municipais. Que em seus artigos 11 e 12 estão determinadas 200 moradias para a sede municipal e 30 para os distritos. Segundo Veiga (2001), transformaram sedes

¹³ Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, observada a continuidade territorial, a unidade histórica-cultural do ambiente urbano e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Essas transformações dependem de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito. Regem-se por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado onde se situam, e podem criar organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual (IBGE, 2005). Os critérios para a criação de municípios foram aprovados na Constituição Federal de 1988 e Lei complementar número 15, de 1996. Sobre o município no Brasil, ver Pinto (2003).

municipais em cidades independentes de suas características estruturais e funcionais, desta forma, da noite para o dia; compreende-se que povoados e vilarejos tornaram-se cidades.

No trabalho “Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de Geografia Urbana retrospectiva” Azevedo (1957), questiona a urbanização das “vilas” e diz que é um erro afirmar que os 1.890 municípios existentes na época no Brasil de acordo com o censo de 1950, seriam consideradas verdadeiras cidades, pois segundo o autor a grande maioria dos centros urbanos na época não apresentavam características culturais e sociais, a estrutura, as características demográficas e as funções que pudessem ser classificados. Neste contexto para revelar qual patamar era mais compatível para tal realidade, Azevedo (1957) propõe um limite mínimo para a conceituação das cidades, a população de 10.000 mil habitantes, com essa hipótese no período no qual foi realizado o estudo existiria 204 aglomerados urbanos que mereceria tal designação proposta pelo autor, que revela que é algo no ponto de vista da Geografia.

Ainda referente a essa discussão, Davidovich e Geiger (1961, p. 263) comentam os problemas da definição legal de cidades no Brasil.

Esta generalização mascara, naturalmente, grandes contrastes: aí estão englobadas as sedes de extensos municípios da Amazônia, dotadas de população ínfima e centros importantes, como São Gonçalo e Nilópolis, cujos respectivos municípios possuem áreas reduzidas. Por outro lado, nem sempre a elevação de uma vila à categoria de cidade implica no seu desenvolvimento efetivo – muitas vezes é resultado de injunções políticas e financeiras. No entanto algumas vilas apresentam população superior à de certas cidades: em 1950, São Gonçalo possuía 20 000 habitantes aproximadamente e a vila de Neves acima de 50 000 habitantes.

Portanto, há grandes contrastes nas cidades brasileiras, como exemplo, as regiões no Nordeste, Norte e Centro-Oeste possuem alguns municípios com populações ínfimas e com uma economia restrita e empobrecida esses “[...] municípios e as cidades surgem, em alguns casos, para salvaguardar os interesses políticos e eleitorais de certas elites locais do que propriamente pelo horizonte de sua real significação e importância social” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 48).

Não só no Brasil, mais em diversos países é utilizado com grande frequência um patamar mínimo populacional para definir a cidade. O quadro 5 apresenta as definições e os critérios utilizados pelos países ou organizações para o sentido do que seria a cidade sobre cada ótica.

País/ Organizações	Tipo de critério	Cidade
Argentina	Tamanho demográfico	Localidade com 2.000 hab. ou mais
Brasil	Político-administrativo	Sede de município
Canadá¹⁴	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
Chile	Tamanho demográfico ou tamanho demográfico mais ocupação da PEA	" <i>Entidad urbana</i> " com mais de 2.000 habitantes ou 1.001 a 2.000 habitantes e 50% ou mais da PEA ocupada em atividades secundárias ou terciárias
Dinamarca	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 250 hab. ou mais
Espanha	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 10.000 hab. ou mais
Estados Unidos¹⁵	Tamanho demográfico (variável entre os estados)	Town - entre 500 e 2.500 habitantes (mínimo) City - entre 3.000 e 5.000 habitantes (mínimo)
França	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 2000 habitantes
Islândia	Tamanho demográfico	Comunidade urbana com 300 hab. ou mais
Itália	Funcional	Deve conter áreas residenciais, industriais e comerciais, bem como desenvolver funções administrativas que envolvem uma área geográfica mais ampla, servindo de referência a municípios (<i>comuni</i>) vizinhos
OCDE	Densidade populacional	Densidade populacional de 150 habitantes por km ²
ONU	Tamanho demográfico	Área urbanizada com mais de 20.000 habitantes
Paraguai	Político-administrativo	Sede de município
Portugal¹⁶	Número de eleitores e	Aglomerado populacional contínuo, com um

¹⁴ Com exceção da Província de Quebec.

¹⁵ Elevação do estatuto de *town* para *city* não é obrigatória em muitos dos estados dos Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos muitas comunidades urbanas, de apenas 250 a 500 habitantes, são categorizadas como cidades. O principal motivo é que, durante a expansão americana rumo ao Oeste, ao Oceano Pacífico, no século XIX, os fundadores de novas comunidades urbanas nestas áreas escassamente povoadas, decidiram nomear essas comunidades como "cidade" (ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007).

¹⁶ "Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitetônica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados" (Art.º 14 da Lei n. 11 de 1982). O estatuto de cidade, em Portugal, não tem valor administrativo. Embora a maior parte das cidades portuguesas sejam sedes de município, há cidades que não o são, e mais de metade dos municípios portugueses têm, como sede, vilas. Apesar disso, o

	equipamentos urbanos	número de eleitores superior a 8.000, possuindo pelo menos, metade dos seguintes equipamentos coletivos: i) instalações hospitalares com serviço de permanência; ii) farmácias; iii) corporação de bombeiros; iv) casa de espetáculos e centro cultural; v) museu e biblioteca; vii) instalações de hotelaria; viii) estabelecimentos de ensino preparatório e secundário; ix) estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários; x) transportes públicos, urbanos e suburbanos; xi) parques ou jardins públicos
--	----------------------	--

Quadro 1 - Cidade: critérios e definição em alguns países, 2007.

Fonte: ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA, 2007. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL, 2007. INDEC/ARGENTINA, 2007.

Org.: MELO, (2008, p. 441).

Adaptado: PEREIRA, 2012.

Como é possível visualizar, as definições e critérios estabelecidos por cidades e organizações são distintas, para estes resultados o tamanho demográfico foi uma característica utilizada por países como: Dinamarca, França, Espanha, Estados Unidos e Canadá; compreensão na qual engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição, ao modo determinista de analisar que reduz a cidade a uma expressão numérica, e não leva em conta a diversidade regional e diversos recortes espaciais que poderiam ser empregados (JURADO DA SILVA, 2011).

A heterogeneidade das classificações expostas serve para refletirmos sobre as pequenas cidades, dotada de formas e definições diferentes que vão estabelecer critérios tão diversificados em torno das análises. Entretanto, a interpretação do que é pequena cidade deve dotar-se de critérios que possam entender a diversidade regional, a sua inserção na rede urbana, as atividades econômicas e uma série de recortes analíticos que vão dar suporte a tentativa de solucionar esse conceito. (FRESCA, 2010); (JURADO DA SILVA, 2011).

Paulatinamente, as pequenas cidades brasileiras tornaram-se diferentes entre si, sendo este resultado das transformações “[...] esta desigual combinação ocorreu e ocorre de modo diacrônico e espacialmente diferenciado e não sincronicamente em toda a parte.” (CORRÊA, 2011, p. 10). O autor propõe que o enquadramento de todas as pequenas cidades em um único tipo geral, portanto, procurou construir os tipos ideais que contemplassem unidades e diversidades. Neste esforço teórico de pensar as pequenas

idades da atualidade, o autor comenta que essa tipologia proposta pode ocorrer de forma pura ou combinada, ou seja, ela pode apresentar características B ou C, mais sem grandes implicações, pois se ocorressem essas combinações explicitamente ela deixaria de ser uma pequena cidade, deste modo aumentaria seu tamanho populacional e sua atividade presente.

Para Corrêa (2011, p. 10-12):

Cinco tipos ideais são propostos: os lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força-de-trabalho, centros que vivem de recursos externos e subúrbios-dormitório. a) Os lugares centrais constituem o primeiro tipo. Na hierarquia urbana brasileira constituem centros locais, menos freqüentemente centros de zona. Localizam-se sobretudo nas áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas, sobretudo no Centro-Sul do país. Situam-se na confluência do agrário moderno com o urbano, do qual o pequeno lugar central é parte integrante. [...] Trata-se, conforme sugerido por Milton Santos, da “cidade do campo”, lugar central de uma hinterlândia agrária moderna, capitalista. Este lugar central deve ser considerado como parte integrante do Complexo Agro-Industrial, reflexo, meio e condição deste quadro geográfico. b) Os centros especializados constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular (centro têxtil, de confecções, celulose e papel, de mineração, de peregrinação, etc.). As outras atividades econômicas que desempenham são mais dependentes da atividade específica e da população a ela diretamente vinculada do que as atividades e população de sua reduzida hinterlândia. [...] c) Os reservatórios de força-de-trabalho ocorrem tanto em áreas de povoamento recente, como a Amazônia oriental, constituindo-se em locais de concentração de “peões”, como em áreas integradas ao complexo agroindustrial como, por exemplo, o Oeste paulista. A concentração da propriedade da terra é característica fundamental em ambos os casos, mas no primeiro são núcleos recentes, enquanto no segundo caso núcleos refuncionalizados. [...] d) Os centros que vivem de recursos externos constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, nas quais o processo migratório é notável. Com hinterlândias esvaziadas econômica e demograficamente e sem condições de desenvolver atividades especializadas, esses centros vivem de recursos externos, a saber: minguadas sobras de recursos monetários enviados aos familiares por aqueles que emigraram, aposentadorias e pensões pagas pelo FUNRURAL e recursos do governo federal por intermédio do Fundo de Participação que é distribuído a todos os municípios. [...] e) Os subúrbios-dormitório constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão. Neste tipo estão excluídos aqueles subúrbios-dormitório que foram criados por meio de loteamentos periféricos e que, mais tarde, tornaram-se, sucessivamente vilas e sedes municipais.

Corrêa (2011, p. 10) propõe os tipos de ideais de pequenas cidades, das quais ele comentou que são: os lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força de trabalho, centros que vivem de recursos externos e subúrbios-dormitório.

É plausível que levemos em consideração fatores como a inserção geográfica dessa pequena cidade e a contribuição histórica do local, quais elementos possibilitaram a

transformação urbana e em qual período temporal. Jurado da Silva (2011) realizou uma reflexão cuidadosa que visa expor o sentido de processo na conjuntura da formação socioespacial, aliada aos marcos da urbanização da sociedade. Para o autor a pequena cidade é marca de uma escala da dimensão de cidade na divisão territorial do trabalho e da transformação do espaço em relação dialética e contínua com a luta de classes, inserindo-se no processo reticular da desigualdade geográfica do espaço, figura 1.

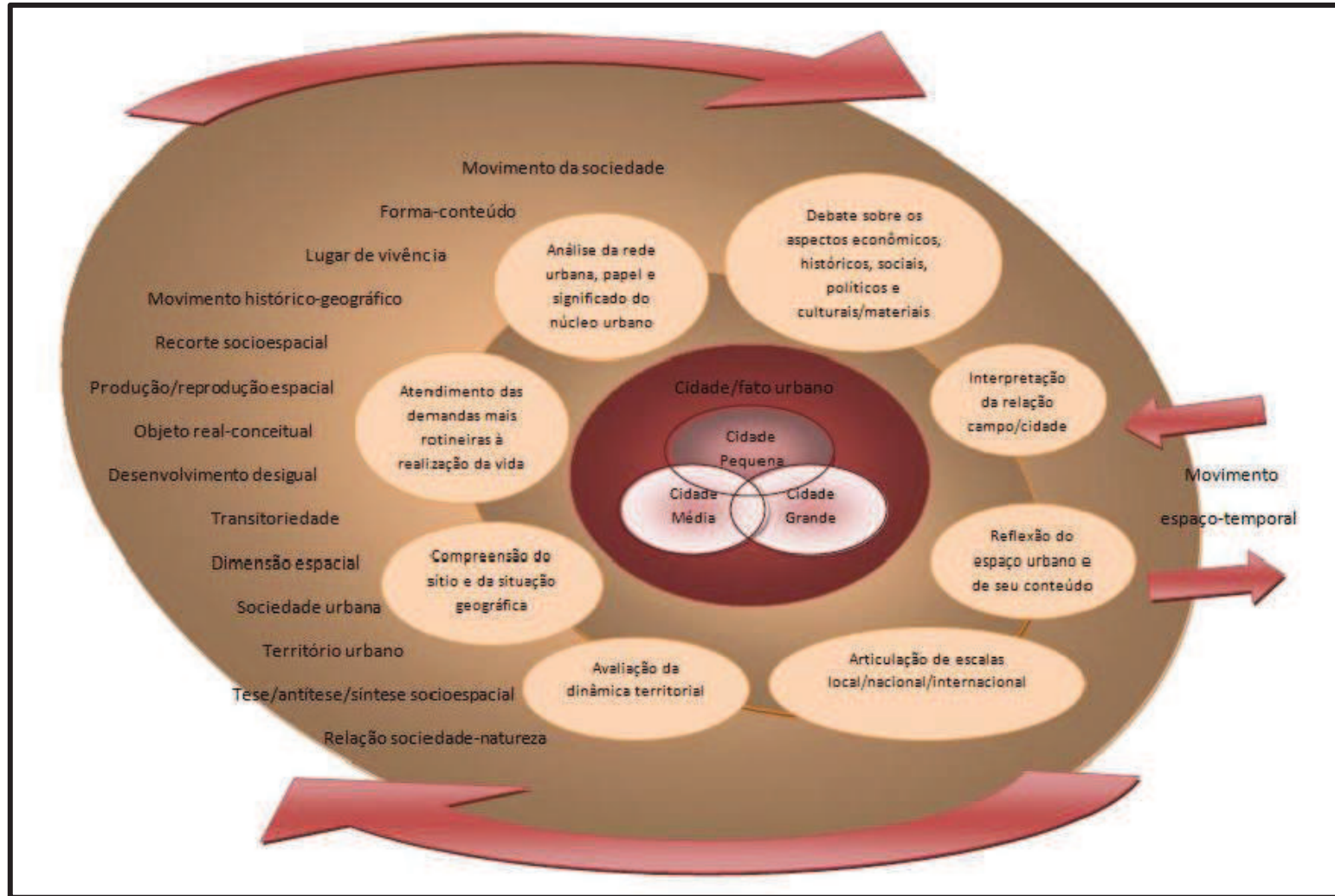


Figura 1 - As cidades pequenas na compreensão geográfica: uma proposição.

Fonte: Jurado da Silva, 2010, p.56.

A preposição não é estanque, ou seja, é um modelo que não deve ser utilizado em todos os centros, é uma ideia inicial de reflexões teóricas e que é pensado num sentido crítico por Jurado da Silva (2011). É importante comentar o esforço teórico realizado pelo autor para elaborar o esquema mesmo que entendendo que ele não deva ser utilizado para avaliar outros pequenos centros, por possuírem singularidades distintas.

Ressaltamos que na pesquisa não adotaremos um critério único para as definições a propósito das pequenas cidades, por entender que infringiria uma série de situações como: singularidades, temporalidades e realidades distintas, e ao logo do texto as discussões sobre essa escala de análise urbana retornará a ser discutida.

2.3 Parâmetros para definir o que é uma pequena cidade

As pesquisas sobre pequenas cidades vão gradativamente se materializando na Geografia Urbana e, entender o significado e o papel desenvolvido por elas é algo que norteia a pesquisa. “As cidades pequenas por muito tempo foram ignoradas pelos teóricos urbanos” (BELL; JAYNE, 2009, p. 683, tradução nossa). Entretanto, pensar sobre quais parâmetros definem o que é uma pequena cidade é uma tarefa de difícil reflexão teórica. Num primeiro momento vamos esmiuçar essa temática, para obtermos informações concisas sobre o tema.

As dificuldades apresentadas para análise da temática, pequenas cidades, passam, por um lado, pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia e de outras áreas na reflexão sobre o tema e por outro pela diversidade da realidade socioespacial brasileira que apresenta pequenas cidades inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender as demandas básicas da sua população e as da produção agrícola, algumas apresentando considerável crescimento demográfico, e outras não (MELO, 2008).

A fragilidade conceitual é resultado da falta de estudos mais aprofundados sobre o tema. Segundo Corrêa (1999, p. 45) “[...] os esforços de reflexão empreendidos sobre o urbano e a cidade têm, preferencialmente, privilegiado as grandes cidades”. A própria diversidade ocorre pela localidade onde está inserida a pequena cidade, pois existem áreas economicamente dinâmicas, portanto, para cada cidade analisada é necessário compreender as singularidades locais (MELLO, 2008).

Deste modo, é impossível aplicar um modelo padrão investigativo, pois devemos salientar as particularidades locais e cada cidade terá características diferentes entre uma e outra. As cidades pequenas vão assumindo ao longo da história, formas e funções variadas (JURADO DA SILVA; SPOSITO, 2009).

Os esforços teóricos para conceituar as pequenas cidades são daqueles de difícil elaboração, segundo Endlich (2006), isso se dá ao fato da dificuldade de linear uma definição e um conceito.

Quando propusemos a discussão sobre pequenas cidades, tentamos desvinculá-la de qualquer relação nossa com a compreensão de senso comum na pesquisa. Porém, com a aplicação das entrevistas, foi possível observar que o “termo” pequena cidade é utilizado de forma pejorativa pela população, principalmente para falar da economia, da relação campo-cidade e do atraso tecnológico-industrial. A noção de pequena cidade está presente em diversos universos, principalmente no senso comum e na mídia, onde “pequena cidade”, ganha sentido vago e ligada a clichês como pacata, segura, tranquila, sem ao menos passar por um processo investigativo. Para Jurado da Silva (2011, p. 36):

Quem nunca ouviu indagações a respeito das cidades pequenas, tais como: cidade pequena pacata, cidade pequena miserável, cidade pequena que vivi, nasci ou que conheci? Contudo, esse movimento não cessa e possui uso muito amplo, reproduzindo-se como recortes espaciais e como uma percepção do espaço, baseada na vivência e no sentido prático da construção social e econômica empregada pelas pessoas corriqueiramente.

Contudo, essa descrição de cidade pacata e segura; é só uma forma como a mídia denomina a pequena cidade. Nos dias atuais a violência, a insegurança e outros infortúnios presentes nas metrópoles e médias cidades, também em menor escala, se fazem presentes nas pequenas cidades.

Segundo Fernandes & Endlich (2011, p. 5):

Em outros termos, parece existir em movimento uma mudança no perfil dos moradores das pequenas cidades. É possível perceber um aumento de eventos relacionados a diversos tipos de violência, causando um sentimento de insegurança. Este olhar nas pequenas cidades contrapõe-se ao que se pensa no senso comum: a pequena cidade como um lugar exclusivamente mais tranquilo, mais calmo e mais seguro de se morar.

Portanto, sem adentrar na discussão sobre insegurança urbana em pequenas cidades, notamos que a partir da reflexão realizada pelos autores de que esse estudo se

contrapõe com o que pensa o senso comum e como também a mídia denomina a pequena cidade. É necessário um esforço maior para compreendê-las e interpretá-las sem cair no risco de criar denominações.

Quais são os parâmetros para definir o que é pequena cidade? O que deve contemplar? Primeiramente seria o número de habitantes, contudo, segundo Capel (1975, p.s/i, tradução nossa) “o tamanho, medido em número de habitantes, tem sido considerado com grande frequência como uma característica chave, embora, em geral, a um nível teórico, tem sido utilizada juntamente com outras características.” Sendo assim, para uma reflexão mais bem detalhada, devemos levar em consideração outras características do urbano. Destarte, vamos apresentar alguns outros fatores que devam ser contemplados para a construção teórica e definição de pequenas cidades.

2.3.1 O tamanho populacional

Muitos pesquisadores têm utilizado em suas pesquisas o tamanho populacional como definição do urbano. Entendemos que esse fator é importante, porém não deve ser empregado como única característica, como afirma Capel (1975). Com uma deficiência para classificar, o tamanho populacional é uma alternativa que é utilizada para as definições do que vem a ser metrópole, o que vem a ser cidade média e também pequena cidade.

Essa discussão é muito ampla na Geografia urbana e também uma das mais interrogativas. “Ao trabalhar com pequenas cidades, deve-se considerar a população total do município, ou seja, incluir a população rural? Pesquisas que tangenciam a Geografia Urbana não apresentam argumentos convincentes para responder a tal indagação com propriedade” (FERNANDES, 2012, p. 43). A preocupação do autor é uma das indagações que permeiam essa reflexão, consideramos a população total do município ou apenas a urbana?

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou a Região de influência das cidades (REGIC), com o objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços. Nele buscou-se definir as hierarquias dos centros urbanos classificando-os em cinco grandes níveis, subdivididos em dois ou três subníveis: metrópole; capital regional; centro sub-regional; centro de zona e centro local (REGIC, 2007).

As metrópoles são os 12 principais centros urbanos do país, que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si; e foram divididas em três subníveis, conforme apresentado no quadro 1.

Subníveis	Cidades	População em milhões (2010)
Grande metrópole nacional	São Paulo	19,8
Metrópole nacional	Rio de Janeiro e Brasília	12,6 e 3,7
Metrópole	Manaus; Belém; Fortaleza; Recife; Salvador; Belo Horizonte; Curitiba; Goiânia e Porto Alegre.	2,2 á 5,4

Quadro 2 - As metrópoles brasileiras segundo o REGIC (2007).

Fonte: REGIC, 2007.

Elaboração: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

A grande metrópole de São Paulo é a que possui maior influência na rede urbana brasileira com uma população próxima de 19,8 milhões de habitantes (2010). No nível metrópole nacional está o Rio de Janeiro com uma população de 12,6 milhões de habitantes (2010) e, a capital Brasília, essa com uma população de 3,7 milhões de habitantes (2010). Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 2,2 (Manaus) a 5,4 milhões (Belo Horizonte), constituem o nível de metrópole da gestão territorial.

As capitais regionais, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. E com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo citadas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Neste nível integram 70 centros, quadro 2.

Subníveis	Média de habitantes em (mil)	Relacionamentos*
Capital regional A	955	487
Capital regional B	435	406
Capital regional C	250	162

Quadro 3 - As capitais regionais Brasil, 2007.

Fonte: Regic, 2007.

Elaboração: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

*O número de relacionamentos foi calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino (REGIC, 2007).

O primeiro subnível têm 11 cidades, que inclui as capitais estaduais não incluídas no nível de metrópole e mais a cidade de Campinas (SP). O segundo subnível, capital regional B, é constituído por 20 cidades e tem como padrão regionalizado, principalmente no Centro-Sul do Brasil. O terceiro subnível é organizado com 39 cidades.

Os centros sub-regionais são aqueles em que as atividades são menos complexas. Possuem áreas de influência reduzidas e tem como representantes nas áreas como o Nordeste e o Centro-Sul, quadro 3.

Subníveis	Média de habitantes em (mil)	Relacionamentos
Centro sub-regional A	95	112
Centro sub-regional B	71	71

Quadro 4 - Os centros sub-regionais Brasil, 2007.

Fonte: Regic, 2007.

Elaboração: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Os centros sub-regionais A, são constituídos por 85 cidades e os centros sub-regionais B por 79 cidades. Estes vão influenciar os centros de zona e os centros locais. Os centros de zona são aqueles que formados por 556 cidades de menor porte e têm atuação restrita às áreas imediatas e exercem função e gestão elementares, quadro 4.

Subníveis	Média de habitantes em (mil)	Relacionamentos
Centro de zona A	45	49
Centro de Zona B	23	16

Quadro 5 - Os centros sub-regionais Brasil, 2007.

Fonte: Regic, 2007.

Elaboração: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Por fim, a última escala da hierarquia é o centro local, constituído por 4473 cidades, ou seja, a grande maioria das cidades brasileiras, cuja centralidade e atuação destas não ultrapassam os limites do município, no qual serve apenas os seus próprios habitantes e têm uma população inferior a 10 mil habitantes, com uma média de 8 mil habitantes.

Nessa classificação elaborada pelo IBGE, e que possibilitou na elaboração do REGIC é perceptível a hierarquização da rede urbana brasileira e as relações entre os cinco níveis. Porém, a metodologia levou em consideração em grande parte o tamanho populacional de cada cidade, pois é isso que fica nítido.

No entanto, consideramos que esses dados não devem ser utilizados separadamente, pois não contemplam todas as relações e atividades do urbano. O tamanho populacional deve ser utilizado em conjunto com a realidade empírica do local, pois pequenas cidades da região Sul e Sudeste são distintas das pequenas cidades encontradas na região Centro-Oeste, Nordeste e Norte brasileiro. Mesmo entre cidades de uma mesma região ocorrem disparidades e particularidades, assim, apenas utilizar o tamanho populacional como fator fundamental para classificar uma cidade é insuficiente, e deste modo. Mesmo questionado é usado para medir e comparar os diferentes graus de urbanização.

O critério dos efetivos demográficos, do número de população, vem sendo questionado com frequência. É com ele, na falta de outro instrumento universal, que se procura medir e comparar os diferentes graus de urbanização. [...] Por outro lado, essa definição estatística não é somente de utilização duvidosa no que concerne ao espaço, quer dizer, num mesmo momento: num país tomado em sua totalidade, as diferenças são por demais flagrantes, provenientes que são de condições históricas e econômicas; numa região, constituem elas a própria base das diferenciações que estão na origem da organização urbana (SANTOS, 1986, p. 71).

Na pesquisa, não usamos a classificação do REGIC isoladamente para as reflexões sobre pequenas cidades, pois acreditamos que é necessário avaliar outros fatores que não contemplam apenas critérios demográficos. No decorrer da pesquisa buscamos analisar também outras características na definição de pequena cidade, pois “[...] da idéia de que o tamanho populacional é um critério insuficiente para se entender o papel e a vida de relações de uma cidade. Outros parâmetros devem ser contemplados, tais como: as origens, o cotidiano, as atividades econômicas e, especialmente as funções regionais” (ASSIS; ARAÚJO, 2009, p. s/i)¹⁷.

Essas discussões vêm a somar com a proposta de Capel (1975) que afirma que definição do urbano deva contemplar o tamanho e atividade, a aparência da atividade do núcleo, não agrícolas e estilo de vida, bem como certas características sociais, tais como heterogeneidade, a "cultura urbana" e o grau de interação social. Deste modo, damos prosseguimento a compreensão de outras variáveis que entendemos subsidiar a definição de uma pequena cidade.

¹⁷ [Revista Eletrônica]. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-294.htm>>.

2.3.2 Atividade Econômica

Pequenas cidades, considerando a atividade econômica, seriam aquelas que têm um baixo grau industrial, poucas indústrias e poucas pessoas empregadas nelas em que a economia basicamente é gerenciada pelo rural. Entretanto, essas são singularidades, pois existem pequenas cidades economicamente ativas e industriais Jurado da Silva (2011).

São as atividades rurais que vão subsidiar a construção da cidade. Segundo Monbeig (1984), a fundação das pequenas localidades explicava-se pela necessidade de fornecer à população rural e, especialmente, aos pequenos agricultores seus “quadros” urbanos.

Nessa reflexão podemos citar o surgimento das cidades paulistas, em que em determinado período (final do século XIX e início do século XX) as frentes pioneiras avançaram pelo interior do estado, com o interesse de aumentar a atividade agrícola da época, o café, e conforme iam surgindo às fazendas cafeeiras, em constante a isso, surgiam as “vilas” e futuramente as cidades, era a necessidade de ter os quadros urbanos, em outras palavras, as cidades do interior paulista em grande parte foram fundadas nesse contexto rural-cafeeiro (MONBEIG, 1984).

A atividade econômica é basilar para compreendermos o surgimento da cidade, as relações econômicas nas pequenas cidades, apesar de pequena é de infinita contribuição para as reflexões que abarcam o que é uma pequena cidade. Para Jurado da Silva e Sposito (2009, p. 205) “apesar das relações espaciais das pequenas cidades serem demarcadas por um patamar econômico diferenciado daquele encontrado nos grandes centros, é necessário evidenciar suas particularidades e os significados que apresentam no quadro urbano”.

A especialização produtiva nas pequenas cidades é uma forma que algumas dessas cidades vão desenvolver sua atividade econômica. Segundo Fresca & Veiga (2011, p. 390):

[...] em uma pequena cidade a especialização assume várias possibilidades como ser a maior geradora de empregos locais; a maior geradora de impostos municipais; sem que para tal a amplitude produtiva a coloque como importante controladora do mercado nacional e regional.

Deste modo, teremos diversas cidades especializadas e importantes para algum tipo de produção, e com essa expressividade a produção pode assumir volumes produtivos que coloca a pequena cidade como a responsável por parcela significativa da produção nacional e regional, por exemplo, o caso da cidade de Santa Fé no Paraná, com uma

população com aproximadamente de 10.410 habitantes (IBGE, 2010), que nas últimas décadas vem se especializando em serviços fotográficos (FRESCA; VEIGA, 2011). Outra pequena cidade especializada e pesquisada por Veiga (2007) é Jaguapitã no norte paranaense que se especializou na produção de mesas de bilhar.

No que tange às especializações das cidades, segundo Corrêa (1999, p. 51) “há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhes fornecem identidade funcional [...]”, portanto, as especializações produtivas serão importantes para reinserir as pequenas cidades na rede urbana globalizada.

Segundo Jurado da Silva (2011, p. 257-258):

Além de expressarem importante fatia do fato urbano, demonstram significados cada vez mais econômicos e ligados ao capital internacional, numa síntese de contatos e interações espaciais múltiplas e complexas que merecem cada vez mais o olhar atento do pesquisador, na tentativa de capturar analiticamente as recentes transformações socioespaciais a que estão submetidos tais centros.

Para o autor, as pequenas cidades expressam uma importante parte do fato urbano, como também foi observado no seu trabalho o papel econômico e a ligação ao capital internacional que essas cidades articulam nas relações espaciais.

As transformações econômicas nas pequenas cidades são aceleradas pelo processo de globalização, e algumas vão se especializando em determinada produção. Todavia, esse processo não é correspondido por todas as pequenas cidades, devido às singularidades e a realidade regional ao qual está localizada, é preciso em um primeiro momento entender o contexto local e a rede urbana. Entretanto, diversas cidades brasileiras nos últimos anos tiveram crescimento econômico e populacional; devidas as instalações de pátios industriais no interior do Brasil.

2.3.3 Relação rural e urbana

Discutir a relação rural e urbana é importante para compreender as pequenas cidades. Para Corrêa (2011, p. 5) “[...] as relações entre estas duas esferas são importantes, contribuem para a compreensão da dinâmica social e espacial, constituindo-se em longa tradição nas ciências sociais”. Segundo o autor, as contribuições tradicionais ao qual se referiu nas ciências sociais destacam a obra “Ideologia alemã” de autoria de Karl Marx e

Friedrich Engels e entre outras contribuições, principalmente obras de Henri Lefebvre que vão refletir essa relação campo-cidade.

Segundo Singer (1981, p. 12-13):

O campo pode, portanto, substituir sem a cidade e realmente, na história, precedeu à cidade. Está só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que estritamente necessário à sua subsistência. Só a partir daí é que o campo pode transferir á cidade o excedente alimentar que possibilita sua existência.

Destaque para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, que vão permitir uma maior produção que com o excedente é que vai possibilitar a existência da cidade. Singer (1981) sugere que a cidade nasceu do excedente alimentar, das produções agrícolas realizadas no campo, sendo assim, indica que a cidade só existe se o campo produzir alimentos, entretanto, essa produção de excedente alimentar é uma condição necessária, mas não suficiente para o surgimento da cidade. Contudo, a relação rural e urbana nas pequenas cidades do Brasil, especialmente depois da metade do século XX passou por diversas transformações. Entre as transformações mais significativas está a industrialização no campo (CÔRREA, 2011).

A industrialização do campo, afetou não apenas a estrutura fundiária, gerando maior concentração da propriedade rural, mas também as relações de produção, gerando a diminuição do número de pequenos proprietários, rendeiros e meeiros e o aumento do número de assalariados, particularmente aqueles de trabalho temporário. Paralelamente a demanda de bens e serviços foi ampliada, tanto à montante da produção 'strictu sensu' (sementes, adubos, inseticidas, maquinário em geral, assistência técnica, etc.), como à jusante (beneficiamento, embalagens e transformação). Isto estreitou a dependência da agricultura à indústria, da qual aquela tornou-se um braço desta, assim como as relações entre o urbano e o rural, que perde muitas de suas características e é melhor definido como o agrário. (CÔRREA, 2011, p. 9)

Outro fato desencadeado com as transformações foram aqueles das transformações na paisagem agrária, e o processo de emigração da população rural para outras áreas, especialmente para as áreas urbanas. Deste modo, as transformações possibilitaram o surgimento dos movimentos sociais, por exemplo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) criado em 1985, para eles o nascimento ocorreu, sobretudo pelas transformações agroindustriais que contribuíram para eliminar as pequenas e médias propriedades de produção agrícola.

A industrialização do campo afetou também a paisagem agrária, diminuindo a presença dos diversos estágios de capoeiras, eliminando o habitat rural concentrado, quando este ocorria, criando uma paisagem vazia de homens. A emigração para a periferia urbana, tanto das metrópoles, cidades médias e pequenas, para a fronteira de povoamento ou de modernização ou para acompanhamentos do MST, são outros efeitos da industrialização do campo que irão afetar as pequenas cidades. (CÔRREA, 2011, p. 9).

Esse período foi denominado de êxodo rural, porém, também da migração intermunicipal, em particular para as cidades regionais maiores e para fora da região (ENDLICH, 2006).

[...] a cidade passou a atrair população do campo, tanto das áreas incorporadas ao complexo agroindustrial como daquelas que se tornaram decadentes ou estagnadas. Essa população era tanto atraída pela demanda efetiva de empregos como via na cidade uma possibilidade ou um refúgio para sobreviver. As migrações rurais-urbanas, passando em muitos casos pelas pequenas cidades [...] (CÔRREA, 2011, p. 9-10).

Segundo Fabrini (2009, p. 142) “[...] o rural vai gradativamente tomando feição urbano-industrial com o surgimento de um agricultor profissional e especializado”. Portanto, hoje o produtor agrícola vai viver nas cidades e de lá ele gerencia as suas propriedades rurais, hoje as áreas rurais por meio do capitalismo tornaram-se feições urbano-industriais, principalmente pela mecanização na produção agrícola.

Com o avanço do capitalismo, a propriedade da terra e a produção agrícola tornam-se negócios dos capitalistas urbanos e passam a ser comandados por estes. Perfila-se um modo de viver urbano, que penetra nos campos, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores... A urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade (ENDLICH, 2006, p. 21-22).

Assim, a modernização agrícola, passa a ser um negócio comandado por capitalistas urbanos, sendo assim essa espacialização hegemônica do urbano¹⁸ apaga a distinção cidade-campo, entretanto, o rural não desaparece e o que permanece são algumas ilhas de ruralidade. Segundo Oliveira (2002, p. 186):

¹⁸ “A idéia de que o fenômeno urbano se espacializa no campo implica a superação da visão dicotômica referida anteriormente. Se, de um lado, nesta espacialização, é possível verificar uma complementaridade e interdependência entre o rural e o urbano, resultante da expansão das relações capitalistas, de outro, é possível extrair daí uma tendência à uniformização das relações em que o urbano se torna hegemônico e submete a organização espacial à sua cadência.” (FABRINI, 2008, p. 140).

[...] a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários.

As transformações no campo e no urbano acarretaram em diversas pequenas cidades distintas, uma das outras. Para esse fato Côrrea (2011, p. 10) afirma que “esta diferenciação é o resultado da desigual combinação daquelas transformações [...]”. Portanto, as relações entre o rural e o urbano geram diversas reflexões para a definição das pequenas cidades.

Para Bacelar (2008, p. 25) “a pequena cidade tem uma forte ligação com o seu entorno rural e, em certos aspectos, desempenham um papel semelhante do espaço rural”. Ela deve ser analisada juntamente com o seu entorno rural, afim de ao menos, compreender um pouco dessa relação.

É imprescindível nos estudos sobre as pequenas cidades essa análise, a área rural pode potencializar a economia local¹⁹, como também a força produtiva e a especialização.

¹⁹ PEREIRA e BRUMES (2012) chamam a atenção dessa relação no trabalho “*The commerce in the small town Piraju/SP*” no qual destacam a importância da economia cafeeira na dinâmica e organização do comércio da cidade de Piraju, São Paulo.



3. PIRAJU: CONSTITUIÇÃO E PERMANÊNCIA DOS PERÍODOS DO CAFÉ

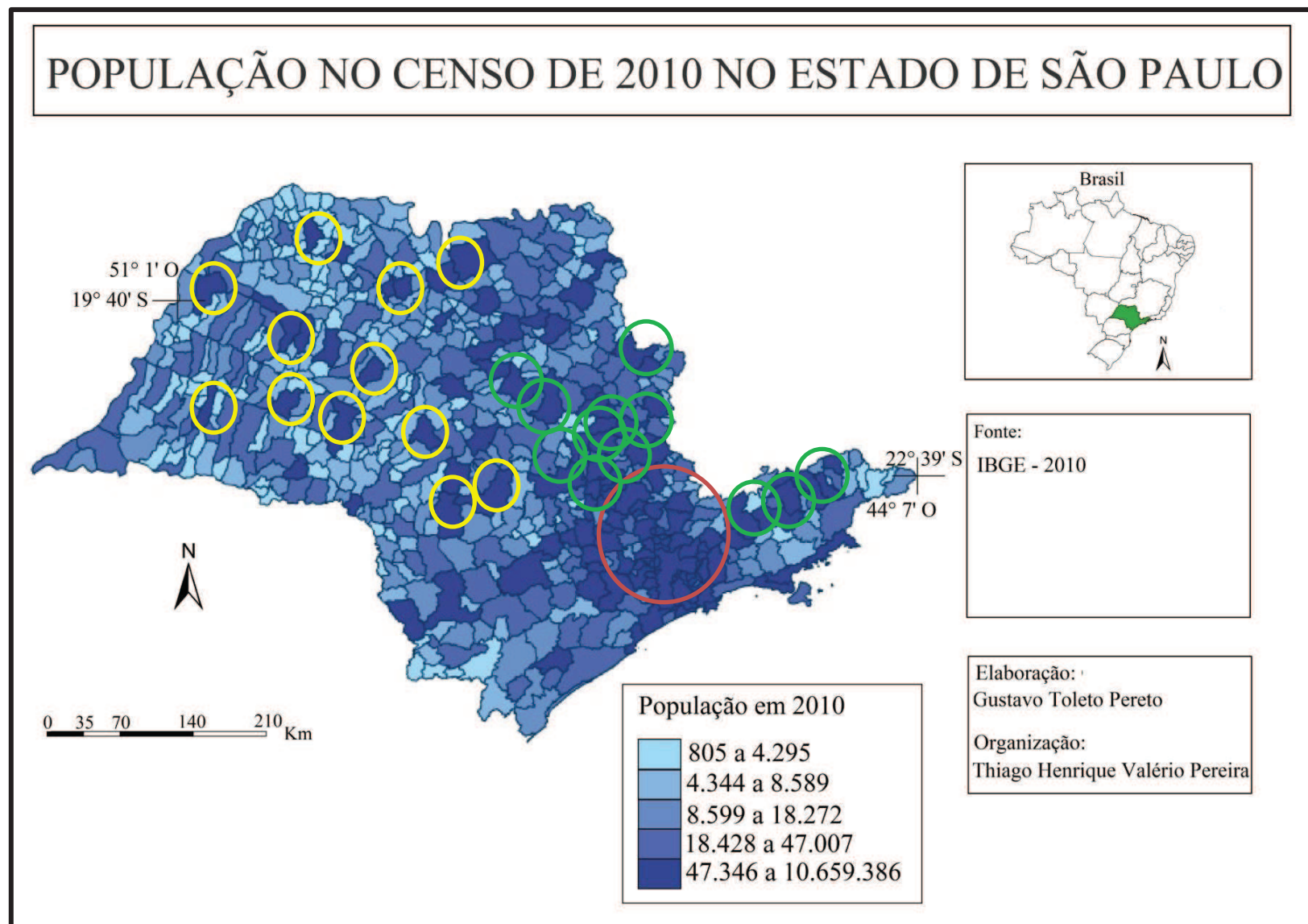
A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações complexas (LEFEBVRE, 1991, p. 52).

3.1 Piraju (SP): compreendendo uma pequena cidade

Para compreender a realidade urbana de Piraju (SP), buscamos analisar “as cidades paulistas”, ou seja, suas redes e as realidades no estado de São Paulo. O Estado apresenta fatos distintos um dos outros no que diz respeito à formação de suas cidades. Segundo o censo do IBGE (2010), por exemplo, o município de Borá apresentava uma população de 805 habitantes, a menor cidade brasileira, contudo, em contrapartida, no mesmo Estado o município de São Paulo, tinha uma população de 10.659.386 milhões de habitantes. São realidades distintas, entretanto, os dois municípios fazem parte da mesma rede urbana, São Paulo em nível de metrópole e Borá como uma pequena cidade interiorana.

O mapa 1, apresenta as variáveis populacionais nos municípios²⁰ paulistas, de municípios com apenas 805 habitantes e até os com 10.659.386 milhões de habitantes, essa disparidade é perceptível por meio dos dados populacionais censitários realizado pelo IBGE no ano de 2010.

²⁰ Aqui em termos não distinguimos esse número populacional entre população rural e urbana, utilizamos parâmetros como o IBGE registra os números totais. Portanto, preferimos utilizar o termo município para comentar essa disparidade.



Mapa 1 - População no censo de 2010 no estado de São Paulo

Nos municípios próximos a capital São Paulo (círculo vermelho), pode-se observar uma maior concentração populacional, são cidades dormitórios, cidades industriais e muita das mutações ocorrentes nestes municípios são reflexos do desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo.

Outras áreas com cidades médias (círculo verde) são próximas ao município de Campinas (SP), e para o lado da região já com a divisa com o estado do Rio de Janeiro (Mesorregião do Vale do Paraíba Paulista), foram onde originalmente se instalaram produção cafeeira no estado de São Paulo, nas regiões do vale do Paraíba e posteriormente nas áreas da estrada de ferro da Mogiana/Paulista que ligava a cidade de Campinas a capital paulista.

Podemos observar outros municípios de porte médio (círculo amarelo) no interior ao lado oeste do Estado, estes terão uma interface regional, entre eles diversos pequenos municípios com populações até 50 mil habitantes. Deste modo, a população paulista vai se concentrar na capital e nas áreas próximas.

Contudo, os pequenos municípios, não se tratando apenas do território urbano, terão atividades e singularidades diversas dos grandes centros, entretanto, os seus papéis e significados na rede urbana paulista são de grande importância. No nosso caso vamos especificar os processos que ocorreram e consolidaram a pequena cidade de Piraju (SP).

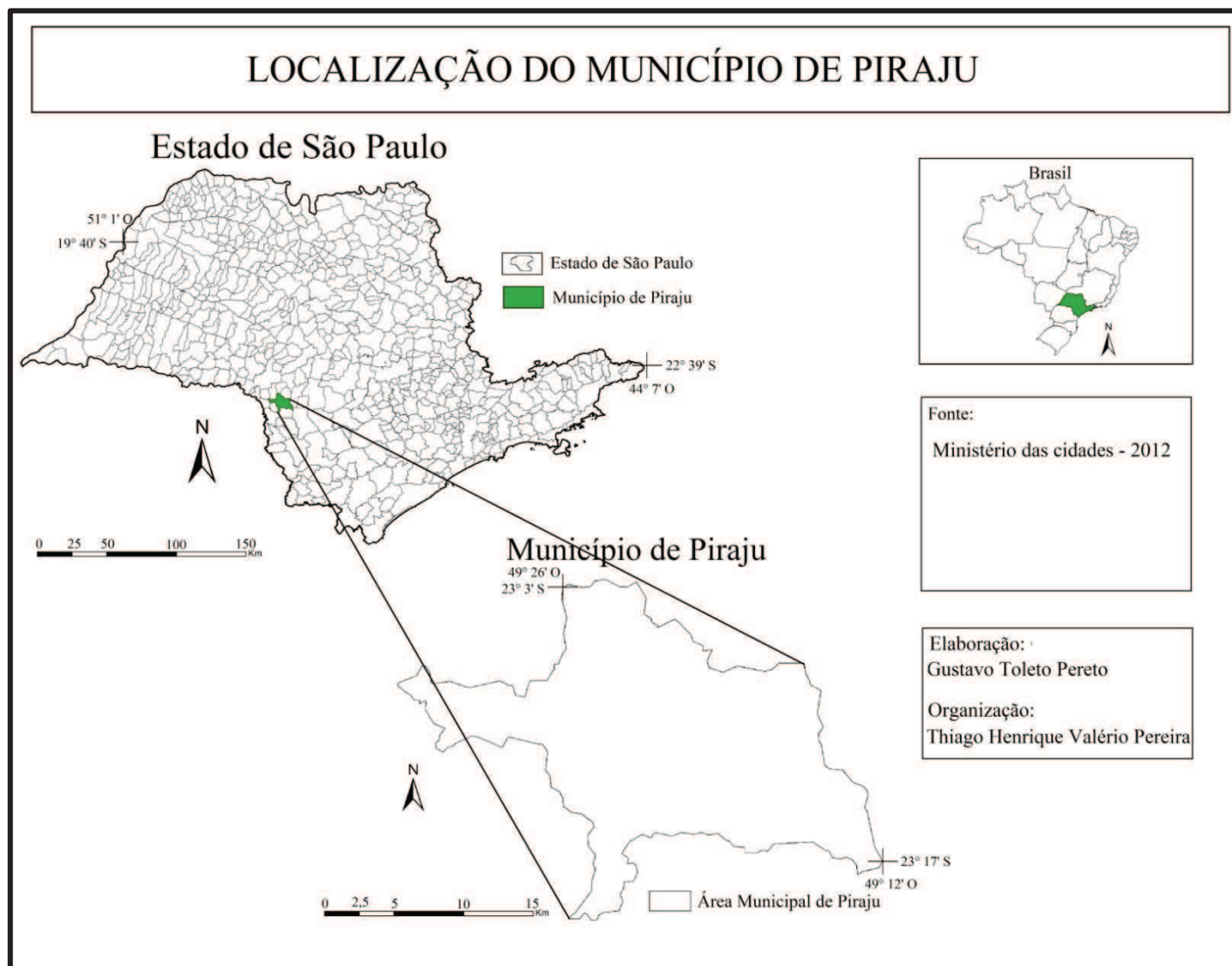
O município de Piraju está localizado na região de governo de Avaré no Estado de São Paulo, a oeste da capital paulista, mapa 2. Sua emancipação política²¹ ocorreu no dia 25 de abril de 1880 com o nome de São Sebastião do Tijuco Preto, até então freguesia pertencente ao município de São João Batista do Rio Verde, hoje Itaporanga. O nome atual do município foi dado na data do dia 6 de junho 1891, pelo decreto – lei estadual n. 200 com o nome de Piraju²². Ele está localizado às margens da Rodovia Raposo Tavares²³ (SP 270) e fica a 90 km da Rodovia Presidente Castelo Branco²⁴ (SP 280), que liga o interior a capital do Estado. Distância de 330 km da cidade de São Paulo e segundo o último censo possui uma população de 28.475 mil habitantes, sendo cerca de 87% residentes urbanos.

²¹ Elevado à categoria de vila com a denominação de São Sebastião do Tijuco Preto, por Lei Provincial nº 111, de 25 de abril de 1880, desmembrado de Botucatu. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 10 de janeiro de 1881. (IBGE - Cidades)

²² Derivada de *Pira-yu* “peixe amarelo” no tupi-guarani.

²³ Inicia-se no final da Rua Reação, no bairro do Butantã, zona oeste da cidade de São Paulo e termina na divisa de estado com o Mato Grosso do Sul, no município de Presidente Epitácio. Inaugurado em 1937.

²⁴ Iniciando-se no acesso às vias marginais Tietê e Pinheiros, em São Paulo, com término no entroncamento com a SP-225, em Santa Cruz do Rio Pardo. Inaugurado em 1968.



Mapa 2 - Localização do município de Piraju

Ao pensar em pequena cidade e adotar esse critério para Piraju, demos ênfase à sua produção econômica que essencialmente é agrícola, quanto à relação rural-urbano, considerando as ruralidades expressadas no espaço urbano, como as demonstradas nas figuras 2 e 3, comuns na configuração de Piraju. Os espaços periurbanos são as áreas de transição rural-urbana correspondem em complexos laboratórios sociais resultantes dos processos urbanos cada vez mais intensos no período contemporâneo (NORONHA; HESPANHOL, 2008).



Figura 2 – Piraju: Área utilizada por pastagem no perímetro urbano.
Fonte: Rita de Cássia Ferreira Silva, 2012.



Figura 3 - Piraju: cafeeiros no espaço urbano
Fonte: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Nas figuras 2 e 3, visualizamos duas expressões do campo na cidade. Essas ruralidades são encontradas em diversos bairros da cidade, principalmente naqueles periféricos que fazem fronteira com o campo.

Na figura 2, podemos observar a área de pastagem utilizada próxima ao centro da cidade, essas áreas utilizadas para a pastagem de animais bovinos, equinos e caprinos, esses espaços são necessários para a criação desses animais na zona rural, pois boa parcela desses proprietários não tem áreas agrícolas e fazem uso desses animais para o sustento da alimentação (carne e derivados do leite), ou para transporte no caso dos equinos. Estes animais muitas vezes estão em áreas alugadas ou em terrenos abandonados que são apropriados para servir de pastagem. Já na figura 3 observamos pés de café na área central da cidade, um costume dos moradores em plantar, manejar, colher, secar, torrar e moer o seu próprio café, que é cultivado no quintal de suas casas. Essa prática está aliada principalmente a moradores que vieram da zona rural e que em algum momento de suas vidas já cultivaram café.

Em outras áreas também são encontradas ruralidades como: plantio de hortaliças, milho, mandioca e entre outras lavouras utilizadas para a alimentação. Outro fato que chama a atenção é deslocamento cotidiano de máquinas agrícolas, carroças e pessoas andando a cavalo, pela cidade. Deste modo, segundo Lefebvre (2008, p. 21) “o campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite”.

Essas expressões de ruralidades não podem ser compreendidas na mesma escala de análise como as que ocorrem nas cidades médias e grandes, nestes municípios a produção, por exemplo, de hortaliças, são próximas à área urbana ou muitas vezes são realizadas na própria cidade, pela necessidade de consumo imediato do produto (gênero perecível).

Uma cidade pequena com um comércio com procura local intensificada em alguns momentos, por demandas originadas de Tejupá, Timburi, Sarutaiá, Manduri, cidades ainda menores. As populações se deslocam atrás de serviços como o serviço bancário, médico e de ensino.

O tamanho populacional também justifica a nomenclatura de pequena cidade, pois a população não ultrapassa 30 mil habitantes. A relação da população urbana com o rural é muito próxima, pois todos os dias diversos ônibus saem da cidade em direção ao campo levando muitos trabalhadores que trabalham nas fazendas locais de café.

A seguir, analisaremos a relação próxima entre café e Piraju é o ponto no qual vamos nos debruçar para analisar a constituição e permanência como pequena cidade. Entendemos ser ainda a principal relação de Piraju, mesmo o café sendo exposto como uma atividade agrícola ultrapassada no município.

3.2 Período 1: a chegada do ramal Sorocabana à queda da bolsa de valores 1908-1929

O primeiro período da economia cafeeira em Piraju-SP surge anterior a 1908, entretanto, datamos esse ano pela chegada da estrada de ferro no município, importante técnica para a modernização e para economia cafeeira. Esse período se encerra em 1929 com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, que afetou o Brasil, pois os Estados Unidos era um dos maiores compradores de café brasileiro.

Com a crise cafeeira a economia brasileira passou por reformulações. O processo de industrialização emergente se beneficiou do crescimento da economia cafeeira, tanto pelo capital acumulado no setor que poderia ser investido na produção industrial, como pela ampliação do mercado interno para os manufaturados e o crescimento do exército de reserva (MARQUES, 2009). Tais fatos possibilitaram o processo de urbanização e modernização.

Paulatinamente, as técnicas de transporte para a circulação dos produtos rurais tiveram um grande avanço no Brasil. As estradas de ferro tinham o maior êxito no transporte, no estado de São Paulo, por exemplo, destacamos a inauguração da E. F. São Paulo Railway em 1867, E. F. Sorocabana em 1870 e Companhia Mogiana em 1872.

Tais acontecimentos ocorreram com a flexibilidade de capital e o avanço do café no estado de São Paulo, no início do século XX o que caracterizou a interiorização do estado. Segundo Milliet (1982), o alastramento da cultura cafeeira altera rapidamente a fisionomia da zona onde penetrava o café. “As estradas de ferro não iam além dos cafezais da terra roxa” (MONBEIG, 1984, p. 174).

Agora passou a existir um pacto de poder entre duas classes, uma politicamente hegemônica e outra altamente capitalizada, ou seja, forma-se a primeira dualidade (1808-1888/89). Nascia uma nova elite, a dos comerciantes nacionais, economicamente fortes e que passou a dar sustentação aos senhores de escravos, que estavam descapitalizados, mas ainda eram politicamente dominantes e faziam parte de todas as estruturas de poder do Estado brasileiro. Ambos, tanto os cafeicultores como os comerciantes tinham interesses no desenvolvimento da rede ferroviária na região cafeeira. (SILVEIRA, 2003, p. 76-77).

A instalação do ramal Sorocabana inaugurada em 1908 no município de Piraju se deu em período em que prosperavam as fazendas de café. Os fazendeiros destas que financiaram e se encarregaram da construção do ramal. Santos (2006, p. 35) afirma que “a materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade.” Sendo assim, as técnicas são um fenômeno histórico e por isso, é possível identificar o momento de sua origem. Essa datação é tanto possível à escala de um lugar, quanto à escala do mundo (SANTOS, 2006).

Portanto, a ênfase aqui foi dada o ano de 1908 pelo surgimento da técnica do transporte ferroviário no município de Piraju. A técnica (ferrovia) em ação no território paulista atuou na estruturação das bases capitalistas de produção e como motor de alcance capitalista, como forma barata e rápida de transporte; na qual a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar um espaço novo para acumulação do capital (MARQUES, 2009).

3.2.1 O ramal Sorocabana: técnica e modernização

O interesse para a instalação de um ramal ferroviário surgiu em 1889 para o escoamento das safras de café. Em 1891, na Ata da Câmara Municipal de 3 de julho é formalizado o interesse da iniciativa privada em instalar uma linha de bonde para ligar o tronco da Sorocabana a Fartura, passando por Piraju, para escoar a produção de café. Entretanto, outro passo foi realizado em 1904, quando cafeicultores reunidos em 24 de dezembro decidem financiar parte da construção do ramal ferroviário.

Na sessão ordinária em 2 de abril de 1905, presidida pelo Sr. Dr. Ataliba Leonel, teve como ordem do dia:

É anunciada a primeira discussão ao projeto n. 8 que autoriza o Dr. presidente da câmara a assumir perante ao governo do estado o compromisso de construir nesta municipalidade o leito da estrada para a ligação desta cidade à estrada de ferro Sorocabana, a qual é aprovada sem debates. (CÂMARA MUNICIPAL, 1905)

Foi nessa sessão que os vereadores aprovaram o projeto da instalação do ramal Sorocaba que posteriormente começa a ser construído. No ano de 1906 é lançada a pedra

fundamental da Estação Piraju, e também neste ano a lei municipal 1/1906 confirma que o município assume a construção do ramal ferroviário.

A Estação ferroviária de Piraju²⁵ que foi inaugurada em 1908 foi uma obra arquitetônica projetada originalmente pelo arquiteto paulista Francisco de Paula Ramos de Azevedo²⁶.

No dia 5 de abril de 1908, foi oficialmente inaugurado o ramal da ferrovia, ligando Piraju a Manduri (20 km de extensão) e, conseqüentemente, à Estrada de Ferro Sorocabana, cujos trilhos haviam chegados a Botucatu em 1889 e em Cerqueira César em 1897. Na cerimônia esteve presente o governador Dr. Jorge Tibiriçá²⁷. O jornal “Correio Paulistano”, na quarta-feira seguinte publicou um texto no qual comentou as comemorações da inauguração da Estação Ferroviária Piraju.

O Presidente do Estado e a comitiva tiveram aqui entusiástica recepção. A estação é, de todas as da “Sorocabana Railway”, a que está decorada com mais arte e gosto, prestando-se a isso o edificio recentemente construído e de aparência elegante.[...] Ao parar o trem, a comitiva foi recebida pelo Dr. Ataliba Leonel, deputado estadual; Jonas Marques da Silveira, prefeito; Dr. Pereira da Silva, delegado de polícia; vereadores e grande massa de povo, calculada em duas mil pessoas. [...] Após as solenidades, a comitiva tomou os carros colocados à disposição e rumaram para a cidade. O carro em que viajavam o presidente do Estado e o vice era escoltado por 30 alunos do grupo Escolar, a cavalo e armados de lanças. Ao adentrar a cidade, foram saudados por foguetes e bombas. No palacete do Dr. Ataliba Leonel, hospedaram-se os Drs. Jorge Tibiriçá, no palacete do Dr. Tito de Toledo Blake, hospedaram-se os Drs. Albuquerque Lins e Cândido Rodrigues. As casas particulares e os edificios estavam vistosamente ornamentados. Às 20 horas realizou-se o banquete de 60 talheres, oferecido pela Câmara Municipal às autoridades, na residência do coronel Joaquim Leonel de Barros Primo. O serviço foi confiado ao Hotel Bella Vista de São Paulo (CORREIO PAULISTANO, 1908 *apud* CÁCERES, 1998, p. 52-53).

A matéria no jornal ainda comentou sobre os políticos locais que foram importantes elementos de poder em níveis local e estadual. A recepção pirajuense à comitiva de 2 mil pessoas, organizou festejos, ornamentando casas e edificios, além do banquete ofertado pela câmara municipal às autoridades presentes.

²⁵ Destacamos a dissertação de Daisy de Moraes (2004) com o título “Estação ferroviária de Piraju. Ensaio de arquitetura de Ramos de Azevedo”.

²⁶ Importante arquiteto da época, que produziu diversas obras na cidade de São Paulo que formam a memória da capital paulista, por exemplo, o Teatro municipal de São Paulo, localizado na praça onde leva o seu próprio nome.

²⁷ Foi o segundo governador do estado de São Paulo Brasil de outubro de 1890 a março de 1891 e seu sétimo presidente (de 1904 a 1908). Foi presidente do Partido Republicano Paulista (PRP). Em seu governo a Estrada de Ferro Sorocabana foi adquirida da União e arrendada para um grupo norte-americano.



Figura 4 - Piraju: Inauguração do Ramal da Sorocabana, 1908.

Fonte: Acervo Municipal, 2011.

Nas figuras 4 e 5 podemos notar o número de pessoas presentes nos festejos de comemoração da inauguração do Ramal da Sorocabana. Mais tarde, foi considerada uma das maiores realizações das autoridades do município, dando início ao “progresso e desenvolvimento por meio da técnica de transporte”.

Segundo Cáceres (1998 p. 52) “o trem se constituía no maior êxito alcançado até então pela cidade. Ela unia-se ao mundo com tudo o que isso significasse. Acabava-se o isolamento de outras cidades e da capital do estado”. Ao café e às estradas de ferro seguem-se o surgimento dos pequenos núcleos urbanos, localizados às margens das ferrovias. Com a presença de escravos libertos, imigrantes, e de trabalhadores nacionais, como caboclos e caipiras, começa a se constituir na cidade um mercado consumidor, os pequenos estabelecimentos comerciais e industriais, segunda Melo (2008); esta fase foi denominada de civilização cafeeira, Moraes Silva (1999).

Truzzi (1986) comenta que a ferrovia, aliás, construída pelos fazendeiros foi talvez o elemento que encarnou com mais propriedade esta marca da civilização. Além de ela construir propriamente sua via de acesso, sua artificialidade e energia discrepavam bruscamente das paisagens interioranas, estimulando desde há muito tempo a curiosidade e a vaidade de toda a população.



Figura 5 - Piraju: Inauguração do Ramal da Sorocabana com a presença do Governador Jorge Tibiriçá, 1908. **Fonte:** Acervo Municipal, 2011.

Com a chegada da estrada de ferro, foi um importante marco para o escoamento das safras de café, uma porta para os imigrantes que chegavam para trabalhar nas fazendas do município. O governador Jorge Tibiriçá fora um nome de extrema importância para a história de Piraju, este deu nome ao bairro da estação “Vila Tibiriçá” atribuído pela Câmara municipal em 1908.

A construção da Sorocabana, ao contrário da maioria das companhias ferroviárias brasileiras que não tiveram uma política de colonização, planejando cidades ou loteando suas terras e que tinha como objetivo o escoamento de suas safras, foi marcada por estratégias já que seguia a frente do povoamento, buscando áreas desocupadas e captando novas regiões a economia do Estado, no caso a Sorocabana buscou as margens do rio Paraná (MARQUES, 2009).

Em Piraju a chegada da estrada de ferro não foi uma estratégia de colonização, mas sim, com incentivo de fazendeiros locais e do poder público. O município passou a partir de 1908 a fazer parte da malha férrea da Sorocabana, com essa possibilidade a lavoura de café passou a ser a principal fonte de riqueza do município e, com a técnica do transporte começou a ter crescimento populacional. “As cidades pioneiras que se desenvolveram ao redor do eixo ferroviário tinham como característica o vertiginoso crescimento populacional. Este crescimento se ligava ao aparelhamento trazido pelas companhias ferroviárias: armazéns, oficinas, escritórios e etc.” (MARQUES, 2009, p. 99).

Soma-se a esse momento, o crescimento populacional do município de Piraju a partir da instalação da ferrovia. Com o ramal Sorocabana em 1908, a população na época segundo o (IBGE) alcançou 16.967 habitantes, o que também intensificou a chegada de imigrantes. Segundo Cáceres (1998) até 1930, chegaram ao município para trabalhar nas lavouras de café, 405 famílias espanholas, 356 famílias italianas, 138 famílias sírias, 119 famílias portuguesas, 84 famílias japonesas e 46 famílias de outras nacionalidades.

Neste processo “a migração do café, que se acelerou, era frequentemente dirigida por grandes proprietários das zonas de terra roxa” (MONBEIG, 1984, p. 192). O mesmo autor comenta sobre alguns personagens que fizeram parte dessas frentes como Barbosa Ferraz que empreendeu ousadamente a penetração no Estado do Paraná, de fazendeiros de Araraquara que emigraram para as terras roxas de Ipaussu e Chavantes. Estes personagens são marcantes, porque demonstra como os fazendeiros viam de perto o estado, o começo da decadência e sabiam partir para outras localidades no momento certo (MONBEIG, 1984).

Monbeig (1984, p. 193) comenta que:

Em compensação, na mais ocidental das manchas da terra rocha, onde as derrubadas estavam se intensificando (municípios de Óleo, Ipaçu, Xavantes e Piraju), o convite que se fazia aos imigrantes era mais urgente, o que fez com que mais de quinze mil 9% ou 6% para lá se dirigissem.

O Progresso da Sorocabana era tão recente quanto o da Araraquarense e o mesmo ritmo espantoso de crescimento se observava de um modo geral nas regiões desbravadas por volta de 1920 (MILLIET, 1982).

A tendência de caminhada para o oeste acentuando-se dia a dia mais, vemos o café transpor a fronteira do Paraná com a mesma sofreguidão de terra virgem observada alhures. Essas cunhas de penetração, que já verificamos desde o início como um dos caracteres marcantes da extensão cafeeira, confirmam-se mais uma vez. Ao mesmo tempo que abre a rota para o Mato Grosso, o café penetra, por Ourinhos, o norte do Estado sulino. A estrada de Ferro Norte do Paraná, com entroncamento naquela cidade, vai favorecer-lhe o desenvolvimento e criar aí condições de progresso semelhantes às de outras bocas do sertão. (MILLIET, 1982, p. 60-61).

A construção dos ramais ferroviários a exemplo de Piraju foi consolidada pelo plantio de café, que avançou ao oeste paulista e ao Norte do Paraná, que tinha como entroncamento Ourinhos-SP, fronteiro com o Paraná, uma articulação férrea. Como

comenta Cancian (1981) que os trilhos da Sorocabana não representavam apenas o lógico e sim despertava nas áreas que prosperavam a produção cafeeira.

O morador de Piraju M. F. S. C.²⁸ comentou que ele foi neste período de pioneirismo e colonização para o Norte do Paraná.

Meu pai tinha terras em Maringá, quando eu terminei o primário eu me lembro que foi eu e minha irmã e ele. Nós pegamos um trem em Ourinhos às 9 horas e chegamos a Apucarana às 7 horas; saímos de manhã e pegamos uma jardineira [...] encalhava as vezes na terra, porque não era estrada, eram picadas e aberturas, e eles tacavam os caminhões em cima das plantações de arroz e os homens iam gritando com espingardas lá pra tirar as filas de caminhões, porque se o cara der um tiro matam ele. [...] E de Maringá a fazenda do meu pai chamava-se Morangueira e tinha 600 alqueires [...].

Diante dessa afirmação podemos compreender a importância da Sorocabana em Ourinhos e a conexão com o norte do Paraná, das quais eram as novas áreas pioneiras para o cultivo das lavouras cafeeiras, deste fato voltaremos a debater posteriormente, quando retomamos a discutir a crise cafeeira no interior paulista.

Geograficamente falando a inserção da estrada de ferro foi uma importante técnica aliada para a construção do território não só paulista como também brasileiro, graças a esta técnica de transporte surgiram novas frentes de expansão. Para a cafeicultura a ferrovia era substancial para o transporte das safras de café até o Porto de Santos e de lá este café seguia em navios para os países consumidores.

Com respeito à construção da ferrovia, ela se constituiu para a população de cada cidade, vila ou lugarejo uma enorme satisfação, um fato que tocava profundamente a sensibilidade de todos aqueles que haviam vindo de terras distantes e que, por meio do desbravamento e da cultura do café, traziam o progresso e o desenvolvimento com uma rapidez que ainda hoje causa assombro (CÁCERES, 2008).

3.2.2 O bonde elétrico e as transformações eletrificadas

Com o crescimento de Piraju, surgiu o alargamento e construção de diversas redes técnicas urbanas. Antecedendo a construção do bonde elétrico em Piraju, a energia elétrica em Piraju é inaugurada no dia 30 de setembro de 1905, com a instalação de 100 lâmpadas incandescentes de 25 velas. E o concessionário deveria elevar, para o futuro, o

²⁸ (75 anos, professor e historiador de Piraju, concedida no dia 05/04/12).

abastecimento de água, como o volume de 300 mil litros nas 24 horas no ribeirão Monte Alegre “Usina Monte Alegre” (CÁCERES, 1998).

As autoridades pirajuenses continuavam a trabalhar com afinco para a melhoria de seu município. Providências já haviam sido tomadas nos anos anteriores para que se instalasse a energia elétrica, que viria substituir os lampiões de gás que iluminavam as casas e as ruas (CÁCERES, 2008, p. 149).

O avanço tecnológico em Piraju impressionava tamanho desenvolvimento na época, convém lembrar que a primeira usina elétrica foi instalada em Campos (RJ) no ano de 1883 e; comparando Piraju com municípios próximos tiveram a instalação de energia elétrica posterior a 1905 (data da inauguração de Piraju), cidades como Botucatu e Avaré inauguraram a luz elétrica nos anos de 1907 e 1908, respectivamente (CÁCERES, 2008).

Outro ponto importante e que sempre foi motivo de orgulho da população pirajuense e que de certa forma se tornou um folclore local é de que a energia elétrica em Piraju foi inaugurada dois dias antes do Rio de Janeiro, na época a capital brasileira. Acreditávamos que essa ideia seria um “senso comum” ou um “mito popular”, principalmente por carecer de fontes²⁹ que pudessem dar suporte a tal informação. Entretanto, nos estudos realizados pelo historiador de Piraju Cáceres em 2002 ele consegue uma informação³⁰ que contribui para desmistificar esse fato³¹.

Em 2002, a fundação Patrimônio Histórico da Energia em São Paulo entrou em contato conosco, solicitando autorização para utilizar dados e fotos publicados no livro de nossa autoria “Piraju – Memórias Políticas e Outras Mémórias”. Era um trabalho que a fundação estava realizando para a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S. A. Concedemos a autorização e aproveitamos para indagar a data correta do início da energia elétrica no Rio de Janeiro, pois nossas pesquisas sempre deparavam com a informação de que, em 1905, a capital brasileira tinha só a energia a gás de acetileno. A resposta chegou através de um email de Júlio Kuhl <editora@fphesp.org.br>, que informava que a energia elétrica no Rio de Janeiro se iniciou em março de 1907, portanto, 1 ano e 5 meses depois de Piraju (CÁCERES, 2008, p. 150).

Essa informação é interessante para apontarmos o tamanho e a rapidez do desenvolvimento técnico em Piraju, se comparado ao da capital do Brasil naquele período.

²⁹ Segundo o IBGE – cidades: “Chegou a possuir 10% de toda energia elétrica gerada no País [...]. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 27 de Out. 2011.

³⁰ O e-mail com as informações solicitadas pelo pesquisador foi encaminhado no dia 22 de agosto de 2002 e a cópia deste encontra-se na página 150 no livro “Ataliba Leonel: Panorama de uma época” publicado em 2008.

³¹ Para essa informação foi utilizado a fonte: Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de memória da eletricidade no Brasil, 1988, p. 31-39.

A tecnologia desenvolvida foi importante para o avanço de diversas outras técnicas em Piraju, como por exemplo, o bonde elétrico. Neste caso, não só em Piraju, mas também em diversas cidades na qual a chegada da energia elétrica foi suporte para a instalação dos bondes elétricos.

Portanto, o município chegou ao final da primeira década do século XX, com os serviços públicos organizados, ou em vias finais de organização, que para uma cidade interiorana era motivo de alegria, contudo, ao analisarmos tal situação, percebe-se que a extensão de serviços para fins particulares não atendia a maioria da população pirajuense, pois a energia elétrica gerada em 1905 estava disposta primeiramente para uso industrial (CERVEIRA FILHO, 2007). “A energia elétrica de Piraju atendia a 263 casas particulares, à Câmara Municipal, à Estação Sorocabana e a cinco instalações industriais.” (CÁCERES, 1998, p. 59).

Cerveira Filho (2007) destacou que, desde a inauguração do ramal ferroviário que ligava Piraju ao distrito de Manduri, e conseqüente à EFS, o acesso até ao centro da cidade era feito por um percurso de aproximadamente 3 km, com a travessia em uma ponte de madeira em terreno com bastante declividade sobre o vale do Rio Paranapanema. Utilizando-se de tecnologia vapor, essas dificuldades impostas pela natureza local foram suficientes para desencorajar a extensão até o centro da cidade. Por isso, a produção cafeeira tinha que se ver às voltas com os carros de bois para o transporte da safra até a estação do ramal local. A percepção dessa dificuldade contribuiu para a busca de novas tecnologias de transporte que minimizassem tais inconvenientes. A partir desta preocupação, a utilização da força das águas para se aumentar a produção de energia elétrica com fins de qualificação do transporte no município de Piraju foi algo que ocorreu posteriormente.

Sucessivo a esses fatos, a construção da UH Boa vista, nas águas do ribeirão Boa Vista no município de Piraju com potencial de 0,8 mw. Deste modo, se anteriormente faltava infraestrutura para o transporte, em 1912 a região foi inundada por uma oferta energética superior à demanda. A lei municipal n. 1 de 5 de janeiro de 1912, investiu na desapropriação de terras para a construção de UH. Diferente da UH Monte Alegre na qual a câmara municipal que realizou tal investimento, para a empresa UH Boa Vista a municipalidade contratou os serviços da *Companhia Bromberg & Hacker*, agente paulista da empresa alemã *Siemens-Schuckertwerke*, e também a *Companhia Eduardo Guinle* para

a construção do *Traway Eléctrico Municipal de Piraju* (POLENGUI, 1984; CÁCERES, 1998; CERVEIRA FILHO, 2007).

Segundo Portela (2006) o bonde elétrico é inaugurado em 1900 em São Paulo, sob a concessão da *Light* e conhecida como *The São Paulo Tramway, Light Power Company*, empresa que durou cerca de 50 anos e foi responsável pelo controle do transporte público de São Paulo. Seguindo os passos da capital paulista, através da lei nº 8 de 10 de maio de 1911, a prefeitura fez um empréstimo de 1:000\$000 réis para o resgate de dívida contraída e para a construção de um “*tramway*” elétrico desde a vila Tibiriça até Sarutaiá (distrito de Piraju em 1911), passando pela cidade.

A lei municipal nº 1 de 5 de janeiro de 1912 declarou de utilidade pública terrenos da Fazenda Santa Virginia, Necessários as obras hidráulicas para a instalação da usina elétrica municipal.

A escolha da área a ser desapropriada para a implantação da UH Boa Vista nos dá uma boa medida desta equação. Os mais interessados nesta questão eram os fazendeiros que tinham suas propriedades localizadas na porção agrária mais antiga do município, na região sul, e que haviam ficado muito distante da recém-inaugurada EFS. A UH Boa Vista, construída a 15km do centro urbano de Piraju, foi planejada como logística de eletrificação para escoamento da produção de uma ampla área agrícola, cujo o centro situava-se no limiar entre os, então, distritos de Sarutaiá, Tejupá e Timburi (CERVEIRA FILHO, 2007, p. 108).

Deste modo, é possível entender o porquê da construção da grande malha no qual o bonde elétrico percorria. Para atingir as fazendas de café que se localizavam distantes do centro urbano e da estação ferroviária, nos distritos de Sarutaiá, Tejupá e Timburi.

A lei nº 5 de 16 de fevereiro de 1912 tornou obrigatório, para todos os prédios do perímetro urbano, o suprimento de água e esgoto. A 21 de outubro de 1912, através da Lei nº 9, fez-se novo empréstimo suplementar de 150:000\$000 réis, para despesa do “*tramway*” elétrico de Piraju-Sarutaiá. No dia 23 de outubro de 1912, mediante a lei nº 10, foi feito novo empréstimo de 1:250\$000 réis, pelo prazo de 30 anos, para resgatar o empréstimo de 13 de novembro de 1911 e para a conclusão das obras do bonde elétrico (CÁCERES, 1998, p. 58-59).

Quando ainda se implantavam dormentes na malha ferroviária da porção sul, A Câmara municipal firmou dois importantes contratos. Em 1914 a *Caisse Générale de Prêts Foncier et Industriels* (Caixa Geral de Empréstimos Fundamentais e Industriais) da França levantou fundos para construir um bonde elétrico da estação ferroviária para a cidade e além de Piraju para a zona rural rica em café. E o outro contrato foi firmado com a

empresa anglo-americana *Iron Company* (BIC), na qual contratou para edificação da ponte sobre o rio Paranapanema para a interligação dos ramais ferroviários, figura 6. (CÁCERES, 1998; CERVEIRA FILHO, 2007).



Figura 6 - Piraju: Ponte sobre o rio Paranapanema construído pela *Iron Company*, s/d.
Fonte: Allen Morrison, 1984.

A instalação da ponte foi importante para a ligação da cidade com a estação ferroviária, anterior a esse período a ponte era de madeira e era de difícil acesso atravessar sobre ela. A nova ponte construída não era apenas uso do bonde elétrico e também de pedestres e animais e outros veículos, pois não havia outro modo de cruzar o rio Paranapanema.

O *Tramway Eléctrico Municipal* de Piraju começou seus testes em 1º de agosto e foi formalmente inaugurado em 15 de agosto de 1915. O intervalo entre os trilhos da linha era em metro e os vagões levavam postes de bonde de estilo americano, figura 7.



Figura 7 - Piraju: inauguração do bonde elétrico – *Tramway*, 1915.

Fonte: Allen Morrison, 1984.

A linha do bonde começava na estação ferroviária e percorria o centro da cidade e estendia até o distrito de Sarutaiá. Ela movimentava um grande volume de mercadorias produzidas nas fazendas locais e era a ferramenta de transporte urbano e de rural-urbano. Vale ressaltar que o bonde elétrico de Piraju, foi um dos poucos no Brasil a ter essa estreita relação do urbano com o rural, talvez o fato dos fazendeiros do café, visualizar no bonde a capacidade de escoamento de suas safras de café, estreitou essa relação, figura 8.

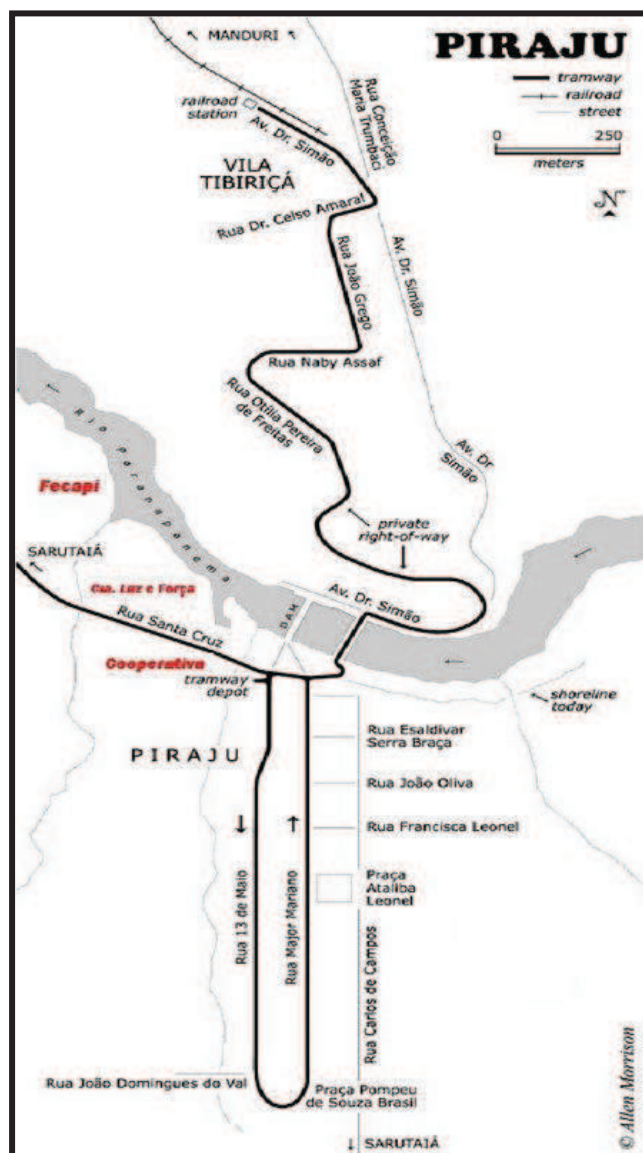


Figura 8 - O percurso do “Tramway” elétrico no município de Piraju-SP, 1915-1937.
Fonte: Allen Morrison, 1984.

Segundo o historiador local, Cáceres (1998), essa linha de bondes atravessava as principais fazendas de café do município, atingia o distrito de Sarutaiá, com 26 quilômetros de extensão, estando, em 1921, em tráfego o seguinte material rodante: dois carros com motores para passageiros e dois carros sem motores, que eram rebocados. Cada carro de passageiros dispunha de quatro motores de 50 HP. Para o serviço de carga eram organizados trens, havendo, para isso, outros carros para carga, com motores de força de 200 HP cada um. Havia ainda dez gôndolas abertas para o transporte de madeira e quatro gaiolas para a condução de animais. A força motriz era proveniente da usina para esse fim instalada na propriedade de Ataliba Leonel. A queda d’água possuía cerca de 70 metros de altura e uma média de 300 litros por segundo.

Se compararmos a extensão da linha do bonde de São Paulo no início do século XX que chegou a ter 160 km Portela (2006) e a de Piraju com 26 km Cáceres (1998), a disparidade é grande, mas se levarmos em consideração que São Paulo é a capital paulista e possui uma demanda maior de transporte público urbano e grande volume de circulação na metrópole, podemos afirmar que Piraju teve um grande desenvolvimento nas extensões da linha do bonde; conseguia fazer uma grande articulação no espaço urbano e o seu chão férreo se estendia até as principais fazendas do café, por esse lado podemos compreender a dinâmica do bonde-elétrico em Piraju.

O que abriu a região aqui foi o café, a fazenda nossa tem mais de 100 anos. Porque a fazenda nossa lá era da irmã do Ataliba Leonel, próxima da fazenda do Ataliba Leonel, a fazenda Santa Maria. A fazenda Santa Maria era do Ataliba e a fazenda Grande que é a Campo de Ouro, na época chamava fazenda Grande, mas que não era tão grande como a do Ataliba Leonel, a fazenda era da dona Maria Leonel. Inclusive o bonde passava, ele saía da estação de trem aqui ia pela estrada do Cágado e ele andava pela cidade também, subia a 13 de maio ia até lá pra cima e voltava pela Major Mariano parece, não me lembro mesmo, pois foi tirado em 1930 (risos). Mas esse bonde ia pela estrada do Cágado, até a ponte no ribeirão da Neblina e logo depois da ponte ele subia a esquerda e saía na fazenda do Luciano e Adriano Pires lá, e subia passava na fazenda nossa e depois ia à fazenda Santa Maria que era do Ataliba, quer dizer, ele fez pra passar na fazenda dele, ele mandava e desmandava aqui, e depois foi até Sarutaiá e voltava trazendo algodão, gente e café, pois não tinha estrada aquele tempo, as estradas eram para carroças. R. M. F.³²

Como podemos observar na figura 9, o bonde foi muito utilizado para a circulação das pessoas nos limites municipais, fazia relação campo-cidade ou cidade-campo, o indivíduo tinha maior facilidade de mobilidade no espaço com a implementação do transporte, mas como já comentado anteriormente, o bonde foi uma importante ferramenta para escoar safras de produtos agrícolas municipais, fazia a ligação até a estação ferroviária.

³² (59 anos, engenheiro agrônomo e produtor rural, concedida no dia 02/05/12).

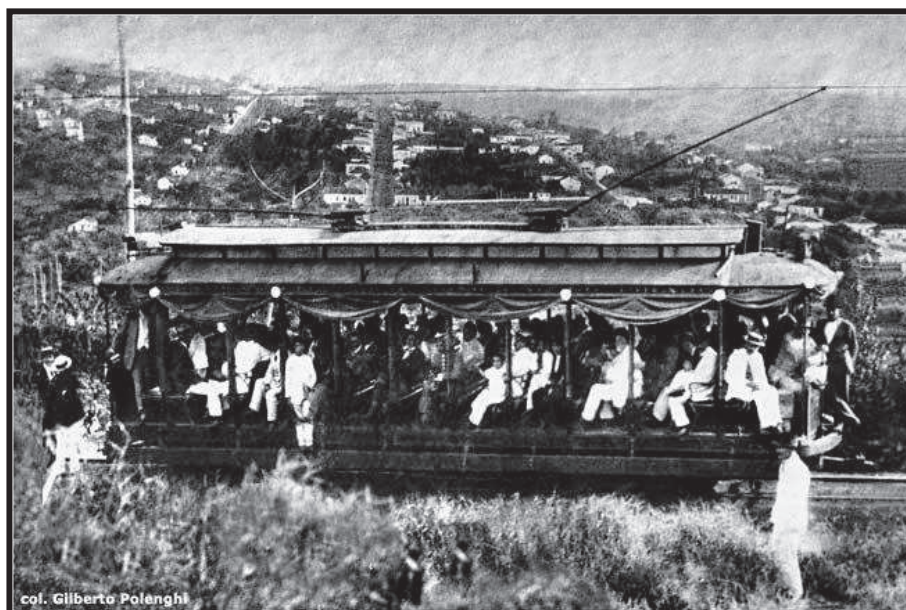


Figura 9 - Piraju: Bonde elétrico no transporte de pessoas, sem data.

Fonte: Acervo municipal, 2011.

A moradora de Piraju D. G.³³ comenta que chegou a andar de bonde em Piraju:

Eu sou ainda do tempo do bonde, tinha bonde aqui em Piraju, ele descia aqui fazia a volta e ia pela rua 13...andei a tia pegava as crianças e sobrinhos que estavam reunidos na casa da minha vó, ali nessa rua mesmo tem um sobrado de três andares e por ali ela pegava o bonde na rua 13 e ele dava volta aqui e descia lá perto do sobrado de três andares e eu me lembro andei de bonde, com os meus priminhos com a minha tia, foi uma pena ter tirado o bonde daqui né...pra mim foi retirado em 1933 mais ou menos 1934, foi mais ou menos perto da revolução dos gaúchos que entraram aqui.

Na figura 10, o bonde elétrico é utilizado para o transporte de algodão, que era outra atividade agrícola produzida em algumas fazendas do município, era a segunda atividade mais lucrativa desenvolvida em Piraju, representava 1/10 dos produtos exportados providos de Piraju.

³³ (92 anos, artesã, concedida no dia 04/04/12).



Figura 10 - Piraju: Bonde elétrico usado no escoamento de safras agrícolas, sem data.
Fonte: Acervo municipal, 2011.

Cáceres (1998) dá ênfase aos serviços que o bonde disponibilizava quando o comenta as características dos carros de carga e que nestes circulavam tanto mercadorias como produtos agrícolas, madeiras e animais. Todo esse complexo férreo era fomentado pela energia elétrica gerada nas usinas hidrelétricas municipais. “Durante o ano de 1920, o bonde transportou 75 mil passageiros e 8 mil toneladas de mercadorias, Os preços de passagem da cidade à estação e vice-versa custavam 5\$ réis por pessoa. Para Sarutaiá corriam diariamente quatro trens de ida e volta, obedecendo aos horários de chegada e partida dos trens da Sorocabana” (CÁCERES, 1998, p. 70). A estação ferroviária do ramal sorocabana e o bonde elétrico “*Tramway Municipal*” eram interligados (figura 11) tanto nos horários para os fluxos de mercadorias e de pessoas.

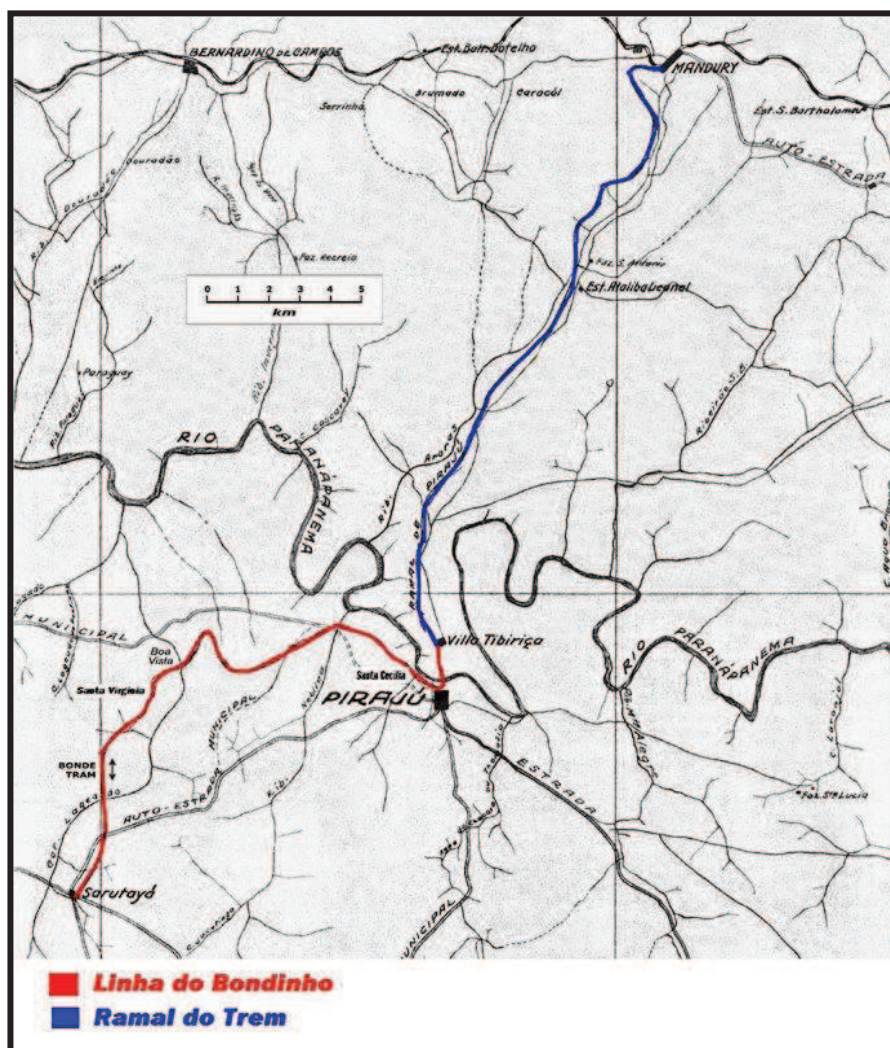


Figura 11 - Linha do bonde elétrico de Piraju e ramal Sorocabana interligados.
Fonte: Acervo Municipal, 2011.

No que tange ao trabalho, nos períodos áureos do bonde elétrico, o número de trabalhadores do “*Tramway*” era o quádruplo da prefeitura a sua funcionalidade era importante também para flexibilidade da economia local, pois, teve a capacidade de circular produtos econômicos. Foi também uma empresa que mantinha uma demanda de empregados (CÁCERES, 1998).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio (1924, p. 49) “A Câmara Municipal de Piraju projecta extender essa linha de bondes até o município de Fartura e dahi fazel-a penetrar no futuro Estado do Paraná, até a cidade de Jaboticabal, naquelle Estado”. Esse projeto não se concretizou, todavia, se realizasse seria o primeiro bonde elétrico interestadual no Brasil, ligando Piraju a Jaboticabal atual (Carlópolis-PR).

O avanço tecnológico e energético em Piraju, em grande parte, esse desenvolvimento está atrelado à importância política que os políticos de Piraju exerciam nas esferas estaduais e nacionais.

3.2.3 Piraju: a política nos tempos da política do café-com-leite³⁴

A movimentação política e econômica de Piraju, nas três primeiras décadas do século XX era grande. As riquezas geradas pelo cultivo do café não tardaram a apontar o município como centro de uma região que desenvolvia em ritmo acelerado (CERVEIRA, 2007).

Entre as pessoas que contribuíram para o crescimento de Piraju esta o advogado Ataliba Leonel, considerado até os dias atuais o maior representante político que o município já teve. Ele foi uma figura política importante de Piraju no início do século XX, nascido em Itapetininga em 1875, filho de Mariano Leonel Ferreira “o major Mariano” e de Francisca Carolina Rolim, família tradicional na política paulista nas quais representavam Itapetininga e região na política. Posteriormente a sua família transferiu-se para a vila de São Sebastião do Tijuco Preto, após adquirir terras. Pelo prestígio político da família foram acolhidos de braços abertos pela população da vila do Tijuco Preto (CÁCERES, 2008).

Formou-se em direito em São Paulo e posteriormente Ataliba Leonel filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP), sendo eleito vereador em Piraju com 248 votos em 1899 e sendo eleito pelos seus pares, presidente da Câmara Municipal de Piraju. Nas eleições de 1901, houve nova eleição e Ataliba Leonel foi reeleito com 425 votos e novamente conduzido à presidência da Câmara municipal. Em 1903 é eleito vereador pela terceira vez com 450 votos e deu continuidade como presidente da Câmara municipal, no mesmo foi eleito deputado estadual e obteve 629 votos. No ano de 1905, Ataliba Leonel foi eleito vereador pela quarta vez com 402 votos e prosseguiu como presidente. Em 1907 foi reeleito deputado estadual com 739 votos e também no mesmo eleito pela quinta vez como vereador com 600 votos e sucessivamente mais uma vez eleito presidente da Câmara municipal (CÁCERES, 1998; 2008).

³⁴ “[...] a proclamação da República preservou o poder nas mãos da elite nacional, que era, naquele momento, representada pelos “barões de café”.” (SCHIFFER, 2010, p.81).

No ano de 1909, é mais uma vez escolhido pelos seus pares, presidente da Câmara, no ano seguinte em 1910 é eleito pela terceira vez deputado estadual com 1.542 votos e novamente é eleito pra ser presidente da Câmara, ainda neste ano foi eleito vereador pela sexta vez com 708 votos. Novas eleições foram realizadas em 1913 e Ataliba Leonel foi eleito pela quarta vez com 1.089 votos, ao passo que no mesmo ano o promotor público Washington Osório de Oliveira³⁵ obteve 405 votos e não se elegeu (CÁCERES, 1998; 2008). São realizadas novas eleições para vereador no ano de 1913 e Ataliba Leonel é eleito pela sétima vez com 1.012 votos. Ataliba Leonel foi eleito sete vezes vereador e 14 vezes presidente da Câmara, em janeiro de 1917 despediu-se da Câmara Municipal de Piraju.

Em entrevista com M. F. S. C.³⁶ comenta que Ataliba Leonel nunca foi prefeito de Piraju e aponta que;

[...] a câmara era o órgão principal, não era a prefeitura, quem mandava era a câmara. O Ataliba não foi prefeito de Piraju ele foi muito mais do que isso, mas não era prefeito que mandava, era a Câmara que mandava. Eles escolhiam e agora vai ser você o prefeito, era escolhido pela câmara e quem decidia isso era o presidente, e olha onde que era feito os projetos na Câmara [...].

Portanto, quem comandava a política local era a Câmara Municipal de Piraju e como presidente teve por diversas vezes Ataliba Leonel, deste modo como o prefeito era nomeado pela Câmara, a pessoa do Sr. Ataliba nunca se interessou em ter esse papel na política, já como vereador ele teve uma vitoriosa representatividade.

Em 12 de fevereiro de 1916, foi eleito pela quinta vez à Assembleia Legislativa de São Paulo, obtendo 1.214 votos em Piraju e 564 votos em Fartura. “Ao mesmo tempo que o prestígio de Ataliba Leonel crescia no Estado, a cidade de Piraju transformava-se dia a dia, com embelezamento e desenvolvimento” (CÁCERES, 1998, p. 67).

³⁵ Washington Osório de Oliveira nasceu em 1872, na cidade de Santa Maria Madalena, província do Rio de Janeiro. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1898. Foi nomeado Promotor Público da comarca de Piraju, no Estado de São Paulo; assumiu o exercício em 10 de outubro seguinte e serviu até 26 de agosto de 1908. Abandonou então a Magistratura, dedicando-se com grande sacerdócio à advocacia, em que obteve imensos triunfos, devidos à sua vasta cultura e inteligência, tornando-se notável advogado. As instâncias do Marechal Hermes da Fonseca, que desejava preencher a vaga de Juiz Federal, no grande Estado de São Paulo, com um jurista de grande valor e independente, aceitou a nomeação realizada em decreto de 12 de junho de 1914. Getúlio Vargas, reconhecendo o grande merecimento de Washington de Oliveira, resolveu, em decreto de 1º de outubro de 1938, nomeá-lo Ministro do Supremo Tribunal Federal. Faleceu em 1950 em São Paulo. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=111>>. Acesso em: 04 de Jul. 2012.

³⁶ (75 anos, professor e historiador de Piraju, concedida no dia 05/04/12).

No ano de 1922 em novas eleições para a Assembleia Legislativa de São Paulo, foi eleito com 1.650 votos em Piraju para deputado estadual. Dando continuidade na carreira política foi eleito nas eleições de 1924, para o cargo de senador estadual pelo Partido Republicano Paulista, conseguindo em Piraju 1.387 votos.

Em 1924 é nomeado general, pois chefiou o batalhão do qual era patrono, neste ano, revoltosos tentaram derrubar o então governante paulista Carlos de Campos e partiram três batalhões chefiados por Ataliba Leonel, Fernando Prestes e Washington Luís, essas unidades constituíram com tropas do Exército e da Força Pública a Coluna Sul. Está foi encarregada de combater os focos de resistência no interior, com a participação do agora General Ataliba Leonel o mesmo conseguiu a ter ainda maior destaque no cenário paulista. Para coroar o ano foi eleito para a comissão diretora do PRP, o mais alto cargo do partido. Outra vitória da população de Piraju foi ter elegido para o cargo de deputado estadual o professor Flamínio Ferreira Pinheiro Machado obteve 1.207 votos em Piraju. Portanto, a população pirajuense passou a ter dois representantes no legislativo, Ataliba Leonel no Senado e Flamínio Ferreira Pinheiro Machado na Assembleia legislativa (CÁCERES, 1998; 2008).

Em 5 de maio de 1925, novamente houve eleições para o Senado Estadual e Ataliba Leonel obteve em Piraju 1.448 votos e sendo novamente eleito. Na mesma eleição houve para a Assembleia Legislativa de São Paulo e o deputado Flamínio acaba se reelegendo com 1.448 votos em Piraju. Em 1926, houve eleições para deputado federal com 1.255 votos em Piraju, a razão pela candidatura a deputado federal já que no ano anterior tinha sido eleito senador, foi um pedido de Washington Luís (eleito presidente nas eleições de 1926) que precisaria dele na Câmara dos Deputados, para ocupar a principal comissão, a de Finanças e Orçamento, o que acabou acontecendo. Ainda em 1928, foi eleito pela terceira vez deputado estadual o professor Flamínio Ferreira com 1.994 votos na comarca de Piraju e teve a companhia do candidato eleito para deputado estadual Jaime Leonel (filho de Ataliba Leonel) que obteve 2.276 votos na comarca de Piraju. Neste período Piraju tinha 32 mil habitantes e contava com um representante na Câmara Federal e dois representantes na Assembleia Legislativa (CÁCERES, 1998; 2008).

A história de Ataliba Leonel com Piraju entre os anos dos quais estudamos (1908-1929) é de grande relevância para a consolidação do município. Foi cafeicultor e lutou pelas instalações do ramal Sorocabana, posteriormente foi um dos articuladores do projeto

para a instalação do bonde elétrico, que por sinal a linha passava em sua fazenda, ou seja, tinha o interesse pessoal na construção.

A entrevistada D. G.³⁷, relata a sua experiência e vivência com Ataliba Leonel, e narra um dos momentos que esteve com ele:

Por causa que aqui é terra do Ataliba Leonel político e era deputado e eu conheci ele, pois minha avó mandou eu e minha prima lá na casa deles e nós fomos lá fazer uma visita para a dona Chiquinha e a dona Chiquinha não estava e ele nos tratou muito bem, mandou sentar e esperar, porque ele estava com político lá conversando e então deixou a gente sentadinha lá e foi num caixão branco e tirou de lá uma bandeja grande de uva e a gente não estava muito acostumada com uva né que era uma coisa diferente, e ele tirou e disse chupem a vontade. Então quando falavam mal do Dr. Ataliba eu dizia não e ele muito bom deu tanta uva e eu defendia ele por causa da uva (risos). Ele era uma pessoa muito boa, mas ele era político e meu pai era do lado dele, era o Nestor do Val e foi dono do Jornal o Piraju, por muitos anos, por 18 anos; e ele tinha muita amizade com o Dr. Ataliba e era do lado do Dr. Ataliba.

Neste período Piraju passou a receber diversas importantes visitas de políticos, entre os quais citamos anteriormente o governador Jorge Tibiriçá que em 1908 esteve presente em Piraju para a inauguração da Estação Ferroviária. Outra visita importante nessa época ocorreu em 1913 quando o ex-presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, passou em Piraju e se hospedou durante alguns dias, pois se encontrava residindo e exercendo sua profissão seu filho Kermit Roosevelt, que dirigia a construção da ponte de ferro para o tráfego do bonde.

Na figura 12, no trole estão presentes Theodore Roosevelt, coronel Pederneiras e Ataliba Leonel. Piraju sempre recebia personalidades importantes da época e sendo assim, eram necessários investimentos na cidade. Deste modo, a implantação de técnicas modernas para bens e serviços foi consolidada nessa fase, por exemplo, a luz elétrica em (1905), água e esgoto (1910), o telefone público em (1908) e a construção do bonde *Tramway* elétrico (1914).

³⁷ (92 anos, artesã, concedida no dia 04/04/12).



Figura 12 - Visita do ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt em 1913.
Fonte: Acervo municipal, 2012.

Outro fato que importante para Piraju no início do século foi a construção do Piraju Hotel, pois era necessário um hotel moderno e confortável para hospedar representantes políticos na época. Até meados de 2010 o Piraju Hotel estava em funcionamento, entretanto, atualmente encontra-se fechado para reforma.

A 5 de abril de 1926, foi inaugurado o Piraju Hotel, idéia dos políticos locais, para que a cidade tivesse um local digno de alojar autoridades que para cá viessem. O prédio tinha dois andares, construção sóbria e elegante, com luz direta e arejamento em todos os apartamentos, salão de refeições; oferecia todos os domingos, às 19 horas, “dancing dinners”, segundo noticiou a imprensa; era considerado na época um dos melhores hotéis do interior de São Paulo (CÁCERES, 1998, p. 88).

A inauguração do Piraju Hotel em 1926 veio pra sanar a necessidade da construção de um espaço para hospedar principalmente as autoridades que chegassem a Piraju, o que na época expressava riqueza e luxo da Piraju cafeeira e política. “Várias eram as marcas de inspiração na utopia da Belle Époque, destacando-se, porém, o apreço pelos novos projetos arquitetônicos e urbanísticos (DOIN *et al*, 2007, p. 99).



Figura 13 - Piraju Hotel, 2012.

Fonte: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

A figura 13 mostra a dimensão e expressividade do hotel, mesmo para os dias atuais. Na época de sua inauguração a arquitetura chamava atenção. Segundo Carvalho (2008), Piraju teve a febre de transformar a cidade de feições antigas numa outra, de aspecto moderno, através do incentivo à construção de prédios residenciais e comerciais que adequassem às regras da arquitetura moderna, da abertura de largas avenidas e da instauração de medidas de saneamento por muitas vezes repressivas e eugenistas³⁸.

Ainda do ponto de vista político, estes que faziam parte da oligarquia cafeeira paulista e detinham o poder. Na época era destacado o papel de cada liderança regional. Podemos citar os casos de lideranças regionais que surgiram, como Jacinto Ferreira de Sá, em Ourinhos, Antonio Evangelista da Silva “Tonico Lista” em Santa Cruz do Rio Pardo, Henrique Cunha Bueno em Ipaussu, estes tinham força localizada somente em seus municípios e vizinhanças, tinham como líder regional Ataliba Leonel, que cada vez mais era prestigiado e crescente em sua atuação política.

³⁸ Termo utilizado as ações criadas pelo barão Georges-Eugène Haussman. Também conhecida como haussmanização, que deve ser entendida como fenômeno urbano baseado nas reformas da capital francesa no século XIX, por conseguinte, envolvendo uma série de intervenções cirúrgicas fruto da ideia de uma cidade doente, cuja solução requeria a demolição do traçado arcaico, o tratamento disciplinador dado aos edifícios e jardins públicos e a adoção de uma série de medidas higiênicas (DOIN *et al*, 2007).

A entrevistada D. G.³⁹ relata sobre alguns momentos que ocorreram em Piraju e a sua vivência:

T: E o Piraju Hotel, a Sra. conheceu?

D: O Dr. Ataliba construiu o Piraju hotel, e foi um dos maiores hotéis e ainda é bonito, é uma pena aqui em Piraju deixar abandonar aquele prédio e faz falta, e tem que reformar.

Outra coisa que eu sinto quando eu vejo é o Piraju Hotel, era uma beleza o primeiro aqui, um prédio maravilhoso, tudo lindo. O salão era enorme, a gente dançava lá, no sábado e domingo durante o dia tinha musica e reuniam e ficava tudo muito bonito, ficava aquele salão bem iluminado, nossa era tão bonito, nossa tão gostoso a mocidade reunida, a gente aproveitava no Piraju Hotel, vinha muita gente de fora no Piraju hotel. Nossa jantares, tinham banquetes, ficava naquele enorme salão. Me deu vontade de chorar quando eu vi fechado, algo tão bonito está fechado (emocionada), aquele prédio maravilhoso, só reformar né...eu vi construir o Piraju Hotel.

T: Piraju era uma cidade muito pequena naquela época?

D: Era esse miolinho, era daqui para baixo, era mais em volta da igreja e passava o bonde que ia para a estação, atravessa a ponte que não é essa que tem hoje era outra, essa outra foi construída depois e foi quando subiu o rio com a barragem. Antes você via o rio lá embaixo e hoje você vê a água aqui em cima.

T: E sobre o bonde...

D: Poderia ter ficado muitos anos, até hoje para o turismo... aquele bonde ia até Sarutaiá tinha uma vista bonita, passava pelo morro e a gente via dos dois lados, eu me lembro que era menina pequena e fui até Sarutaiá de bonde.

T: E o ramal da sorocabana...

D: Eu viajei para São Paulo de trem, chegava em Manduri descia e tomava o trem que vinha lá de Assis daquele lado e a gente pegava o trem ali e ia até São Paulo, a estação de São Paulo era uma beleza, muita bonita.

T: Sua família foi produtora de café?

D: Em 1940 quando eu casei com o Camilo Golfieri, meu pai comprou uma fazenda pequena, mas depois ele continuou comprando as outras partes. Ainda temos a fazenda é nossa. Tínhamos gado lá, plantaram café no tempo em que todo mundo perdeu que deu geada que queimou muito os cafés. Papai disse uma vez assim, agora é época de plantar café outra vez, e vamos plantar café e começou, mas passou apuro com a geada, pois deu uns dois anos seguidos.

T: E os casarões da época...

D: A casa do filho do Ataliba fizeram o Banco do Brasil, ainda tem algumas casas, vai modificando aos poucos. A do Dr. Ataliba tem que manter aquela não pode...

T: E sobre a crise de 1929...

D: Depois de 1930 muita gente faliu com esse negócio de café, foi uma época ruim e depois veio a revolução de 1932.

Na entrevista podemos notar a importância do Piraju Hotel e o que ele representava para época, alguns relatos da entrevistada sobre a sua vivência no Piraju hotel, no bonde e no ramal da Sorocabana. Ela comentou sobre a crise posterior a 1930 onde muitas pessoas faliram com o café e que sua família também foi produtora de café.

³⁹ (92 anos, artesã, concedida no dia 04/04/12).

Por fim, ela deixou dois pedidos: a reforma do Piraju Hotel e a manutenção do casarão que foi de Ataliba Leonel.

3.2.4 A produção de café e a crise de 1929

Como já destacamos a produção cafeeira no início do século XX, era a principal fonte de renda na economia brasileira. A penetração de suas lavouras pelo Brasil são datadas ainda no século XVIII. As lavouras num primeiro momento eram modestas e a produção ficava para o consumo interno. Entretanto, logo após o primeiro quartel do século XIX, a produção cafeeira decolou, vindo a ocupar no curto espaço de 10 anos (1830-1840), o primeiro lugar nas exportações brasileiras (LAPA, 1986). Ainda o mesmo autor comenta que concorriamos com 1/5 do consumo mundial no período de (1830-1840), mas já no final do século XIX, assegurava 3/4 daquele consumo.

No final do século XIX a exportação de café de São Paulo passa a ocupar o primeiro lugar no rol das exportações nacionais. “O Estado de São Paulo foi o maior beneficiário do ciclo do café, ainda que tenha conquistado a hegemonia econômica nacional apenas em meados do século XIX, quando a produção cafeeira ultrapassou a região de Campinas com destino ao Oeste Paulista” (SCHIFFER, 2010, p. 81).

São Paulo conseguiu uma expansão máxima da produção de café numa fase em que havia mercado para esse produto, porque o nível de vida estava em elevação na Europa e nos Estados Unidos. Os recursos obtidos permitiram uma realização econômica diversificada na área cafeeira (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 36).

A província paulista aos poucos passou a substituir regiões antes mais prósperas como os baianos e fluminenses, que até então dirigiam o Império, caem com a proclamação da República para ceder lugar aos paulistas enriquecidos, donos da economia local (MILLIET, 1982).

A produção cafeeira utilizava numerosa mão de obra para desbastar e preparar as terras a serem plantadas, e as técnicas rudimentares aplicadas exauriam rapidamente as terras produtivas, requerendo continuamente abertura de novas áreas. Foi assim que a plantação do café, iniciada no Rio de Janeiro, rapidamente se espalhou para o sul de Minas Gerais e norte de São Paulo, sendo responsável pelo avanço da fronteira agrícola da região sudeste. Como decorrência configurou-se uma territorialidade de novas áreas e a estagnação de outras não mais produtivas. (SCHIFFER, 2010, p. 81).

A produção cresce demasiadamente e ocorrem às primeiras crises, as lavouras são amparadas pelos governos estadual e federal, porém o *rush* continua (MILLIET, 1982). A

primeira decadência da agricultura ocorreu no vale do Paraíba, pois com a abolição dos escravos, as crises repetidas, as aberturas de novas zonas férteis provocaram o abandono rápido dos cafezais e a queda da produção, concomitantemente decresce a população que no apogeu chegou próxima dos 500.000 habitantes (MONBEIG, 1984; MILLIET, 1982).

De modo para sustentar esse período econômico e evitar um maior declínio, isso no início do século XX, como alternativa a política cambial em 1906 foi firmado o Convênio de Taubaté, entre os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro e entre os governos dos respectivos Estados. Neste convênio os governos estaduais iriam garantir a compra de estoques como forma de reduzir a oferta internacional de café e elevar o preço do produto. Simultaneamente criou-se um imposto adicional às novas plantações do produto para reduzir a produção futura. O governo de São Paulo, refletindo a força política dos cafeicultores paulistas, foi o único a honrar esse convênio, financiando-se por mais de uma década em bancos internacionais (SCHIFFER, 2010).

Estas políticas eram muito vantajosas para o produtor de café e, contudo acabaram por incentivar novas plantações, gerando expansão territorial da área produtora, e facilitando o surgimento de novas zonas produtoras de café pelo estado de São Paulo.

Mesmo com essa quebra o plantio de café se alastra pelo interior paulista, acompanhando os trilhos das estradas de ferro e descobrindo novas terras de extraordinária fertilidade, essas frentes pioneiras foram importantes para o ordenamento do território paulista.

As localizações das lavouras de café no território paulista continuam florescentes nas regiões que eram os principais centros cafeeiros. Cresceu o número de pés de café na faixa de fronteira com Minas Gerais. Outro ponto de observação é a situação do café no planalto ocidental, onde ele havia apossado os melhores solos do início do século XX, nas manchas de terra roxa o café progrediu. A expansão cafeeira da época não foi somente um final de conquista de terra roxa em São Paulo, ela progrediu principalmente para o oeste, nos solos do arenito Bauru. Foi ao sul do Tietê que o desenvolvimento dos cafezais depois da crise de 1905 tornou-se mais espetacular, é crescente as regiões da Noroeste e da Alta Sorocabana, duas regiões que não conheciam a produção de café a alguns anos antes (MONBEIG, 1984). As frentes de expansão da produção cafeeira seguirão paulatinamente o avanço das estradas de ferro (figura 14), até pelo fato da proximidade facilitar o transporte e a circulação das safras cafeeiras até o destino para a exportação, o porto de Santos.

Das zonas de produção de café tivemos no estado de São Paulo, como pioneira o vale do Paraíba ou zona Norte, que teu ponto culminante do progresso situou-se entre 1854 e 1886, como já citamos anteriormente, a crise dessa zona é apontada os fatores como a abolição, crises repetidas e abertura de novas zonas de produção de café (MILLIET, 1982).

A zona Central como a zona Norte tem o seu desenvolvimento no início do século XIX, entretanto a zona Central leva sobre a do Norte a vantagem da qualidade das terras e beneficia do incremento da imigração numa medida bem maior. Deste modo, no seu apogeu, em 1886-1890, a imigração já se fazia em larga escala, com a abolição da escravatura pouco sofreu. A zona já era povoada e cultivada quando o café a invadiu, então com uma população de 102.733 habitantes, pois se cultivava açúcar nesta região (MILLIET, 1982). Ocupando as chaves todas das comunicações (as estradas de ferro que partiam para as outras zonas, cortavam a zona Central em destino ao porto de Santos), a zona Central tinha que participar de todos os surtos econômicos do Estado e principalmente o surto do café. Foi o que realmente se deu e de sua situação geográfica decorre em grande parte o seu progresso interrupto (MILLIET, 1982).

Outras áreas foram a Mojiana e a Paulista, que segundo Milliet (1982, p. 49) “[...] apresentam tantas analogias que o estudo mais detalhado de seu desenvolvimento está a exigir-lhes a reunião num só conjunto”. Não podemos deixar de lado que nessas zonas, diferente do que ocorreu nas áreas mais antigas, o café precedeu os meios de transporte, a estrada de ferro vai atrás, a serviço dos fazendeiros instalados. Tanto na Mojiana como na Paulista, a decadência do café teve por consequência não o abandono das terras, como ocorreu na zona Norte, porém o ensaio de outras culturas substitutivas; a rede de estradas de ferro e rodagem, que se abriu por meio da invasão cafeeira, constituíram raízes bastante profundas para uma permanência do progresso as facilidades de comunicação compensando os rendimentos fracos (MILLIET, 1982).

Por fim, as zonas novas, que seriam a Araraquarense, Alta Sorocabana e a Noroeste. Que vão atingir seu maior desenvolvimento a partir das crises das outras zonas, sobre tudo quando se arruinam as lavouras da Mojiana e da Paulista. O progresso da Alta Sorocabana era tão recente quanto o da Araraquense e o mesmo ritmo espantoso de crescimento se observa de um modo geral nas regiões desbravadas por volta de 1920.

A tabela 1 que sintetiza o número populacional e produção no estado de São Paulo no ano de 1920. A maior produção cafeeira nesse período no estado de São Paulo estava centrada na zona da Mojiana/Paulista, entretanto, essas regiões chegavam ao seu ápice de produção nesse período e, posteriormente se iniciou a decadência da produção sendo substituída por outras lavouras. A região Norte e Central estão em ritmo decadente de produção cafeeira, no Norte principalmente se esgotava o cultivo de café. Nas zonas novas, prosperava em ritmo acelerado a zona da Araraquense e as novas como a Noroeste e Alta Sorocabana mesmo que recentes já começavam a expressar algumas produtividades.

Tabela 1- São Paulo: produção de café e população (1920)

Zona	População	Porcentagem s/a produção total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/a produção total
Norte	490.660	13,43	767.069	3,47
Central	769.802	21,07	2.780.525	12,58
Mojiana	811.974	22,23	7.852.020	35,53
Paulista	537.237	14,71	4.148.462	18,77
Araraquense	579.653	15,87	4.152.438	18,79
Noroeste	136.454	3,74	722.119	3,27
Alta Sorocabana	329.994	8,95	1.676.228	7,59
Total	3.652774	100,00	22.098.861	100,00

Fonte: Milliet, 1982.

Adaptação: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

A população se concentrava nas áreas pioneiras na produção de café, principalmente nas zonas que já integraram com eficácia esse período econômico, como o Norte e Central. Outras áreas de crescimento populacional podem apontar a Mojiana, Paulista e Araraquense que no período destacavam-se com a quantidade que se produzia de café, era atraída pra essas regiões a população crescente em busca de emprego. Nas zonas do oeste paulista, das zonas da Alta Sorocabana e Noroeste, a população mesmo que

pequena, porém crescia rapidamente, essa área do sertão paulista desconhecido era desbravada e iniciava as suas lavouras de café.

Expressava-se um esquema de ocupação do café, no sentido ao oeste e ao interior do estado de São Paulo, conforme a figura 15. Na figura pode ser observado o avanço cronológico do café pelo estado de São Paulo, que primeiramente se estabeleceu no vale do Paraíba ou zona Norte (1836), posteriormente, avançou para as regiões próximas da capital paulista, como em Sorocaba, Itu e Jundiaí “zona Central” 9 (1854), sucessivo as frentes avançam para as áreas que vão dar nome a Mojiana e a Paulista (1886), no século XX esse roteiro do café chega a zona na qual se constitui a Araraquense (1920), e por fim, a última frente na expansão do café no território paulista são as zonas novas, como a Noroeste e a Alta Sorocabana. Posteriormente essas frentes pioneiras marcham e transpuseram a fronteira paulista, atingindo as terras do norte paranaense e lá vão construir um novo período cafeeiro.⁴⁰

⁴⁰ (MILLIET, 1982); (MONBEIG, 1984); (CANCIAN, 1981)

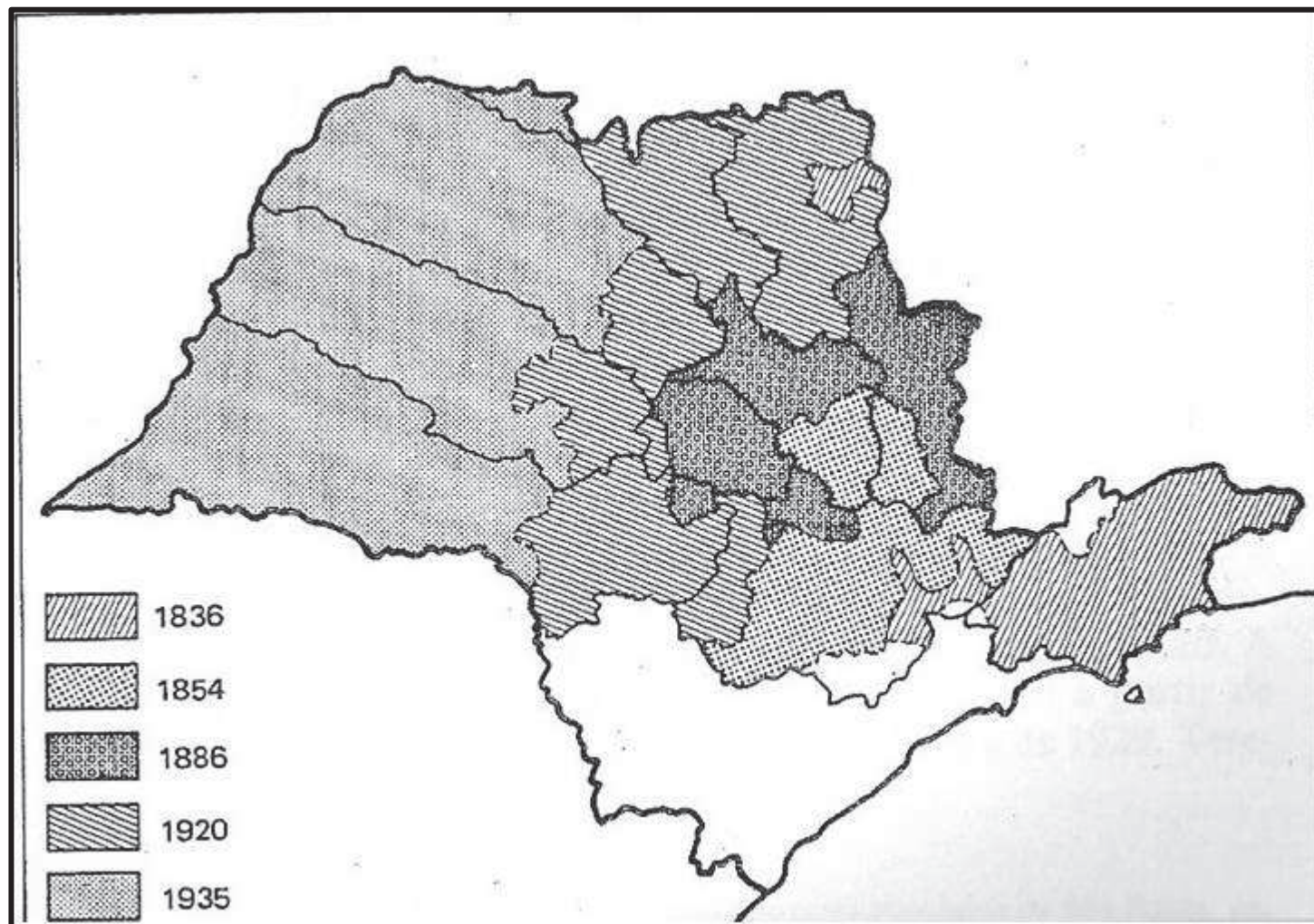


Figura 15 – São Paulo: esquema da ocupação cronológica do café.
Fonte: Milliet, 1982.

A produção cafeeira em Piraju começa a apresentar destaque no início do século XX, segundo o Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (1924, p. 31) “a principal cultura do município é a do café. E’ ella que representa, innegavelmente, o poder efficiente e dominante entre todas as actividades do commercio e das industrias municipaes.” O município possuía 12 máquinas de benefício de café e uma produção de 75.000 sacas por ano, evidentemente Piraju seguia as trilhas do Brasil, pois o café era o maior produto exportado; com o café valorizado e com os seus cafeicultores investindo cada vez mais em seu plantio, Piraju também passa a participar da vida política do país (CÁCERES, 1998).

Piraju possuía grandes fazendas que possuíam instalações apropriadas para o benefício de café, como: Vastos terreiros construídos de cantaria, lavadouro para café, água encanada para transporte de café, colônias, algumas ainda possuíam maquina de beneficiamento de café e a partir de 1915 algumas foram servida pela linha de bondes elétricos que era utilizada para o escoamento das safras. Estas fazendas ainda possuíam milhares de pés de café, algumas passando dos 300.000 mil pés⁴¹.

Na questão do trabalho, eram as fazendas de café que abrigavam a maior parte da população, pois moravam nas colônias com suas famílias e trabalhavam na colheita de café. O emprego não era temporário e o cultivo durava o ano todo, então esse trabalhador constituía com toda sua família nas colônias de café e por lá se enraizava durante muito tempo trabalhando por uma única fazenda. E atividade do café exigia um volumoso número de trabalhadores e desde a abolição trabalho escravo, constituía-se sempre na ativação desse conjunto de meios de produção, que era a fazenda de café por colonos e camaradas munidos de uns poucos instrumentos rústicos de trabalho (SALLUM JR, 1982).

Tomados em conjunto, os vários tipos de empreiteiros-arrendatários – aqueles que formavam cafezais a partir do terreno limpo por conta e a mando dos fazendeiros, aqueles que os produziam a partir da terra coberta de mata e os que utilizavam por conta própria assalariados para a derrubada da floresta – constituíam uma série que medeava entre os colonos, de um lado, e fazendeiros de café, de outro, ou seja, entre o assalariamento como condição de usufruto da terra, de um lado, e a propriedade privada do solo como condição para a produção capitalista de café, de outro (SALLUM JR, 1982, p. 69).

Na Concepção de Sallum Jr (1982), os colonos não poderiam ser apontados como capitalistas na produção cafeeira, pois estes eram assalariados com a condição de

⁴¹ Cáceres (1998, p. 80) no qual relata sobre as principais fazendas de café do município e suas instalações para a produção de café.

usufruto da terra, já o fazendeiro era tido como capitalista, já que este tinha a propriedade privada do solo como condição para a produção capitalista de café.

A colheita do café começa em fins de maio. O primeiro trabalho é a varrição, varredura dos grãos que caíram nos últimos períodos de maturação. Depois vem a derriça, retirada dos grãos, com o trabalhador correndo a mão pelos galhos do pé de café. Em seguida executa-se a abanação, que é a retirada dos ciscos e detritos, com os grãos de café recolhidos sendo movimentados em peneiras. Após esta primeira etapa, o café é levado para região da sede da fazenda, onde é lavado e posto para secar. A secagem leva mais ou menos dez dias. Depois de seco, inicia-se o beneficiamento. Os grãos são descascados e separados em tipos, de acordo com o tamanho. Finalmente o produto é ensacado e está pronto para a torrefação ou para a venda in natura. O único trabalho básico que o cafezal não dispensa é o de carpa, realizado cinco vezes por ano para que o mato não cresça entre os corredores da plantação (MORAES, 1993, p. 15).

Enquanto na década de 1920, Piraju possuía poucas indústrias, todas relacionadas como o benefício do café, das nove indústrias relatadas por Cáceres (1998), cinco eram máquinas de beneficiar café, e em média cada indústria desse porte tinha entre quatro e cinco empregados, ou seja, movimentava poucos empregos. Das outras indústrias, uma era fábrica de farinha de milho que empregava cinco operários, outra era fábrica de massas alimentícias e possuía quatro empregados, fábrica de tijolos e por fim, a oficina do “*Tramway*” Elétrico Municipal. Conclui-se que, com exceção da indústria cafeeira, não havia nenhuma indústria digna de nota. O município tinha cerca de 6.628.000 cafeeiros⁴², com uma média de produção anual calculada em 85 mil arrobas por mil pés (CÁCERES, 1998).

Tabela 2 – Piraju: exportação dos produtos agrícolas em 1920 e faturamento em réis.

Produto agrícola	Faturamento	Porcentagem*
1. Café	6.736:560\$000	75,72
2. Algodão	848:000\$000	9,53
3. Porcos	750:000\$000	8,43
4. Milho	200:000\$000	2,25
5. Álcool (aguardente)	200:000\$000	2,25
6. Bovinos	100:000\$000	1,12
7. Feijão	36:000\$000	0,40
8. Arroz	26:000\$000	0,30
Total de exportações	8.896:560\$000	100,00

Fonte: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO, 1924.

Adaptação: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

*Porcentagem do faturamento do produto agrícola em relação ao número total de exportações.

⁴² Em Piraju 2.776.000 cafeeiros, Timbury 1.411.000 cafeeiros, Mandury 1.095.000 cafeeiros, Sarutayá 887.000 cafeeiros, Belo Monte 459.000 cafeeiros, somando o distrito sede de Piraju e os seus distritos, o município possuía 6.628.000 cafeeiros que ocupavam 10.056 hectares (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO, 1924).

Como podemos observar na tabela 2, a produção de café era a maior responsável pelas exportações agrícolas do município de Piraju, ela correspondia a 3/4 do que era produzido na economia; por sequencia aparece à produção de algodão 9.53%, como segunda atividade mais lucrativa e; a criação de suínos com 8,43% era o terceiro produto agrícola mais exportado, as demais produções agrícolas expressavam exportações mínimas como, por exemplo, de milho, de álcool, de bovinos, feijão e arroz.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (1924) a cultura cafeeira prosperava em Piraju, pelo relevo propício ao plantio com relevos de 500, 700 e 800 metros de altitude, e Piraju se situava sobre uma grande superfície de terras roxas⁴³ misturadas ao massapé vermelho, essas terras apresentavam bastante fertilidade.

Segundo Milliet (1982) a produção de café de Piraju no ano de 1920, era de 162.467 arrobas de café e juntamente com São Manuel, Botucatu e Itatinga era os maiores produtores de café da Alta Sorocabana. A população na época (1920) era de 29.353 mil habitantes; entretanto esse dado difere dos dados populacionais segundo o Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (1924), Piraju possuía 26.656 mil habitantes, destes 22.926 habitantes moravam na zona rural e trabalham nas lavouras e os outros 3.730 habitantes habitavam a zona urbana.

Tabela 3 – Piraju: população em 1924

Distritos	População urbana	População rural	Habitantes por distrito
Piraju	2.113	8.940	11.053
Sarutaiá	247	1.892	2.139
Timburi	457	3.912	4.369
Manduri	600	4.915	5.515
Belo Monte (Tejupá)	313	3.267	3.580
Total	3.730	22.926	26.656

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, 1924.

Adaptado: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Deste modo, conforme a tabela 3, o município de Piraju, tinha a maior parte da população rural (86%), o urbano se constituía com 14 % da população, o maior distrito é a

⁴³ “[...] o solo mais favorável ao café passou a ser reconhecido no Brasil com a denominação de terra roxa. Trata-se de uma terra vermelho-escura, resultante da decomposição de lençóis de rochas efusivas basálticas, profundas e permeável” (LAPA, 1986, p. 56-57).

sede Piraju, pois era lá onde se destinava as safras de café, o poder político e todas as técnicas e o desenvolvimento.

Ao que tudo indicava pelo crescente avanço das áreas produção, era que a exportação de café iria bem, porém o que apontava a economia era o contrário. Segundo Delfim Netto (2009) a situação se agravou ainda mais, pois a safra de 1920-21 apresentava-se volumosa e coincidia, portanto, para a queda dos preços do café dois motivos: um deslocamento para baixo da curva de procurado café e um aumento da oferta.

Com os preços do café caindo, esses movimentos repercutiram de maneira violenta sobre a taxa cambial. No caso brasileiro para o controle, utilizou-se de mecanismos de controle estatal com a compra e armazenamento do produto. Este controle estatal no Brasil chegou ao extremo de destruir estoques (ENDLICH, 2006). Segundo Furtado (2005) o mecanismo de defesa da economia cafeeira era um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave e esse complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século XX.

Esse contexto de controle estatal possibilitou Delfim Netto (2009), a distinguir fases da economia cafeeira. A primeira fase foi caracterizada pela ausência da intervenção estatal (da metade do século XIX ao início do século XX). Na segunda fase, o mercado cafeeiro já contava com defesa eventual (1906 a 1914), com destaque para três operações valorizadoras baseadas em acordos, preços e compras asseguradas pelo governo. Na terceira fase, há uma defesa permanente e institucionalizada (ora do governo federal, ora do governo do Estado de São Paulo) do mercado cafeeiro, a partir de meados da década de 1920.

Com a crise de 1929, e antecedendo esse ano a produção de café entre os anos de 1925-1920 o crescimento foi de quase 100 por cento, ou seja, houve uma enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior; enquanto, aumenta à produção, a exportação continua a mesma, em 1927-1929 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida (FURTADO, 2005).

Apesar dos esforços para a manutenção e da defesa, os preços do café caíram com muita violência muito maior do que a média dos preços dos demais produtos, o que revela, no fundo, a alta influência do nível de rendimento sobre a posição da sua curva de procura (DELFIM NETTO, 2009).

Essa situação só não se resolveu pro meio de um desemprego generalizado, pois os trabalhadores rurais aceitaram reduções de 30 a 40% em seus salários monetários, com a compensação de poderem ampliar as plantações da agricultura de subsistência entre as ruas dos cafezais (MENSAGEM PRESIDENCIAL, 1930, p. 27 *apud* DELFIM NETTO, 2009, p. 119).

Aliado à queda da bolsa de Nova Iorque/EUA em 1929, outros fatores contribuíram para o enfraquecimento e o surgimento da crise cafeeira, os nossos consumidores como Estados Unidos, França, Itália, passaram a comprar café de outros países; da Colômbia, Quênia, Equador e Etiópia e os lucros provenientes da cafeicultura passaram a ser pouco vantajoso, e atrativo aos produtores brasileiros, notadamente a solução foi da industrialização das cidades, e São Paulo foi perdendo força na produção de café e as frentes pioneiras do café após esse período avançam a outras áreas, como exemplo, o norte do Paraná.

Em Piraju ligada ao avanço das frentes pioneiras que avançaram ao oeste, sua produção cafeeira continuava a todo vapor, do mesmo modo ocorria na zona da Alta Sorocabana, a crise de 1929 desestabilizou a economia do café, entretanto até pela infraestrutura já desenvolvida para o cultivo do café e com as grandes lavouras, não ocorreu transformações sentidas nessa estrutura econômica já consolidada em Piraju.

3.3 Período 2: das crises à geada negra - 1930-1975

Entre 1930 a 1975, é um período que a produção cafeeira na Alta Sorocabana atingirá altos índices de produção, porém ainda no início dessa fase ela já começa a apresentar um desgaste que culmina no declínio da cafeicultura. Neste mesmo capítulo apresentamos as crises das técnicas de transporte, tais como: o bonde elétrico e o ferroviário. E a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), a Cooperativa dos cafeicultores de Piraju, a Festa do café em Piraju que são algumas propriedades que vão subsidiar a continuidade do café em território pirajuense. E encerramos essa fase, com a geada de 1975 que queimou os cafezais do município e que acelerou um novo modelo cafeeiro.

3.3.1 O ápice da produção de café na Alta Sorocabana e o fim desse modelo

Após a crise de 1929 são retomadas novas estratégias econômicas, essa fase de transição de uma economia agrícola para uma economia voltada à industrialização, mesmo que exista divergência na literatura, com o caso de Martins (2010), que comenta que a industrialização paulista está vinculada a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria. Porém Truzzi (1986), que estudou a relação café e indústria em São Carlos-SP, comenta que tanto as duas concepções tem em comum o “[...] fato de identificarem o processo inicial de industrialização como tributário da acumulação de capitais gerada a partir da cultura cafeeira desenvolvida no Estado de São Paulo em fins do século passado e início deste século” (TRUZZI, 1986, p. 155).

Porém, nem toda produção de café foi erradicada do estado de São Paulo, segundo Milliet (1982, p. 62):

Apesar das crises que se amiúdam, o café nas zonas virgens continua o melhor negócio do Brasil. Por isso mesmo, paralelamente, vai desenvolver-se no Noroeste, onde está a convidá-lo para a nova arrancada à linha estratégica construída através de numerosas matas e de terras excelentes. Desde 1920 certos núcleos se formam em torno de Lins, Piratininga, Piraju, Penápolis, Avaí.

Portanto, mesmo depois da crise de 1929, era um bom negócio cultivar o plantio de café nas zonas da Alta Sorocabana e na Noroeste, estas zonas estavam em fase de consolidação, pois a chegada nessas novas áreas foi tardiamente e o ciclo de desenvolvimento da produção cafeeira foi por volta do início da década de 1930.

Tabela 4 – São Paulo: produção de café e população em 1935.

Zona	População	Porcentagem sobre a produção total	Café Produção em arrobas	Porcentagem Sobre a produção total
Norte	483.834	9,79	898.332	1,71
Central	877.077	17,74	3.716.021	7,09
Mojiana	845.442	17,10	8.521.076	16,20
Paulista	661.920	13,39	6.110.213	11,64
Arararaquense	890.095	18,01	14.126.113	26,93
Noroeste	608.027	12,30	12.544.045	23,92
Alta Sorocabana	576.812	11,67	6.524.410	12,51
Total	4.943.207	100,00	52.440.210	100,00

Fonte: Milliet, 1982.

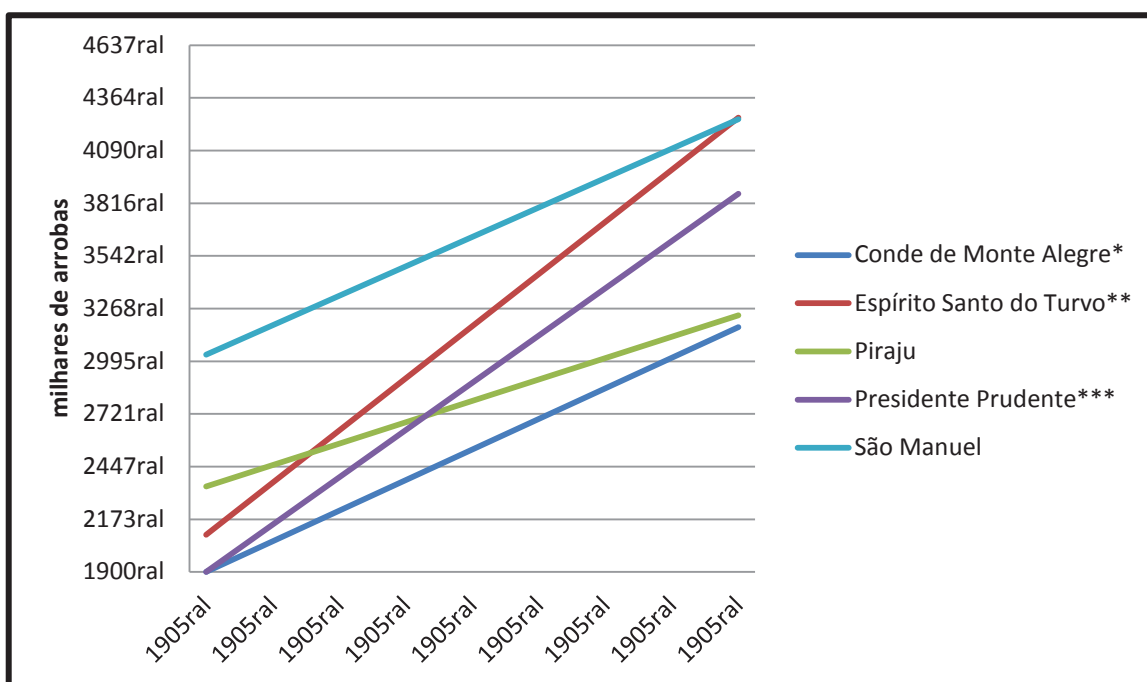
Adaptação: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

A tabela 4 revela que somente 15 anos mais tarde (comparando com a tabela 1), o deslocamento violento da zona cafeeira para as novas regiões. Por exemplo, na Zona Araraquarense e na Noroeste colheram mais da metade da produção total do estado de São Paulo, e conseqüente na Alta Sorocabana também ocorreu crescimento na produção. Essas zonas novas atinge seu maior vulto de produção em 1935 em plena crise (MILLIET, 1982).

Nesta fase, as outras zonas de produção cafeeira como a Norte, Central e Mojiana/Paulista (tradicional) vão direcionar a produção em outras atividades, e tem como destaque nessa nova fase a produção de algodão. “O milagre do algodão estanca a emigração para as zonas novas, fixa o habitante ao seu torrão, consolida e o progresso das cidades, ameaçando pela queda do café” (MILLIET, 1982, p. 29).

Em 1936 a produção de café na Alta Sorocabana atingiu alto índice de produtividade, se comparar com a produção de 1920, a diferença é bem perceptível. No gráfico abaixo podemos fazer essa análise entre os anos de 1920 e 1936, escolhemos os cinco maiores produtores de café da zona da Alta Sorocabana.

Gráfico 1 – Alta Sorocabana: produção de café entre 1920 e 1936.



* Compreende a produção somada de Maracaí, Paraguaçu e Quatá.

** Compreende a produção somada de Espírito Santo do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo, Bernardino de Campos e Xavantes.

*** Compreende a produção somada de Presidente Prudente, Santo Anastácio e Presidente Venceslau.

Fonte: Milliet, 1982.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Conforme o gráfico 1, podemos analisar as produções de café na Alta Sorocabana comparando a produção de anos distintos, um em 1920 e o outro de 1936, sete anos após a crise de 1929. Podemos notar o crescimento significativo das produções, nos cinco municípios selecionados, houve aumento, o café nesse período atingiu seu maior índice de produtividade na Alta Sorocabana.

Nos municípios referentes à Alta Sorocabana que estão mais próximos da zona Central, os casos de São Manuel e Piraju em 1920 já produziam uma boa quantidade de café; São Manuel produzia 412.553 mil arrobas e passou em 1936 a produzir 859.310 mil arrobas, tendo um crescimento de 108%, portanto, dobrou a sua safra de café. Enquanto Piraju em 1920 produziu 167.467 mil arrobas de café, já no ano de 1936 chegou à produção de 487.387 mil arrobas, um crescimento de 191%, um extenso aumento nas safras de café ao longo de um intervalo de 16 anos.

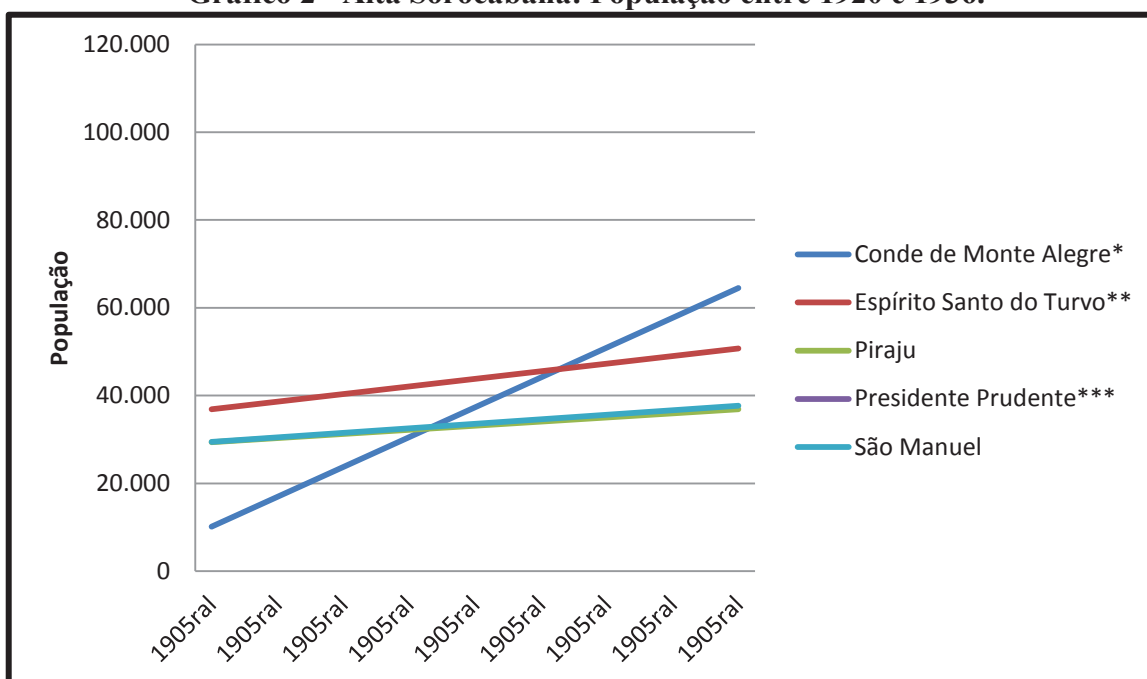
Entretanto, as Zonas novas da Alta Sorocaba, tiveram um crescimento maior, pelo fato tardio da chegada das lavouras cafeeiras e da Estrada de Ferro Sorocabana, portanto, no ano de 1920 era mínima a plantação de café, pois quanto mais se avançava ao oeste paulista ainda era pouco desbravada essas terras, a chegada nessa região acontece com maior frequência a partir de 1920. Deste modo, a produção de café de Presidente Prudente em 1920 era nula, porém em 1936 chegou a produzir 718.183 mil arrobas de café e é nesse período que a cultura se intensifica nessa região do extremo oeste da Sorocabana. A região de Conde do Monte Alegre que incluem aos povoados de Maracaí, Paraguaçu e Quatá, produziu em 1920 apenas 173 arrobas de café, já em 1936 a safra atingiu 464.686 arrobas de café, um aumento de 268.505%. E por fim, a região não tão extrema ao oeste e próxima do município de Piraju, a região de Espírito Santo do Turvo que em 1920 colheu 70.627 mil arrobas de café, passou para 862.750 mil arrobas de café no ano de 1936, perfazendo um crescimento de 1122% um alto índice de aumento das lavouras de café. Portanto mesmo após a crise de 1929 o café ainda era cultivado nessas zonas novas de produção no estado de São Paulo (MILLIET, 1982).

Somente somando Presidente Prudente-SP, São Manuel, Piraju, Espírito Santo do Turvo e Conde de Monte Alegre, produziu em 1936, 3.392.316 milhões em arrobas de café, ou seja, é 52% do total produzido na zona da Alta Sorocabana, mais da metade são produzidos nessas unidades.

Sobre a população na Alta Sorocabana em 1936, podemos ver o salto populacional que demonstra a quantidade populacional das unidades já analisadas da

produção cafeeira. As áreas utilizadas: Conde de Monte Alegre, Espírito Santo do Turvo, Piraju, Presidente Prudente e São Manuel, gráfico 2.

Gráfico 2 - Alta Sorocabana: População entre 1920 e 1936.



* Compreende a produção somada de Maracaí, Paraguaçu e Quatá.

** Compreende a produção somada de Espírito Santo do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo, Bernardino de Campos e Xavantes.

*** Compreende a produção somada de Presidente Prudente, Santo Anastácio e Presidente Venceslau.

Fonte: Milliet, 1982.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

No gráfico, podemos dividir novamente a Alta Sorocabana em duas partes a parte que esta próxima da Zona Central e a outra parte a zona nova ao extremo oeste da Sorocabana. Deste modo podemos compreender melhor o crescimento populacional entre as unidades da qual destacamos, no qual elegemos as cinco principais produtoras de café da Alta Sorocabana.

Na primeira parte apontamos São Manuel e Piraju que já tinham em 1920 uma produção crescente e uma população solidificada sem grandes mudanças sentidas como a outra parte. São Manuel em 1936 possuía 37.685 mil habitantes e anterior a esse ano em 1920 o município possuía 29.427 mil habitantes, portanto, teve um aumento de 28% o tamanho populacional. Em Piraju em 1920 o numero de habitantes era de 29.353 mil habitantes e passou para 36.922 mil habitantes em 1936, a diferença não teve grande proporção com um crescimento de 26%. Sendo assim, podemos observar que o

crescimento entre ambos os municípios foram bem parecidos, tanto que no gráfico os dados são bem próximos.

Na outra parte que destacamos a oeste da Alta Sorocabana, destacamos a unidade de Presidente Prudente com uma população sem dados em 1920 e em 1936 aproximadamente 112.224 mil habitantes, divididos: Presidente Prudente com 87.442 habitantes, Santo Anastácio com 19.070 mil habitantes e Presidente Venceslau com 5.712 habitantes, esse aumento populacional ocorre pela marcha ao oeste paulista dos fazendeiros de café. Conde de Monte Alegre em 1920 possuía 10.160 habitantes e essa unidade passou a ter em 1936 64.484 habitantes, esse aumento ocorre principalmente pelos núcleos que surgem como Maracaí com 12.940 mil habitantes, Paraguaçu com 9.408 mil habitantes; Quatá com 21.933 mil habitantes e soma-se com a população de Conde de Monte Alegre com 20.203 habitantes; o crescimento entre 1920 até 1936 foi de 535%. E finalmente, Espírito Santo do Turvo que em 1920 contabilizava 36.877 mil habitantes e passou para 50.751 habitantes em 1936, destes, Santa Cruz do Rio Pardo com 29.428 mil habitantes, Bernardino de Campos com 8.056 mil habitantes e Xavantes com 13.267 mil habitantes, o aumento foi de 38 % entre os anos de 1920 e 1936 (MILLIET, 1982).

Ainda essas cinco unidades vão comportar juntas 302.066 mil habitantes, totalizando 52,3% do total de habitantes na zona da Alta Sorocabana, portanto, eram esses núcleos que exerciam a maior produtividade de café, como também o maior tamanho populacional.

Posteriormente o algodão avança nessas regiões e ganha força econômica com o aumento da sua produção, e o café que atingiu seu ápice em 1935, começa a entrar em declínio nessa área e sucessivamente avança para outras áreas como o norte do Paraná.

Ainda de acordo com Schiffer (2010, p. 82-83), a autora comenta que:

[...] as políticas internas adotadas permitiram que o Estado paulista mantivesse um alto nível de acumulação, particularmente entre 1931 e 1939, período no qual o governo federal garantiu preço mínimo ao café. A prática que se seguiu de colheita e destruição do excedente produzido de café, por um lado, manteve relativamente alto seu preço internacional, incentivando plantios em outros países e gerando maiores concorrências, o que a médio prazo inviabilizou a manutenção dos níveis da colheita brasileira. Por outro lado, garantiu internamente uma renda que deveria ser empregada em investimentos alternativos, ante a desestabilização da economia cafeeira de exportação.

Após esse período a economia brasileira vai se concentrar na ascensão do setor industrial, e deste modo, o estado de São Paulo passa por um processo de urbanização e

consolida a capital paulista como centro industrial, essa transformação café/rural para industrial/urbana fez com que desenvolvessem diversos municípios pelo interior paulista, principalmente aqueles que aceitaram essa transformação econômica. Municípios até então desenvolvidos, porém que ainda mantiveram a produção agrícola, em especial a produção de café, ao longo dos anos vão sofrendo por essa opção produtiva, a exemplo de Piraju que manteve como principal produto a lavoura de café.

3.3.2 A crise da política do café

No que tange a política local nessa época, Piraju em 1930 elegeu novamente o deputado federal Ataliba Leonel, sendo que nesta eleição foi eleito por todo estado como o deputado federal mais votado, ficando em primeiro lugar na capital São Paulo e também sendo o mais votado do interior. Em São Paulo obteve 30.732 votos dos 123.072 do total de eleitores da capital, teve um percentual de 25% dos votos. No interior paulista recebeu 91.914 votos, somando os votos do interior e da capital, Ataliba Leonel foi eleito com um total de 122.646 votos que na época foi de grande expressividade essa votação (CÁCERES, 1998, 2008)⁴⁴.

Ainda em 1930 foi eleito Presidente Júlio Prestes como presidente do Brasil, e no estado de São Paulo começou a luta pelo governo paulista. Diversos foram os nomes comentados para a sucessão entre eles estava o nome de Ataliba Leonel.

Nos jornais da época a notícia mais falada era da sucessão no governo e segundo alguns jornais na época apontavam para o deputado Ataliba Leonel.

Apesar dos desmentidos ensaiados, pode-se garantir que é inteiramente verdadeira a informação de estar assentada a candidatura do deputado Ataliba Leonel à Presidência de São Paulo, sendo os maiores entusiastas dessa candidatura os deputados Cirilo Júnior, Sílvio de Campos, Marcondes Filho e Altino Arantes. O grupo da família Rodrigues Alves, que ainda hoje é uma das mais prestigiosas da política paulista, já deixou transparecer o seu propósito de apoiar o nome de Ataliba Leonel à sucessão presidencial em São Paulo. Em todas as rodas políticas se fala no banquete de Piraju, a ser realizado, quando será o Dr. Ataliba Leonel, segundo consta, tratado como futuro presidente paulista. obedecendo às boas normas políticas, é quase certo que, nessa festa, não será abordada a questão da sucessão paulista, muito embora o nome de Ataliba

⁴⁴ Em 1930, os quinze maiores colégios eleitorais do Estado eram: Capital com 123.072 eleitores; Santos, com 13.576; Santa Cruz do Rio Pardo, com 12.427; Campinas, com 9.103; Itu, com 8.054; Ribeirão Preto, com 7.638; Araraquara, com 7.045; Sorocaba, com 7.039; Botucatu, com 5.688; Bauru, com 5.430; Avaré, com 5.280; Piraju, com 5.101; Itapetininga, com 4.911; Assis, com 4.344 e Salto Grande, com 3.985. (CÁCERES, 1998).

Leonel já esteja vitorioso no seio da maioria do perrepismo.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 jun de 1930 *apud* CÁCERES, 1998, p. 100-101).

Entretanto, com a revolução de 1930 os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), foram afastados dos seus mandatos, em Piraju até então o prefeito era José Ataliba Leonel, filho de Ataliba Leonel, porém com a revolução a prefeitura foi nomeada pelos interventores. E a vontade de governar o estado de São Paulo pelo deputado federal Ataliba Leonel entra em declínio.

A moradora de Piraju, D. G.⁴⁵ relata algum dos momentos que marcaram pra ela tanto as revoluções de 1930 e a de 1932.

Quando eles entraram nós fugíamos daqui da cidade, o povo fugia ficava um ou outro. Os gaúchos entraram lá por cima e entraram e tomaram conta da cidade e os paulistas fugiram e nós estávamos na fazenda Santana pertinho da Estação e os paulistas fugiram de trem...e nós estávamos lá na fazenda. Na Ataliba Leonel ficaram os gaúchos com metralhadora e os paulistas ficavam na Estação, atravessaram o rio e ficaram na Estação e os gaúchos ficaram no grupo escolar Ataliba Leonel, então de lá atiravam na Estação e da estação atiravam pra lá, essa briga aconteceu toda aqui em Piraju. E até lá na fazenda Santana encontrava bala no chão e que os gaúchos atiravam lá na estação. E foi aquela correria todo mundo saia de casa, abandonava tudo...e tudo amontoado aquela correria com a família nossa foi uma coisa, nas duas revolução eu estive na de 1930 e a de 1932. E aqui por ser a terra do Ataliba Leonel era muito visada, ele foi um político muito bom.

Em descontentamento pelo caminhar da política, São Paulo pedia a redemocratização do país, em conseqüentemente outros fatos ocorridos levaram a revolução constitucionalista de 1932, e entre as principais lideranças foi Ataliba Leonel; posteriormente com a derrota dos paulistas, Ataliba Leonel e entre outras lideranças paulistas foram exilados. Ataliba Leonel foi para Portugal (CÁCERES, 1998; 2008).

Ainda em 1933 foi autorizado o seu regresso ao Brasil, deste modo, retorna e ajuda nas eleições apoiando os candidatos do PRP e reorganizando o partido. E conforme Cáceres (1998, p. 198) “Ataliba Leonel veio para Piraju, onde tivera sua formação política inicial, e teria dito a amigos: “Vou para Piraju ganhar a eleição; se perder, não volto mais”.” E o que disse tornou realidade, pois nas eleições de 1934 foi derrotado, logo após adoeceu e veio a falecer. Seu falecimento foi notícia por todo o Brasil, com diversas manchetes como o jornal A Tarde (1930), do Rio de Janeiro destacou: “Com o desaparecimento do general Ataliba Leonel ontem em Piraju, São Paulo perdeu um dos seus maiores homens públicos”.

⁴⁵ (92 anos, artesã, concedida no dia 04/04/12).

Eu fui no enterro e eu fiquei tempo na frente lá, eu era menina e fiquei tempo na frente da casa dele, eu tinha uns 11 ou 12 anos, esperando sair o caixão pra gente acompanhar, antes ia para igreja. E tinha muita gente, muita gente, o jardim no gramado estava cheio de gente, enfrente a casa dele cheio de gente, pois veio muito político de fora. D. G.⁴⁶

E segundo Cáceres (1998, p. 199) “Em Piraju, tornou-se um marco histórico: antes de Ataliba, na época de Ataliba e depois de Ataliba”.

3.3.3 Da crise das técnicas: bonde elétrico e ferrovia em Piraju

As crises cafeeiras e política afetaram também as técnicas como o bonde elétrico e a ferrovia em Piraju. Primeiramente foi o bonde elétrico que deixou de existir, isso em meados da década de 1930⁴⁷; e conseqüentemente depois de alguns anos, a estrada de ferro ramal Sorocabana deixa de funcionar no ano de 1965. Elementos tão importantes na configuração do território, na circulação de pessoas e de produtos que foram enfraquecidos, substancialmente com o declínio da economia cafeeira.

A crise dos bondes elétricos atingiu o município de Piraju, como em outras localidades; com a transformação das tecnologias nos transportes, houve uma maior demanda no final dos anos de 1930 e 1940, de automóveis, e tal produto foi profundamente articulado no Brasil, no final da primeira metade do século XX, com a industrialização e aceleração urbana. O bonde elétrico perdia seu brilhantismo do início do século XX, do glamour e passa a ser um transporte ultrapassado e só retorna a ser discutida a tua utilização nos anos de 1970 e 1980 com novas tecnologias empregadas e com um remodelado diferente dos “*tramway*” difundidos pela *Brazilian Traction* (CASTRO, 2007).

Segundo Morrison (1984), em Piraju, o fim se deu na década de 1930, antes mesmo das transformações no transporte de outros locais, sinalizando assim o fechamento de um dos bondes elétricos mais precoces do país, no ano de 1937. A empresa foi comprada pelo grupo Santa Cruz em 1925, que tinha como interesse primordial, estender as trilhas do bonde elétrico até Jaboticabal (atual município de Carlópolis) no Paraná. Se tivesse sido construída seria a única estrada de ferro eletrificada interestadual no Brasil. Mas com as mudanças de planos dos detentores do bonde elétrico de Piraju, ele se

⁴⁶ (92 anos, artesã, concedida no dia 04/04/12).

⁴⁷ Segundo Cerveira (2007), o ano da extinção foi 1931, já outros afirmam ser 1937, para nós como não é possível precisar os anos, assinalamos que esse fato ocorreu em meados da década de 1930.

extinguiu em 1937, dado a registros históricos municipais e a companhia, passou a utilizar a energia elétrica para outros empreendimentos e os vagões e sua malha, foram retiradas e vendidas para terceiros.

O bonde parou de funcionar em 37, porque se passou para a companhia luz e força; e foi em 37 que a companhia começou a funcionar que acabou a ponte, começou em 25 e terminou em 37. Se em 37 a companhia luz força a energia era dela e tudo era dela e os bondes estavam com ela e o nome companhia Santa Cruz, então ela que parou de funcionar, viu que dava prejuízo e parou de funcionar. Eu acredito que eles fizeram um levantamento, porque veja bem tinha uma ou outra fazenda, mais não era aquela produção como era antigamente, não tinha o porquê de ter um bonde passando pela cidade, só se fosse pra levar os alunos pro ginásio que ainda tava no início, então não tinha tanto alunos para pegar o bonde. Eu deduzo que não dava lucro para eles, porque se desse lucro né. Se tivesse continuado para entrada do Paraná, pode ser que até desse lucro, porque fizeram uma usina gastaram um dinheirão tanto que demorou de 25 para 37 são 12 anos, e deve ter financiamento até a prefeitura deu dinheiro, ajudou porque achou que na época e com razão porque choveu de indústrias aqui porque Piraju tinha energia em abundância. M. F. S. C.⁴⁸

O entrevistado comenta que a construção da Usina hidrelétrica Paranapanema construída entre 1925 até 1937, pode ser um dos determinantes para o encerramento do bonde elétrico, pois as fazendas não eram produtivas como anteriormente e deste modo, o bonde acarretava em prejuízo e como era uma cidade pequena, não havia a necessidade de um bonde elétrico percorrer o urbano. Como o bonde elétrico foi repassado à empresa privada, esta também detentora da construção da usina não quis arcar com os custos da continuidade do bonde elétrico percorrendo Piraju e assim em meados da década de 1930 é encerrada a atividade deste meio de transporte que na época da instalação era o que tinha de melhor tecnologia e glamour em Piraju.

Já o ramal da Estrada de Ferro Sorocabana foi desativado em 1965. Após a crise do café e da economia em 1929, o mesmo ingressa em um período de estagnação nos próximos 30 anos, até a década de 1960 e partir dessa data até 1990 passa por um período decadente que desencadeia em um processo de privatização do setor ferroviário (SILVEIRA, 2007).

Segundo Marques (2009, p. 127) disserta que:

O declínio do sistema ferroviário, principalmente da região sudoeste do país, onde a orientação agroexportadora foi predominantemente até a década de 1930, esteve ligada tanto à sua própria configuração histórica, quanto à fatores políticos e econômicos ligados a própria gênese da industrialização nacional que

⁴⁸ (75 anos, professor e historiador de Piraju, concedida no dia 05/04/12).

não apresentou justificativas para o desenvolvimento da malha ferroviária, optando-se pela versatilidade e pelo baixo custo do transporte rodoviário.

Nesse período, a ferrovia passou a ter concorrência das rodovias que se prolongaram pelo interior paulista, que até então apresentava ser uma solução, pois atingia diversas localidades, pois o setor ferroviário tinha certa dificuldade de interação entre as regiões e também outro fator foi o baixo custo da inserção das rodovias pelo interior do estado de São Paulo. O que restou do ramal Estrada de Ferro Sorocabana foi uma estação ferroviária e um terminal de bondes desertos e deteriorados, registrando apenas um marco histórico municipal. Nesse período a ferrovia passou a ter concorrência das rodovias que se prolongaram pelo interior paulista.

Na figura 16 temos o exemplo do desmazelo da administração pública com um local de imensa história municipal e patrimônio. Por muitos anos ficou abandonada a Estação Ferroviária arquitetada por Ramos de Azevedo e somente nos dias atuais foram realizadas reformas para a revitalização desse espaço, que representa muito bem o poder, o desenvolvimento e o progresso que a economia do café expressava durante os primeiros trinta anos do século XX.



Figura 16 - Piraju: Antiga estação ferroviária abandonada, 1984.

Fonte: Allen Morrison, 1984.

3.3.4 As estratégias para a retomada da lavoura cafeeira

Mesmo após as crises que a economia cafeeira enfrentou durante a década de 1920 e posteriormente na década de 1940, a produção de café continuava nas fazendas de Piraju, não poderia ser o melhor negócio, entretanto, era com o que os agricultores sabiam trabalhar e o custo do plantio e da colheita do café era mínimo e mais uma série de fatores fizeram com que se mantivessem as lavouras de café pelo município de Piraju.

Neste período o município de Piraju diminuiu o seu tamanho territorial, com a emancipação dos distritos de Manduri⁴⁹ em 1944, Sarutaiá⁵⁰ em 1959, Tejupá⁵¹ em 1965 e Timburi⁵² elevado a município em 1948.

Para a consolidação da cafeicultura foi realizado em Piraju no ano de 1958 um concurso realizado pela prefeitura, referente às safras de 1957, portanto em meados da década de 1950 o café continuava a ser cultivado pelos agricultores locais.

A diferença é que depois da década de 1930, houve uma nova divisão das terras agrícolas, até esse período as áreas de plantio de café se concentravam nas grandes fazendas que tinha uma estrutura adequada para o desenvolvimento dessa lavoura. A partir das crises diversos fazendeiros perderam terras e venderam suas terras em lotes que muitas vezes foi adquirido por funcionários destas fazendas, principalmente por imigrantes italianos.

Nos anos de 1950, surgiu o primeiro instituto com a missão exclusiva de cuidar do café: o Instituto Brasileiro do Café, fundado em 1952. Nomeado com o objetivo de definir a política para o setor, coordenar e controlar estratégias, desde a produção até a comercialização interna e externa, o instituto IBC também ofereceu assistência técnica e econômica à cafeicultura e promoveu estudos e pesquisas em prol da cultura e da economia cafeeira.⁵³

⁴⁹ Elevado à categoria de município com a denominação de Manduri, por Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, desmembrado de Piraju.

⁵⁰ Elevado à categoria de município com a denominação de Sarutaiá, pela lei estadual nº 5285, de 18-02-1959, desmembrado do município de Piraju. Sede no antigo distrito de Sarutaiá. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1960.

⁵¹ Elevado à categoria de município com a denominação de Tejupá, pela lei estadual nº 8092, de 28-02-1964, desmembrado de Piraju. Sede no antigo distrito de Tejupá. Constituído do distrito sede. Instalado em 25-04-1965.

⁵² Elevado à categoria de município com a denominação de Timburi, por Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembrado de Piraju. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 02 de abril de 1949.

⁵³ Disponível em < <http://www.sapc.embrapa.br/index.php/portal/historico> > acesso em 17 de jul. de 2012.

O IBC estimulou a criação de cooperativas, para o desenvolvimento de um café de melhor qualidade, visto que o Brasil havia ganhado a fama de não vender um bom produto (SERRA, 1986). No processo de retomada da produção cafeeira a partir do início da década de 1960 é fundada a Cooperativa dos Cafeicultores de Piraju (vide figura 17), construída por cafeicultores locais que não estavam satisfeitos com os preços de venda do café, pois passavam o produto nas mãos de intermediários que lucravam e que em cima da lavoura café. Com a finalidade de obter maior lucratividade nas safras, de ter créditos bancários para o financiamento de insumos agrícolas é fundada a cooperativa que teve um importante papel nesse período.



Figura 17 - Piraju: antigo prédio da Cooperativa dos Cafeicultores, 2012.

Fonte: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Na figura 17, temos a imagem do antigo prédio da Cooperativa, no qual funcionou até 1996, quando a Cooperativa entrou em falência. Na década de 1970, ela estava em pleno desenvolvimento e conseguindo bons resultados. Cáceres (1998, p. 409), trouxe a seguinte notícia.

A Cooperativa dos Cafeicultores de Piraju apresentou o balanço do ano, mostrando um “superávit” de meio milhão de cruzeiros. Além de adquirir os armazéns da Rua Washington Osório de Oliveira por 220 mil cruzeiros, locou os armazéns da Fepasa na Vila Tibiriça, adquiriu móveis e veículos, e tinha um estoque em mercadorias no valor de 1,3 milhão de cruzeiros. Na época seu

presidente era Luís Carlos do Val; seus diretores eram Albino R. Costa Jr. e Mauro Bérghamo; o diretor-gerente era Francisco Rodrigues. Foram confeccionadas 1.726.230 mudas de café e adquiridas 2.760 toneladas de adubo químico.

Portanto, a Cooperativa dos Cafeicultores de Piraju caminhava muito bem, adquirindo bens, tinha mercadorias em estoque, confeccionou mais de um milhão e meio de mudas de café e adquiriu 2.760 toneladas de adubo químico, fluía bem o crescimento da cooperativa e animava os produtores locais.

Nos anos de 1965 e 1966, mediante o estímulo do governo pagando a indenização, foram erradicados mais ou menos 3,5 milhões de cafeeiros, sendo que 65% destes tinham mais de 25 anos. Esse estímulo era tanto que em 1973, financiados pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Estado de São Paulo, havia 6 milhões de cafeeiros e 2 milhões ainda aguardavam o deferimento para o plantio (CÁCERES, 1998).

Em 1968, é publicado o livro “*Brasil ainda é café*” de autoria de Pupo, numa tentativa de assegurar essa atividade, pois o autor também era um cafeicultor, e comentou que o “nosso “ouro verde”, endeusado por uns e combatido por outros, na realidade continua desempenhando papel de primeira grandeza no quadro da economia brasileira” (PUPO, 1968, p. 19).

Com o incentivo e criando raízes cada vez mais o município de Piraju, o café ganha ainda mais força, quanto é instituída a Festa do Café de Piraju (FECAPI) em 1968 que teve como tema, o estímulo à produtividade e à renovação dos pés de café. E surgiram “*slogans*” como “Renovas para Sobreviver”, “Renovar é a solução” e por fim, “Plante café em Piraju, é um bom negócio”.

Portanto, a realização da FECAPI era um bom negócio para incentivar produtores locais na produção de café e para a erradicação dos cafeeiros mais antigos. Na figura 18, podemos observar no cartaz de divulgação da festa, a programação do evento com: palestras, concursos e exposições.

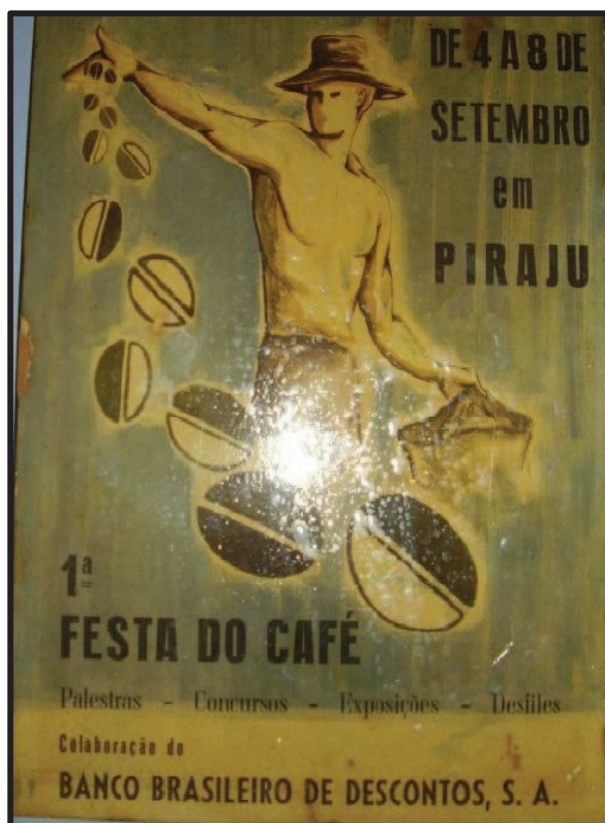


Figura 18 - Cartaz de divulgação da 1ª Feira do Café de Piraju de 1968.

Fonte: FECAPI-FAIPI, 2011.

Sobre a festa do café de 1968, o entrevistado M. A. B. F. (50 anos, Engenheiro agrônomo e cafeicultor; concedida no dia 02/04/12) relatou que:

Em sessenta e oito segundo meu pai, porque nessa época eu também era muito criança. A festa do café realmente era festa do café, diferente do que é hoje, você fala que é festa do café, mais não tem nem um cafezinho pra você tomar. Aquela época não. Era uma festa do café mesmo, eram a primeira que eles falam foi feito na rua com barraquinhas do tipo de quermesse, mas vamos falar durante o evento, durante aqueles 2 ou 3 dias de evento da festa do café foram dados cursos para cafeicultores, foram trazidos pesquisadores do IAC de Campinas pra visitar as lavouras daqui, foi feito um concurso de café de melhor cafeicultor, esses pesquisadores correram as propriedades pra ver qual lavoura que tinha certo, feito uma pesquisa pra ver o que o cara usou durante o ano e foi eleito o melhor café; então era realmente a festa do café, diferente da festa que acontece hoje.

A festa do café é diferenciada da qual ocorre nos dias atuais, pois como citou o entrevistado na época houve cursos para os cafeicultores, trouxeram pesquisadores do IAC⁵⁴ e que possibilitou na escolha do melhor café. A festividade acontecia nas, como

⁵⁴ Instituto Agronômico de Campinas.

barracas do tipo encontradas nas quermesses⁵⁵, como podemos observar na figura 19, retirada na segunda festa do café em Piraju, em 1969.

Na figura 19, a Festa do café de Piraju comemorado em 1969, na Praça da Brasilinha, essas festividades tiveram um propósito de incentivar os agricultores locais a dar continuidade na produção de café e também impor perante a população que o café era uma atividade vantajosa.



Figura 19 – Piraju: Festa do Café, comemorada na Praça da Brasilinha, 1969.
Fonte: Acervo Municipal, 2011.

As tentativas e anseios para manter a produção de café, foram diversos. Sempre as políticas voltaram para esse produto. Ao contrário dos outros municípios que passaram a se industrializar, Piraju manteve essa economia agrícola e conseqüentemente a isso está aliada a concepção de pequena cidade; pois ela ficou presa a uma economia que já estava em declínio a muito tempo, não buscou modernizações(a não ser as quais estão ligadas a atividade cafeeira) e incentivos para direcionar a economia para outras atividades.

Perguntado a M. F. S. C.⁵⁶, sobre qual foi os motivos de Piraju não ter se industrializado, o entrevistado deu a seguinte resposta.

⁵⁵ Feira beneficente ao ar livre, com sorteios, jogos, comidas etc. Derivada da palavra francesa “*kermesse*”. Disponível

em:< http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=1&palavra=quermess e#ixzz21XwsfV2b>. Acesso em: 19 de jul. de 2012.

⁵⁶ (75 anos, professor e historiador de Piraju, concedida 05/04/12).

Pode ser pelo café e pelo cafeicultor, por causa da mão de obra. [...] e é a localização, os meios de transporte e o desenvolvimento da região não tenho dúvidas, regiões próxima a São Paulo ou ao porto de exportação é lógico, desenvolve mais.

Portanto, a cafeicultura pode ter atrapalhado a industrialização, pois as fazendas de café necessitavam de mão de obra e com a chegada de alguma atividade industrial teria que concorrer com essa atividade. A questão da logística de Piraju perante a capital pode ter contribuído, no entanto, a cidade de Piraju está às margens da SP-270 (Rodovia Raposo Tavares) que liga o interior a capital e com uma distância de pouco mais de 300 km, deste modo, para nós esse desenvolvimento industrial não ocorreu, pelo motivo da permanência da economia cafeeira que desde o início do século XX, é a principal atividade econômica desenvolvida pelo município.

3.3.5 O fim de mais um período, a geada de 1975

A geada de 1975 dizimou as lavouras cafeeiras pelo estado de São Paulo e extinguiu grande parte naquele ano as plantações de café do Norte paranaense. Lá em decorrência da geada outras atividades agrícolas vieram substituir o café. Segundo Moro (1991) os fatores determinantes para a substituição das lavouras de café, podem ser consideradas as dificuldades dos pequenos agricultores em manter os custos de produção, mediante a oscilação de preços. Para Endlich (2006, p. 96) “as lavouras precisavam de renovação e outras foram atingidas por geadas e pragas. Foram esses fatores que numa conjuntura econômica, que já não era positiva, promoveram a desistência momentânea ou definitiva para a maioria dos cafeicultores da região”.

Essa geada acabou atingindo também os cafezais de Piraju, pois, “[...] na madrugada de 18 de julho, a temperatura foi de 3 graus negativos. tivemos aí a maior geada de que se tem notícia em Piraju e na região, tendo sido pior que em 1918, pois arrasou a lavoura cafeeira” (CÁCERES, 1998, p. 419).

Segundo o entrevistado M. A. B. F.⁵⁷, quando perguntado sobre o que ocorreu em Piraju após a geada de 1975, ele relata;

Aqui foi o seguinte, em setenta e cinco eu tinha 13 anos eu não posso dizer se...o que aconteceu que a gente escuta os mais antigos falarem é o seguinte, em

⁵⁷ (50 anos, Engenheiro agrônomo e cafeicultor; concedida no dia 02/04/12).

setenta e cinco quando teve a geadinha tinha um gerente do Banco do Brasil muito bom, o Banco do Brasil de Piraju ele é regional. Ele abrange todos esses municípios que você vê que tem café aqui em volta, era sob o domínio da agência do Banco do Brasil de Piraju, de Fatura, Taguaí, Taquarituba todos esses daí vinham uma vez em Piraju, menos Santa Cruz de Santa Cruz pra lá era outra agência. E Piraju tinha um gerente muito bom, então esse gerente financiou os plantios pro pessoal não fazer o que aconteceu no Paraná. O Paraná só arrancou o café e como não tinha estímulo ele voltaram pra um negócio mais rápido, o que que é? Quando você fica sem o café, você planta soja, planta milho que seis meses ou oito meses ta colhendo de novo e aqui não o banco deu suporte para os agricultores reinvestir no café.

A mesma pergunta foi realizada para A. F.⁵⁸, no que diz respeito sobre a geadinha de 1975.

A geadinha de setenta e cinco, foi como se diz os mais antigos foi um mal necessário, porque o que que aconteceu? O Banco do Brasil disponibilizou recursos para que o produtor pudesse reerguer o seu plantel de café, ele disponibilizou recursos para que nesse período de reerguimento do parque cafeeiro o produtor tivesse condições para produzir as chamadas lavouras brancas arroz, milho, feijão e soja né. E com esta geadinha de setenta e cinco possibilitou que os produtores de café utilizassem novas tecnologias como curva de nível, variedades de café, com melhores condições de produtividades, o espaçamento mudou, aumentou na mesma área a produtividade e com isso nós tivemos um avanço. Então por isso eu digo que a geadinha foi um mal necessário.

O produtor rural R. M. F.⁵⁹ também comentou sobre a geadinha de 1975.

Torrou todo o café, ficou tudo preto e continuou por causa de opção, por causa da topografia, a nossa não é plana e então tem o cultural também. [...] Parece que construiu uma identidade, pelo menos é o que parece... É você tem o terreiro, a maquina de beneficio, tem o secador, então tem essa estrutura. Engraçado né essa coisa de uma coisa ruim ficar bom, a ferrugem foi uma coisa muito ruim pro café, mas depois modernizou, a geadinha de 1975 que zerou a cafeicultura, ou cortaram embaixo para brotar ou arrancavam e o pessoal já aproveitava o incentivo do governo e arrancavam e plantavam café de novo.

Portanto, como os entrevistados comentaram, mesmo após a derrocada das lavouras de café, Piraju continuou sendo produtora, depois da geadinha houve financiamento para os fazendeiros retornarem a plantar café e deste modo, novas tecnologias foram utilizadas, como: curvas de nível, variedades de café com melhores condições de produtividade, o espaçamento mudou, possibilitando o aumento na mesma área a produção, que contribuíram para esse arranjo produtivo.

⁵⁸ (59 anos, empresário; concedida no dia 02/04/12).

⁵⁹ (59 anos, engenheiro agrônomo e produtor rural, concedida no dia 02/05/12).

3.4 Período 3: novas estratégias para a reinserção do café - 1975- 2010

Na fase contemporânea, uma nova dinâmica na produção cafeeira é fundamentada, com técnicas novas, por exemplo, o café adensado, a utilização de fertilizantes e da mecanização do campo. Nesse período destacamos a falência da Cooperativa do café de Piraju. A criação da associação dos produtores de café descascado, que reinseriu a produção de café de Piraju no mercado, nessa fase é destacada a produção de café de qualidade, participando de concursos e conquistando diversas premiações.

3.4.1 Das novas estratégias de produção do café

Ao que tudo indicava após a geada de 1975 era a erradicação da produção cafeeira, com a possibilidade de inserção de um novo produto e que este desse uma nova retomada na economia, assim como aconteceu nas áreas que sofreram com a geada de 1975, no Norte do Paraná que posterior a essa fase deu entrada a agricultura mecanizada, produção de grãos como soja e milho.

Com isso no norte paranaense houve um grande movimento migratório do rural ao urbano, o êxodo rural. Pois, as lavouras cafeeiras a princípio eram cultivadas em pequenas e médias propriedades agrícolas e com mão de obra familiar; já diferente desse modelo a produção de grãos necessitam de grandes propriedades e mão de obra é mecanizada.

Posterior a geada de 1975, em Piraju continuava um bom negócio persistir com a lavoura cafeeira, pois houve incentivo para a permanência da cultura. Como comentou o entrevistado A. F.⁶⁰, dizendo que os cafeicultores foram financiados após a crise e com estes empréstimos modernizaram seus cafeezais, possibilitando o plantio de mais cafeeiros em um menor espaço, o café adensado, a utilização de curvas de nível, a mecanização e insumos agrícolas.

Nesta mesma época da retomada do café, houve eleições municipais no ano de 1976, e um dos candidatos a prefeito foi Francisco Rodrigues⁶¹, que segundo Cáceres (1998, p. 422) “[...] optava pela candidatura do diretor-gerente da Cooperativa dos Cafeicultores, Francisco Rodrigues, que havia feito excelente administração naquela

⁶⁰ (59 anos, empresário; concedida no dia 02/04/12).

⁶¹ Prefeito de 1977 até 1980 pela (ARENA), porém teve o mandato prorrogado pelo governo federal por 2 anos, com o objetivo de coincidir a s eleições para prefeito e para governador. Em 1982 é candidato para deputado estadual pelo (PDS), conseguindo a suplência. É eleito novamente prefeito para a gestão de 1989-1992. Perde as eleições municipais para o cargo de prefeito em 1996 pelo (PFL). No entanto é novamente eleito prefeito pelo (PP) nas eleições de 2004, para a gestão de 2005-2008 e; reeleito prefeito nas eleições de 2008, para o mandato de 2009-2012.

entidade”. Com a indicação de um cafeicultor ao cargo de prefeito, possibilitava aos cafeicultores a prosperidade para a economia cafeeira. Deste modo, o então candidato Francisco Rodrigues é eleito para prefeito de Piraju com um total de 44,34% dos votos, uma vitória para os cafeicultores, pois nesse momento passa ter um produtor de café no poder executivo municipal.

No mandato de Francisco Rodrigues, retorna no calendário a Festa do café de Piraju, realizadas anteriormente em 1968 e 1969. O retorno ocorreu no ano de 1978 e sendo novamente realizada em 1979.

A 22 de junho de 1978, o prefeito declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de 14 hectares e 64 ares, destinada à criação de pontos de interesse turístico. A área pertencia a Dionísio Hernandes e é o local onde hoje funciona a Fecapi-Faipi”. (CÁCERES, 1998, p. 438).

Para as festividades do ano de 1980, ela passa a se chamar Festa do café de Piraju (FECAPI) e Feira agropecuária e industrial de Piraju (FAIPI), no mesmo ano é inaugurado o recinto de exposições da Fecapi. A partir daí a festa começa a ganhar característica agroindustrial e se descaracteriza do nome e o propósito da festa, que era ser algo vinculado ao café, nessa nova fase ela é atribuído às concepções capitalistas.



Figura 20 - Recinto da FECAPI, inaugurado em 1980.

Fonte: Acervo Municipal, 2011.

A festa passa a ter características diferentes, não atrela identidade para a população, essa ideia é rompida, pois com a produção capitalista outros interesses são possibilitados pela festividade. Com a inauguração do recinto da FECAPI em 1980 (figura 20), era um momento de expandir o capital e explorar essa festa nesse nível, de trazer turistas para comercializar, ou seja, a “turistificação”. Ela nada tem com a festa do café de Piraju anteriormente citada, pois aquela tradicional tinha outro interesse, voltado principalmente a cultura do café e como modelo das festas de quermesse, com barracas e lonas, uma infraestrutura pequena.

No que tange essa discussão, Madeira Filho (2010), comenta desse processo na cidade de Barretos, no qual houve uma grande transformação em sua festa de peão. E o autor comenta que:

Como exemplo maior do processo de “turistificação” desse espaço é a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, que passou a ter um espaço totalmente manipulado para a espetacularização, um espaço visual que a todo o momento busca passar uma mensagem de significado consumista (MADEIRA FILHO, 2010, p. 8).

Sem querer realizar comparações entre as duas festas, porém a festa do café de Piraju a partir da década de 1980 ela distorceu da sua gênese de interesse e passou a ser um espaço ligado ao lazer, turismo com a finalidade de consumo. Segundo Lipovetsky (2007, p. 252);

Até então, as festas eram organizadas em função de princípios tradicionais, religiosos ou políticos; cada vez mais, a ordem mercantil e o marketing da imagem urbana ou regional é que lhe comandam a inflação proliferante. Através da valorização do local e do antigo, não é nada mais que a ordem hipermoderna que se organiza, a da mercantilização da cultura, da promoção midiática, do turismo de massa.

Portanto o interesse ligado a realização da Fecapi era de fruto consumista e para a população era local de entretenimento, dessas concepções de 1980 até os dias atuais a festa é composta por parque de diversões, praça de alimentação, exposições de máquinas agrícolas, exposições de automóveis e o carro-chefe são os shows e o rodeio. Para o café e a sua cultura associada resta muito pouco neste espaço. Nesse movimento, há uma passagem da Festa - espaço do vivido, da apropriação da obra cultural, para o Evento - espaço e cultura do consumo. Explicado por meio da captura desses espaços pela indústria

cultural (que vende cultura), e da indústria do turismo, ou seja, em grandes linhas, pelo grande capital e é descaracterizada a gênese da festa (MADEIRA FILHO, 2010).

Ainda podemos destacar o enfraquecimento da festa, pois ela não consegue ter uma periodicidade, ocorreu primeiramente entre 1968 e 1969, retornou em 1978 e ocorreu até 1996, ficando novamente alguns anos sem acontecer. É retomada em 2006 e com edições nos anos de 2007, 2008 e 2009, deste modo, podemos ver a fragilidade da realização da festa, vista que nos dias atuais é pouco vista e financiada pelos cafeicultores.

Segundo o entrevistado P. S. V. M.⁶² comenta sobre a festa do café de Piraju:

Ela surgiu com esse intuito do café, essa era a tônica dessa festa, mostrar a cafeicultura da região e tal, mas com o tempo ela foi se descaracterizando, pois de café ela não tinha mais nada, tinha parque de diversão, tinha rodeio, isso e aquilo, mais de café muito pouco e teve seus momentos ótimos de feira de gado, era uma feira famosa e o pessoal vinha, tinha leilão e ela movimentava bem. Mas também por má gestão, ela também sucumbiu, até que 1996 o último ano que ela teve, o prefeito que entrou disse que não iria fazer mais, porque aquilo era oneroso para prefeitura; e quando o seu Francisco retornou uma das prioridades dele era retomar a Fecapi e retomou, acho que ele fez uns dois ou três anos e daí parou também, porque não aguentou. Porque todo aquele sistema foi desmantelado e como você retoma aquilo, é complicado. E nesse período outras feiras na região se implantaram e então ficou mais difícil.

3.4.2 Novas crises na economia cafeeira

Ainda neste período, em decorrência dos empréstimos realizados pelas instituições bancárias, no final da década de 1980 e início da década de 1990, diversos cafeicultores locais perderam terras e se endividaram principalmente os pequenos produtores que não tiveram capital para pagar suas dívidas. Esse indício entre outros também levaram a falência da Cooperativa de Café de Piraju em meados de 2000 é decretada sua falência.

Questionado sobre esse período de crise e da Cooperativa o entrevistado M. A. B. F.⁶³ comentou que:

A cooperativa de Piraju teve dois problemas sérios, o primeiro presidente que ficou lá ficou há 23 anos. [...] Era um dos erros que teve a cooperativa o presidente lá ficou 23 anos e o próximo que entrou levou política partidária pra cooperativa e então ela acabou de falir. Hora que você entra com política partidária dentro de uma cooperativa você cria secção, se secciona né, o cara que

⁶² (54 anos, engenheiro agrônomo e chefe da Casa da agricultura de Piraju, concedida no dia 03/05/12).

⁶³ (50 anos, Engenheiro agrônomo e cafeicultor; concedida no dia 02/04/12).

é contrário não vai e a cooperativa pra funcionar tem que ter 100%, é difícil com metade não funciona.

Portanto outros motivos que permitiram essa crise, segundo o entrevistado aponta é a hierarquia de 23 anos de um único presidente e que é um erro segundo ele esse período a cooperativa ser controlada por uma pessoa e também do seu sucessor ser relacionado a política e comenta que quando entra questões partidárias dentro de uma cooperativa não funciona.

Outro entrevistado, A. F.⁶⁴, relata que:

Eu digo pra você é que acontece que o ex-presidente que já é falecido, no meu entendimento ele não teve tolerância para com a nova realidade dos fatos, mesmo porque surgiu uma liderança nova e ele não aceitava essa nova liderança e isso virou uma briga política e quem perdeu foi os associados que perderam um patrimônio enorme e hoje esses produtores esses ex-cooperados pagam mais caros pelos produtos, porque o ex-presidente não aceitou a forma uma chapa de composição para que o empreendimento fosse preservado. E aí quando a briga política prevalece em qualquer instituição seja um clube de serviço ou um sindicato ou uma cooperativa ou qualquer instituição quem sofre é a instituição que padece, então eu atribuo que faltou tolerância.

Esse entrevistado atribui a crise da cooperativa a outro fator, comenta que houve briga política, porém compreendemos que as razões da falência da cooperativa vão além das questões interpessoais dos agentes envolvidos, no nosso ver estão relacionadas os empréstimos que os cafeicultores realizaram após 1975, para a permanência de uma única cultura agrícola, o café. Ao contrário de outras cooperativas agrícolas que após a crise do café passaram a diversificar os produtos produzidos, sendo assim, a crise da Cooperativa do café de Piraju, pode ser relacionada com uma série de fatores ocorrida na época.

A produção de café Piraju no período entre 1990 até 1999, ano no qual foi criada a Associação dos produtores de café descascado de Piraju e região (PROCED), entre esses anos, tivemos novos períodos de crise na lavoura cafeeira.

⁶⁴ (59 anos, empresário; concedida no dia 02/04/12).

Tabela 5 – Piraju: produção de café entre 1990-1999.

Ano	Produção em toneladas	Valor da produção	Área colhida (h)
1990	2.680	235.835*	5.700
1991	2.250	1.512.000*	6.700
1992	4.000	36.000.000*	5.000
1993	4.800	1.123.440**	6.500
1994	4.355	9.929***	5.114
1995	2.500	9.250	5.000
1996	2.250	4.500	3.462
1997	2.389	9.460	3.462
1998	2.250	7.920	3.462
1999	1.875	8.250	3.462

*valor da produção em (Mil) cruzeiros

** valor da produção em (Mil) cruzeiros reais

*** a partir de 1994, valor da produção em (Mil) reais

Fonte: SEADE-IMP, SIDRA-IBGE, 2012.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Portanto, na tabela 5 podemos ver a produção de café entre os períodos entre 1990-1999, os anos de maior produção alcançados foram entre os anos de 1992 até 1994, a produção varia por uma série de fatores que implicam em uma produção com fatores climáticos e aos ciclos de produção dos cafeeiros. Porém o valor do café não gerava tantos lucros, ao produtor rural, o valor de alta do lucro posterior a 1996, mesmo que no mesmo período se produzisse menos e a área de produção fosse a mesma, isso seu deu pela valorização do dólar perante o real a partir de 1996.

Outros fatores que contribuíram para o desgaste, era fama vinculada ao café de Piraju, que não se produzia um café de qualidade, e sim um café de grande quantidade, mas que não era para a exportação, com essa concepção vai subsidiar a criação da PROCED - Piraju que vai trazer uma nova característica ao produto produzido em Piraju e região.

3.4.3 Novas estratégias dos agentes públicos e privados

Com as constantes crises, alguns produtores de café de Piraju procuraram de alguma forma estancar essa crise e do mesmo modo, agregar valor as safras de café. Em

1999 foi criada a Associação dos Produtores de Café Descascado de Piraju e Região (PROCED), segundo a entrevista do atual presidente da associação M.A.B.F.⁶⁵.

O que acha da produção de café no município?

Hoje Piraju se destacou... de 12 anos foi em noventa e nove que aconteceu isso, foi exatamente quando a gente criou essa associação aqui. Eu sou o primeiro presidente dela, sou sócio fundador e fui o primeiro presidente. Em noventa e nove quando a gente criou, a gente era num total de 19 associados. A gente se reergueu pra ver o que que tava faltando porque a cafeicultura tava num marasmo e a gente já tava enjoado desse negócio, a gente não acerta por preço no produto da gente se investe o ano todo e chega na hora de colher você não sabe o preço que vai pegar. E a gente achou naquela época que a melhor melhora a gente estava sendo penalizado muito porque a gente produzia o café de qualidade, investia em qualidade mais não era remunerado por isso. Em noventa e nove quando a gente fundou a associação, a fama que o café bom do estado de São Paulo estava em Franca; Marília, Garça; e Piraju era cafés ruins não tinha qualidade. E a gente achou que a melhor forma de provar isso era através de concurso, porque dinheiro pra fazer marketing assim a nível estadual e nacional a gente não tinha, porque um grande jornal e falar alguma coisa a gente não tinha condição então a gente resolveu que iria ... a gente deu muito sorte que já era noventa e nove e agente entrou em um concurso a nível internacional e a gente conseguiu num concurso que era a nona edição e até a oitava só tinha mineiro ganho esse concurso, nunca tinha tido um paulista e a gente conseguiu colocar cinco finalistas, cinco associados da Proced entre os cinquenta. Então 10% e conseguimos pegar o segundo e o terceiro lugar desse concurso, então deu uma transparência muito grande para região, mudou o enfoque o mundo cafeeiro começou mudar e vê. De lá pra cá, tudo que se fez foi investido em qualidade, então o que que a gente faz? A gente fez palestra, montou aqui a associação pra dar suporte pro associado e pro não associado em termos vamos falar durante a colheita fazer-se a assistência pra ele tanto de assistência vamos falar de assessoria como na prova dos cafés. Pra que? Pra tentar melhorar o padrão de qualidade. E hoje depois de 12 anos a gente tem isso reconhecido, Piraju hoje é visto no cenário paulista como a região que mais tem café fino é Piraju. Tanto é que Piraju nos dois últimos concursos estaduais que teve vencedor foi daqui e o nacional também... a gente tem os dois últimos campeões estaduais e nacionais 2010 e 2011 é de Piraju.

Nesse sentido, segundo o relato do atual presidente, a associação foi criada em 1999, e uma das novas estratégias de produção foi o café descascado⁶⁶ e com ações de marketing para atingir esse reconhecimento de qualidade. Pelo fato da PROCED em 1999 não possuir verba disponível para propaganda, ela aderiu como estratégia de marketing a participação em concursos de café em nível internacional, com isso conseguiram a visibilidade para o café de Piraju mostrando a sua qualidade como diferencial.

⁶⁵ (50 anos, Engenheiro agrônomo e cafeicultor; concedida no dia 02/04/12).

⁶⁶ “Consiste em você colher o café maduro e levar para uma máquina que separa o café em três partes, ela tira o seco, tira o maduro de um lado e o verde de outro, daí no processo seguinte ela descasca o maduro, ela tira a casca do maduro e esse café se enquadra em pergaminho e isso que da muita qualidade por dois motivos; se você tirando aquela casca e por consequência o melado do café, você evita fermentação e você evita o verde que é um dos principais defeitos do café hoje”.

A partir de 1999, regiões, que até então pouco se destacavam na produção de qualidade superior, passaram a integrar o rol dos contemplados, ao adotarem, além do sistema de secagem natural nos terreiros, o sistema de cereja descascado. A premiação veio coroar os esforços de um grupo de 20 cafeicultores dessa região, reunidos na Associação dos Produtores de Café Descascado de Piraju (PROCED), que se reuniram naquele ano para envidar esforços para produzir cafés de altíssima qualidade (SOUZA *et al.*, 2003, p. 28).

A associação realiza palestras, dá assistência e auxilia na produção de café, buscando qualidade e por meio disso conseguiram bons índices nos últimos anos com destaque em premiações em nível estadual, nacional e internacional. Atualmente o café especial tem sido meta de parte dos produtores de Piraju e região (OTANI *et al.*, 2001).

A criação da PROCED é o primeiro resultado da articulação dos produtores e vem desempenhando importante papel na sua organização para a produção de café descascado de qualidade, que culminou, em 1999, na premiação da Illicafé. Segundo declaração de liderança local, “este prêmio foi mais importante que o ramal da ferrovia em Piraju, pois foi o marco que quebrou o estigma de café ruim do município” e vem abrindo novos canais de comercialização para os produtores (OTANI *et al.*, 2001, p. 2113).

Essa concepção de romper com o passado e de relatar que a produção atual é de qualidade e que na época o único marco foi a chegada do ramal Sorocabana, é uma estratégia do capital. Do mesmo modo, a reportagem do jornal ESTADÃO (2007) trouxe a seguinte notícia, “Piraju quer ser referência em café”, mas a um grande equívoco nesta notícia, pois Piraju é um local de referência do café. A reportagem não menciona todo o processo produtivo do café no município, a matéria deixa a entender que até então não se produzia café de qualidade e tenciona o leitor a compreender que essa modernização significa qualidade. É o capitalismo querendo ultrapassar toda uma história e identidade construída com o cultivo de café nas lavouras de Piraju.

A produção de café nos últimos 10 anos, desde essa “nova fase”, como os detentores do capital preferem nomear, de fato essa retomada nas lavouras cafeeira trouxe um novo ânimo aos produtores de café de Piraju, na tabela 6 específica a produção cafeeira nesse período.

Tabela 6 – Piraju: produção de café entre 2000-2010.

Ano	Produção em toneladas	Valor da produção	Área colhida (H)
2000	7.020	5.799	3.652
2001	4.788	5.119	3.295
2002	5.000	9.713	3.191
2003	2.640	6.560	3.300
2004	4.785	11.484	3.100
2005	3.996	15.984	3.330
2006	4.032	11.424	3.200
2007	625	1.844	1.043
2008	817	3.186	951
2009	886	3.810	1.091
2010	4.200	12.600	3.500

Fonte: SEADE-IMP, SIDRA-IBGE, 2012.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

A produção de maneira geral, ela prosperou em alguns momentos posterior a 2000 até 2010, porém teve períodos com baixos índices de produção em consequência baixa lucratividade e área colhida.

Sobre os ciclos da produção de café, M. A. B. F.⁶⁷ relata que:

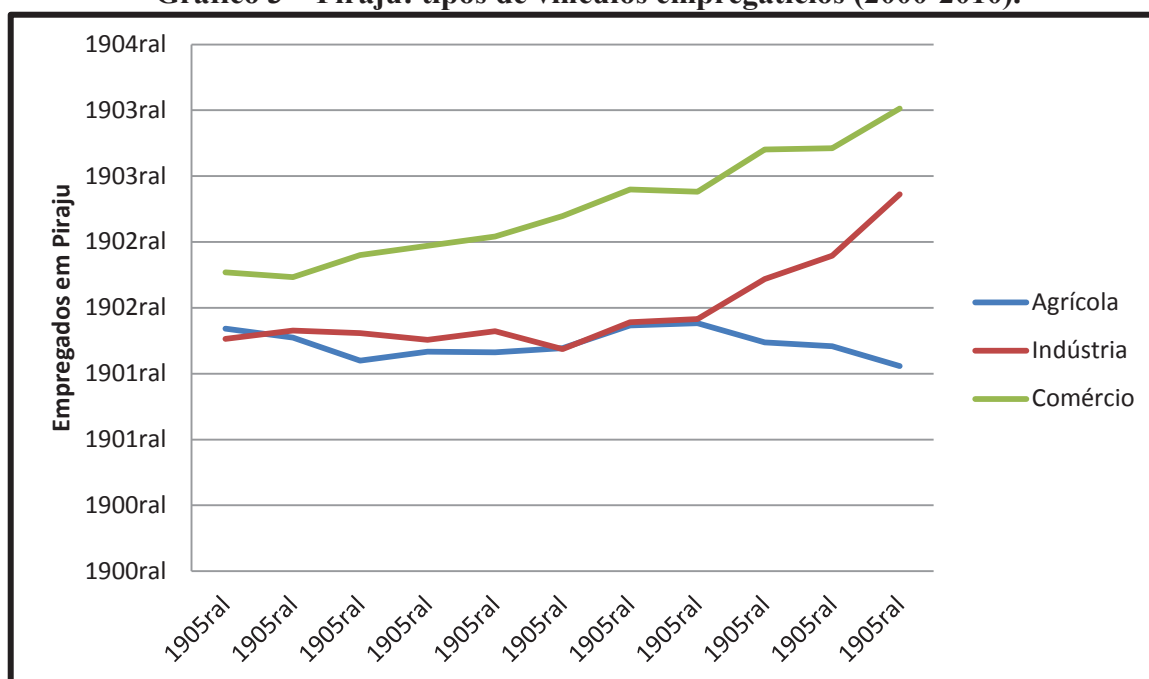
[...] o café é uma cultura de ciclos longos dos preços e então quando ele pega preços de alta, normalmente fica, como fala a gente não fala alta...o pessoal fala alta e agente que ta envolvido com o café fala que ta remunerando o produtor porque a gente nunca viu ninguém ficar rico plantando café. Então a gente fala que tem o ciclo de preço bom e o ciclo de preço ruim, então a gente acompanha isso daí e esses ciclos são de 5 a 7 anos passa a ser a 5 e 6 anos o produtor ta bem e a cidade que nem a nossa cidade é altamente dependente do café ta bem, o povo ta bem, os comerciantes estão bem, se vê abrir novos comércios. Depois a hora que chega nos ciclos baixos, tudo vai lá pra baixo desde o setor envolvido com o café e até a concessionária de carros, oficina mecânica, o eletricitista, o pedreiro tudo reclama porque né então o café é uma nesse sentido.

O entrevistado comenta que quando o ciclo de preço não vai bem, ele desestabiliza toda a cidade, pois o comércio é dependente indiretamente da produção de café, dos empregados das fazendas que também vão consumir no comércio. Outro Ponto importante das lavouras cafeeiras é o emprego que aumenta no período da colheita, pois existem muitos trabalhadores temporários, que são contratados nos meses de maio, alcança

⁶⁷ (50 anos, Engenheiro agrônomo e cafeicultor; concedida no dia 02/04/12).

o pico em julho e agosto e encerra em meados de outubro. No gráfico abaixo comparamos os empregos em Piraju da agricultura, do comércio e da indústria.

Gráfico 3 – Piraju: tipos de vínculos empregatícios (2000-2010).



Fonte: SEADE-IMP, 2012.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Podemos analisar por meio desse gráfico 3, os vínculos empregatícios em Piraju no período entre 2000-2010. No gráfico visualizamos que os empregos no setor industrial e comercial cresceram nos últimos anos e o agrícola mantém uma média constante de mão de obra. Entretanto, a soma desses vínculos é irrisória no tamanho da população, em Piraju é grande o papel de pessoas no setor terciário, autônomas que elas mesmas tomam conta de algum comércio.

No caso da cafeicultura como já citamos o trabalho está condicionado para os períodos da colheita dos grãos de café, nessa fase é contratada uma boa quantidade de pessoas que moram na cidade, porém se deslocam para trabalhar nas áreas agrícolas, principalmente aquelas do plantio de café.

Portanto a cafeicultura tem um importante papel econômico e social no município (OTONI *et al.*, 2001). Nas questões trabalhistas, por comportar boa parcela dos trabalhadores, mesmo que estes ainda não têm as melhores condições adequadas de trabalho, como nas questões econômicas que envolvem as produções agrícolas municipais.

No que tange ao desenvolvimento, essa nova fase posterior ao ano de 1999, trouxe uma nova característica a produção de café, este virou um agronegócio de boa obtenção de capital, porém ela negligência o teu passado, principalmente, quando se atrela a produção de péssima qualidade, como era conhecido o café da região no passado.

Nesse mesmo período, para minimizar a dependência de uma só cultura e diversificar as alternativas econômicas, as lideranças locais desde a década de 1970 tentam implantar o “Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Piraju”; no qual esse sonho foi realizado em 2002, com a obtenção da Estância Turística de Piraju. No entanto, a falta de estrutura, de incentivo público e privado, fizeram que esse modelo ainda caminhasse lentamente para que seja uma alternativa.

De qualquer modo, nesses impasses econômicos o destaque continua sendo o café que mesmo através de várias crises, ele continua sendo o principal produto econômico do município. E principalmente agora nessa última fase, com a participação em diversos concursos e com as premiações obtidas, deram um novo ânimo a produção, e sendo assim conseguiu ganhar um maior público e com isso levar o nome do café de Piraju para outras esferas.

Perguntado ao produtor rural R. M. F.⁶⁸ se já havia participado desses concursos, ele comenta:

Participamos, já ganhamos concurso, um quarto lugar nós pegamos e vendemos muito bem o café. Até foi engraçado, pois o cara que provou o café disse que não estava muito bom, tava com gosto de toalha molhada, foi porque ele tinha tomado chuva no terreiro, tava descascado e lá tomando chuva assim ficou meio estranho. E a moça que trabalhava na associação de café descascado, disse: você não vai por café no concurso, eu disse eu não tenho café, o provador disse que o café não está bom, ela disse escreve aí então só pra participar, eu disse ta bom, inscreve aí 100 sacos, pois tudo mundo coloca 10 sacos, 15 sacos, e eu disse põe 100 sacos e você não acredita que pegou quarto lugar e eu vendi esse café na época, o café tava 200 reais o saco e eu vendi por 700 reais o saco, e um amigo nosso que estava lá em Miami, nos vendemos por leilão eletrônico, e um amigo nosso viu o nosso café lá em Miami. E ele tirou uma foto lá e mostrou fazenda Campo de Ouro e tal.

A premiação é benéfica para o produtor, tanto que ele cita que conseguiu bons valores com essa premiação. Segundo ele seu café foi até encontrado em Miami nos Estados Unidos, contudo, é de grande valia a participação e a premiação nestes concursos dos quais os cafeicultores de Piraju e região tem participado, ou seja, virou agronegócio a cafeicultura no município de Piraju.

⁶⁸ (59 anos, engenheiro agrônomo e produtor rural, concedida no dia 02/05/12).

No que concerne a esse novo caminho, no próximo capítulo discutiremos essa especialização cafeeira em Piraju e o papel do café enquanto identidade para o município.



4. PIRAJU: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE A PARTIR DO CAFÉ

Em busca de uma compreensão para o papel da produção cafeeira ser uma constante atividade, nas leituras do local, entendemos que esse duplo movimento diacrônico e sincrônico, exercido pela utilização do método regressivo-progressivo vão subsidiar a concepção e criação de uma identidade, entre os indivíduos desse território com o café, pois essa possibilidade já foi esmiuçada no capítulo anterior, no qual detalhamos as várias relações histórica-geográficas da cafeicultura no território de Piraju.

Para criar as amarrações e os laços entre esses três períodos, propusemos a construção desse capítulo que almeja compreender o café como identidade do local e como ele se expressa como uma especialidade de produção. Portanto é substancial a essa análise algumas entrevistas e apontamentos encontrados nos trabalhos de campo.

4.1 Vivência, experiência e as relações sociais em Piraju

De grande contribuição com a pesquisa destacamos as entrevistas realizadas com os moradores do município de Piraju, essa técnica é uma importante ferramenta para estudarmos a vivência e a experiência dos entrevistados, e com isso criar por meio da história oral, os fragmentos que possibilitam entender essa relação próxima da população pirajuense com o café.

Das entrevistas, com relação à vivência, perguntamos sobre o tempo de residência no município; se mora na zona rural ou urbana; se já morou na zona rural e quanto tempo; e se conheceu alguém que se mudou do município, para onde foram e porque se mudaram e a quanto tempo. Com algumas dessas indagações preestabelecidas anteriormente foi possível compreender um pouco da vivência dos moradores de Piraju.

Em suma a grande maioria nasceu e cresceu em Piraju, alguns moraram em algum determinado momento em outro município, seja para estudar e trabalhar, mas retornaram posteriormente a cidade natal. Podemos retratar alguns relatos:

Morei em São Paulo um período, estudei lá uma época, mas voltei rapidinho. J. R. M.⁶⁹

Morei dois anos em São Paulo, tive comércio lá e tinha sido comerciante aqui também. Aqui eu fui comerciante de gêneros alimentícios por cerca de 10, 12 anos e depois que fui pra São Paulo, e fui diretor também de uma cooperativa de

⁶⁹ (51 anos, historiador; concedida no dia 03/04/12).

café, de 1971 a 1976 eu fui diretor e antes eu estava na área de comércio de gêneros alimentícios. F. R.⁷⁰

É possível compreender que os entrevistados que saíram por um período morar fora de Piraju, escolheram destinos como a capital paulista, com o motivo dos mais variados desde aos que foram pra lá para estudar e os que partiram para trabalhar, porém retornando para Piraju.

Ainda a grande maioria dos entrevistados relatou que morou toda a sua vida em Piraju, como o caso de A. S. V.⁷¹, que salienta “*Sim, isso sempre aqui e no mesmo lugar.*” Com isso o morador que também é da zona rural, mostra a sua ligação com o lugar e sua afeição com esse espaço. O lugar não tem apenas uma forma e cor, uma racionalidade funcional e econômica, pois está repleto de sentidos para os que habitam (CLAVAL, 1999).

Existem aqueles que vieram para Piraju, para trabalhar, estudar e por outros motivos. Dos entrevistados que vieram, são pessoas de municípios vizinhos. “*Eu fiquei até os 18 anos em Tejupá, estudei lá, trabalhei na roça também até os 18 anos e vim pra Piraju em 1981, fazem 31 anos.*” V. A. Z.⁷². Mesmo Piraju sendo uma pequena cidade ela tem sido atrativa para os municípios vizinhos que são ainda menores que Piraju e essas pessoas acabam migrando para a cidade.

As outras perguntas relacionadas ao tema foram se os entrevistados moravam na zona rural ou urbana e se em algum período ele morou no campo. Uma minoria são os quais disseram que moram na zona rural, algo próximo a 13% da população de Piraju é rural, segundo o censo do IBGE (2010).

Entretanto, um dado relevante constata nas entrevistas é o número de entrevistados que em algum período já morou no campo. Isso fica bem exemplificado, com alguns dos relatos selecionados.

Vivi na zona rural até meus 12 anos e depois vim pra Piraju para a cidade. M. C. S. A.⁷³

Até os 15 anos eu morei na fazenda, no sítio agrícola e depois dos 15 eu resolvi estudar e passei a morar na cidade, no início pagando pensão e depois meus pais

⁷⁰ (84 anos, prefeito e agricultor; concedida no dia 16/10/12).

⁷¹ (59 anos, agricultor, concedida no dia 21/02/12).

⁷² (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

⁷³ (47 anos, funcionária pública municipal, concedida no dia 04/04/12).

vieram pra cidade também e até agora, depois disso não voltei mais pro sitio. J. G. P.⁷⁴.

Podemos notar nas falas que eram pessoas criadas no campo, porém na procura de uma melhor qualidade de vida, essas pessoas se deslocam para o urbano. E mesmo os que já moravam na cidade, tem uma relação muito próxima do rural, seja porque a família é proveniente do campo ou mesmo na cidade tinha relações produtivas no campo, especialmente a atividade cafeeira.

Morei sempre na cidade, mas tive um contato com o campo, pois meu pai era produtor de café, então eu tive um contato muito grande com o campo. J. A. D. R.⁷⁵

Outro tema questionado foi sobre o número populacional, pois nos últimos censos podemos notar uma estagnação, pois a variável do crescimento populacional é muito pequena.

Tabela 7 – Piraju: população (1960-2010)

Censo	População em mil
1960	23.913
1970	20.059
1980	21.384
1991	26.076
2000	27.871
2010	28.475

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Organização: Thiago Henrique Valério Pereira, 2012.

Podemos notar na tabela 7, que a população de Piraju não chega a 30 mil habitantes, e que em 1960 a sua população era de 23.913 mil habitantes, porém em 1970 a população era de 20.059 mil habitantes, um declínio de 16,1%; tal fato está atrelado a emancipação de Tejupá, que pela lei estadual nº 8092, de 28-02-1964, desmembrado de Piraju. Entre o censo de 1970 até 1980 a população cresceu 6,6% e neste censo o número foi de 21.384 mil habitantes. No censo de 1991, o crescimento populacional foi maior, 22%, esse aumento está pautado no crescimento do urbano e também por Piraju receber

⁷⁴ (68 anos, ex-prefeito e contabilista, concedida no dia 02/05/12).

⁷⁵ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

moradores dos municípios vizinhos, nesse caso em 1991 a população chegou a 26.076 mil habitantes. No censo de 2000, o crescimento foi menor de 6,8%, e no último censo realizado em 2010 esse aumento foi bem menor, 2,1% e com o número de 28.475 mil habitantes no município de Piraju.

Nas entrevistas foram relatadas pessoas que deixaram Piraju e escolheram novos destinos, portanto, isso fica exposto no quadro 6.

Município	Destinos paulistas	Outros Estados
Piraju	São Paulo capital, Sorocaba, Campinas, Piraju, Tejupá, Bauru, Ourinhos, Cerqueira César, Sarutaiá, Timburi e Presidente Prudente.	Londrina (PR), Maringá (PR), Rio de Janeiro (RJ) e norte do Paraná.

Quadro 6 – Piraju: principais destinos dos migrantes.

Fonte: Entrevistas, 2012.

O destino mais citado, por quase unanimidade dos entrevistados foi São Paulo capital, que é o principal destino da migração brasileira, a metrópole paulista, as motivações citadas por essa escolha estão principalmente o trabalho e a educação. Outros destinos que foram bem mencionados, Sorocaba e Campinas estas por serem grandes centros no estado de São Paulo, ainda mencionadas foram outras cidades médias como Bauru e Presidente Prudente. Outros municípios foram lembrados, os vizinhos Ourinhos e as pequenas cidades Cerqueira César, Tejupá, Sarutaiá e Timburi. Outro ponto interessante referido foi Piraju, porém quando se referiam a Piraju era para indicar que migraram para a cidade.

Outros destinos brasileiros citados foram Rio de Janeiro capital, local de destino de diversos migrantes e o norte do Paraná, sobretudo os municípios de Londrina e Maringá, estes foram lembrados principalmente quando relataram o avanço da cafeicultura no Paraná e posteriormente o crescimento do agronegócio na região do norte paranaense.

A motivação para essas migrações estão ligadas principalmente ao êxodo rural, ao declínio da cafeicultura e o iminente êxodo rural proporcionado por essa crise, isso foi relatado por vários entrevistados.

Com certeza, nesse período nós estávamos no sítio e acompanhamos essa fase, mesmo no local onde nós morávamos, a quantidade de casa e a quantidade de pessoas que moravam nas casas de ponta a ponta, era um bairro bastante grande

e a gente que andava e ia para escola percebíamos a quantidade de pessoas. E depois eu acompanhei um período que estava nós morando no sítio e mais 10 ou 15 casas acima tudo fechada, tudo abandonada e aí os pequenos sítiantes foram vendendo, tendo em vista as dificuldades do trabalho e daí se concentrou aquelas terras pequenas na mão de uma só pessoa [...] V. A. Z.⁷⁶

Bom a gente vê o êxodo da população rural em função dos filhos daqueles trabalhadores rurais não querendo mais seguir aquela profissão debandaram para o meio urbano em busca de melhores condições de trabalho, de estudos, então nós tivemos um encolhimento da população do trabalhador rural especialmente no café e com isso hoje em 2012 nós estamos vendo um alto grau de mecanização na cultura do café [...] A. F.⁷⁷

Nesses dois relatos, percebemos a vivência do entrevistado no qual cita o esvaziamento do campo, pois era um morador da zona rural e viu os seus vizinhos deixarem o campo e partirem para a cidade. No segundo relato o entrevistado comenta a diminuição dos números de trabalhadores rurais, pois estes partiram em busca de melhores condições de trabalho e com esse encolhimento da mão de obra, ele comenta que fez com que houvesse crescimento na mecanização na cultura cafeeira. Porém, não compartilhamos da mesma ideia, pois na verdade é essa mecanização que expulsa os trabalhadores do campo.

Eu acredito que se dá ao fato da cidade não oferecer maiores condições para que o jovem tenha uma formação melhor, então eu conheço muitas pessoas que os filhos mudaram para outras cidades para galgar uma vida de estudo maior, pra fazer uma faculdade, para trabalhar, então eu acredito que esse fato se deva isso. J. A. D. R.⁷⁸

E mudaram porque é falta de oportunidade de escola principalmente, pois Piraju não tem escolas que possam abranger todo esse espaço, locais de trabalhos que nós não temos ou você vai trilhar na roça... e são coisas assim que o jovem não quer saber, querem procurar e batalhar pela sua independência e Piraju infelizmente não tem espaço pra eles mais. M. C. S. A.⁷⁹

São pessoas jovens indo embora de Piraju por falta de emprego, por falta de oportunidades, por falta de faculdades, por falta de alguma empresa se instalar, aja visto que hoje na minha concepção a maior empresa dentro de Piraju chama-se Prefeitura municipal de Piraju, então você fica preso a uma determinada situação e eu acho que Piraju precisa e já passou da hora de caminhar também pra outros rumos e se não for de grande porte, mas que sejam microempresas, eu acho que quanto mais diversificado, quanto mais campo, quanto mais frente de trabalho puder desenvolver e trazendo faculdades pra cá, cursos técnicos, eu acho que você acaba gerando oportunidades dentro do próprio município e

⁷⁶ (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

⁷⁷ (59 anos, empresário; concedida no dia 02/04/12).

⁷⁸ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

⁷⁹ (47 anos, funcionária pública municipal, concedida no dia 04/04/12).

deixando muitas vezes de precisar essa migração de jovens nossos indo pra outras cidades. D. B.⁸⁰

Muitos jovens pirajuenses tem deixado o município e procurado outras localidades, pois algumas deficiências de Piraju foram sinalizadas nas entrevistas, como a falta de emprego e a falta de faculdade e cursos técnicos, ou seja, uma maior capacitação profissional. Com isso procuram outros destinos que possam ter melhores qualidades tanto no ensino como no trabalho, pois em Piraju como comentado ninguém quer trabalhar na “roça”, nas lavouras de café e ainda a maior geradora de empregos na cidade é a prefeitura municipal de Piraju, portanto, necessita de novas alternativas para fazer com que esses jovens permaneçam em Piraju.

Esse movimento de migração tem acontecido desde meados da década de 1960 e 1970, essas mudanças foram ainda mais aceleradas depois da geada de 1975.

A população daqui era pra ser enorme, eu no período que morei em São Paulo encontrava muitos pirajuenses [...] A questão do êxodo rural desde a época do Getúlio que criou aquele sistema de colonos né, então você pegava a sua mulher e seus filhos e se instalava em uma fazenda, eles te davam um pedaço de terra e você trabalhava como meeiro, você não tinha salário e então você botava a sua força ali na lavoura e no final do ano na época mesmo da safra você tinha uma porcentagem daquilo e independente disso você tinha um pedaço de terra, ali você poderia criar porco, galinha, ter horta e o que você vendesse daquele pedaço era seu. Quando instituíram o salário rural, daí começou o êxodo se não tinha o pedaço de terra e você trabalhava da mesma maneira, só que quando vendia a produção aquela porcentagem que seria sua era uma quantia irrisória que você iria receber como salário. [...] isso era em 1968 ou 1969 e a vida rural ali era ativa, daí depois dos anos de 1970 que houve essa enorme migração. J. R. M.⁸¹

Tem os tios mesmos, muitos que mudaram daqui, venderam e foram embora, tem pouco aqui, hoje na agricultura tem pouca gente, da irmandade nossa hoje tem pouco aqui. Vão pra Sorocaba, São Paulo e Piraju. Na década de 1980 em diante começou a sair gente, alguns até antes os mais velhos. Os meus filhos mesmo mais nem um mora no sítio, nós mesmo só ta nós dois aqui, ficando velho. Nós somos em 9 irmãos, mas hoje só sobrou nós dois aqui. De 9 tem 2, o mais velho e o caçula dos homens. L. A. V. e A. S. V.⁸²

Portanto, essas migrações acontecem por diversos motivos e esse caráter é apresentado por Singer (1981), ele analisa dois fatores de expulsão. O primeiro mencionado que esta é direcionada por causas das produções capitalistas, pelo deslocamento de atividades no espaço e vão atingir os grupos que compõem a estrutura

⁸⁰ (43 anos, farmacêutico e vereador; concedida no dia 02/04/12).

⁸¹ (51 anos, historiador; concedida no dia 03/04/12).

⁸² (70 anos e 59 anos, agricultores, concedida no dia 21/02/12).

social do lugar de origem, portanto se numa determinada área a mecanização reduz a mão de obra, estes “desempregados” são de certa forma obrigados a migrarem, os mesmos são de suma maioria, ex - assalariados, diaristas e peões, ou seja, os que não possuem direito de propriedade do solo; porém num segundo momento os proprietários e arrendatários podem ser forçados a migrar, por não possuírem os recursos necessários para acompanhar a mudança técnica de produção. Ainda citando Singer (1981), o segundo fator de expulsão do campo para a cidade é a estagnação que está atrelada a pressão populacional de áreas cultiváveis, que ocorre pela insuficiência física de terras aproveitáveis ou pelo monopólio de grandes proprietários.

Na nossa análise, o primeiro fator de expulsão é o que mais aconteceu em Piraju, motivada pela falta de recursos para manter os empregados, a mecanização do campo e as constantes crises envolvendo a economia cafeeira sejam por meio dos mercados de consumo ou questões naturais como a geada. Destes que migram Singer (1981, p. 52) cita que os motivos embora subjetivos em parte, as características dos indivíduos “[...] jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais que casados e assim por diante”. Portanto, essas características são bem próximas às relatadas pelos entrevistados a cima.

Das entrevistas relacionadas à experiência dos entrevistados, foram perguntados se tinham algum contato com o café ou se já tiveram em algum período, e se tinham alguma recordação histórica da cafeicultura ou de algum objeto relacionada a ela e o que acham da produção atual de café e se é algo que tenha que ser mantido.

Dos entrevistados foram quase unânimes que em algum momento já terem exercido a produção de café ou que estes vieram de famílias de cafeicultores, neste contexto podemos notar como o café foi e é uma importante economia para o município e que foi funcional na vida dos indivíduos entrevistados.

Eu não sou mais, mais já fui cafeicultor também, meu pai era cafeicultor, meu avô. Inclusive meu bisavô foi um dos precursores da cafeicultura aqui, meu bisavô veio pra cá em 1895, ele veio de Minas e ele implantou um milhão de pés de café em Timburi, Timburi na época era um distrito de Piraju e era considerado o distrito mais rico de Piraju [...] P. S. V. M.⁸³

Sim, juntamente com o meu pai, eu cresci com o meu pai na propriedade, a gente já morava na cidade, mas eu com meus 18 e 19 anos eu comecei a praticar a cafeicultura juntamente com ele e permaneci na cafeicultura por mais ou menos uns 10 anos, até a crise da cafeicultura que ocorreu aqui na década de 1980. Foi

⁸³ (54 anos, engenheiro agrônomo e chefe da Casa da agricultura de Piraju, concedida no dia 03/05/12).

depois da geada de 1975, na geada de 1975 pra você ter uma ideia nós tínhamos lá 23 mil pés de cafeeiros, todos foram queimados a geada foi muito forte e nós tivemos que erradicar todo esse plantio de café e fazer um novo plantio de café mesmo pra dar continuidade da lavoura que a tradição era o café e nós não saímos do café, continuamos, formamos uma nova lavoura e depois disso em 1986 a cafeicultura foi atingida por uma crise novamente, uma crise de preços do café e então logo em seguida o meu pai veio a falecer e daí me desliguei da cafeicultura, vim pra cidade e já tinha me formado no colégio e adentrei no serviço publico. J. A. D. R.⁸⁴

Sempre com o café que ainda é a base da economia da nossa microrregião, não só de Piraju, mas dos municípios pequenos que nós temos, Sarutaiá, Timburi, Tejupá, Fartura, Taguai, Manduri e Óleo, que tem o café como carro chefe da sua economia. A. F.⁸⁵

Nas entrevistas, podemos observar os relatos de alguns dos entrevistados, no qual o primeiro cita que ele veio de família de cafeicultores e o segundo comenta da sua experiência com o plantio, com a continuidade, que mesmo abalada após a geada de 1975, na qual todos os cafeeiros foram queimados, ainda foram realizados novos plantios de café, segundo o entrevistado era para “dar continuidade da lavoura que a tradição era o café e nós não saímos do café [...]”, ou seja, reforça esse laço com esse produto, superando as crises que apareciam. E na terceira entrevista é reforçada que a cafeicultura é base da economia não só de Piraju, mas também dos municípios vizinhos, como: Sarutaiá, Timburi, Tejupá, Fartura, Taguai, Manduri e Óleo, portanto é algo muito presente na economia atual desses municípios citados.

Sobre as recordações históricas, com relação a atividade cafeeira, vamos de encontro com algumas infraestruturas construídas nos períodos áureos do café, como: Bonde elétrico, ramal ferroviário, Piraju hotel. E outros citam as transformações no espaço urbano, outros relatam sobre a cooperativa e por fim, a geada de 1975 é um fenômeno presente na memória dos moradores.

O que fica muito nítido pra mim é que Piraju realmente era e toda vida foi o café e até aqui onde nós estamos era cafezal, era tudo café, antes que meu pai comprou esses terrenos aqui, essa Avenida São Sebastião era totalmente café e então praticamente hoje é uma área comercial, uma das entradas e saídas da cidade e que antigamente era cafezal, então eu acho assim... quando geralmente a gente começa uma conversa e buscar o passado isso é uma coisa que vem muito na minha mente, porque eu lembro quando meu pai fez a negociação de comprar essa área aqui a minha mãe ficou muito brava, porque realmente era só café e hoje praticamente ta dentro, é o que eu to te falando é entrada e saída da cidade e hoje ta dentro de um contexto quase que central da cidade vamos dizer assim e outrora era completamente retirado e era puro cafezal, então eu acho que isso

⁸⁴ (55 anos, funcionário publico e historiador, concedida no dia 04/05/12).

⁸⁵ (59 anos, empresário; concedida no dia 02/04/12).

falando em café é isso que fica em minha memória e mostra que realmente Piraju toda vida viveu e dependeu do café. D. B.⁸⁶

Eu nasci em 1961, e eu fui acordar pra vida em 1966, foi por aí que eu me entendi como gente, Piraju era uma cidade movimentada a maior da região e se você pegar Ourinhos, por exemplo, e ver quantos anos tem Ourinhos e quantos anos tem Piraju você vê que aqui estagnou e ela desenvolveu e industrializou. Já aqui eu me lembro da profissão de saqueiro e que hoje não existe mais, tudo em função do café. Cheguei a andar de trem maria fumaça acho que isso foi em 1967, fui daqui até Manduri e queimando roupa, pois não tinha vidro e a brasa entrava e queimava a camisa da gente. J. R. M.⁸⁷

Então a gente houve e eu desde que me conheço por gente, meu bisavô perdeu na época eu acho que de 1928/1929 ele me perdeu muito com isso, uma geadada parece que na época e depois de 1975 que a gente lembra, eu era pequena ainda, mais teve muita gente que teve que cortar o café e replantar, pois não sobrou nada, foi fatal mesmo e depois disso houve outras geadas que foram em pontos. O comentário que a de 1975 foi uma das piores. Essa época eu já estava na cidade, pois em 1974 o meu pai se mudou, pois a escola na zona rural era até o quarto ano e eu já estava passando do quarto ano e ele queria que nós estudássemos e foi aonde ele comprou um terreno aqui na cidade e a gente veio pra cá e então presenciei pessoalmente essa geadada de 1975, a gente acompanhou através de locais que a gente passou, dos comentários do pessoal que perdeu muito com isso. M. C. S. A.⁸⁸

Em todos os momentos importantes da cidade, como a vinda da ferrovia pra cá, a chegada do trem e outros momentos históricos da cidade tudo teve haver com o café, o café que ajudou na construção da ferrovia, o café que era o primeiro mais representativo na economia do município, enfim teve a festa do café. J. A. D. R.⁸⁹

Algumas recordações históricas dos moradores estão em várias partes do trabalho, no entanto aqui trouxemos relatos dos entrevistados sobre pontos que chamaram a atenção na sua experiência e vivência em Piraju. Exemplo, na primeira entrevista é relatado a transformação da cidade e o crescimento da malha urbana, pois comentou sobre a localização da sua moradia e que quando foi morar lá era próxima aos cafezais e hoje essa é uma região de comércio e uma das principais entradas da cidade. Na segunda Piraju era uma cidade movimentada e este faz uma comparação com a cidade de Ourinhos e diz que Piraju estagnou e quanto a Ourinhos se industrializou e continua dizendo sobre a sua experiência de ter conhecido o ramal da Sorocabana que ligava Piraju a Manduri. E a terceira entrevista é comentada sobre a geadada de 1975, que foi uma das piores ou se não a pior geadada em Piraju. E o quarto reconta que em todos os momentos importantes da cidade,

⁸⁶ (43 anos, farmacêutico e vereador; concedida no dia 02/04/12).

⁸⁷ (51 anos, historiador; concedida no dia 03/04/12).

⁸⁸ (47 anos, funcionária pública municipal, concedida no dia 04/04/12).

⁸⁹ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

como a vinda da ferrovia e entre outros momentos históricos tudo está ligado ao café, pois era o mais representativo na economia do município e comenta também da realização da festa do café.

Eu acho muito importante a cafeicultura para o nosso município, já foi muito importante para o município, era o que dava sustentação econômica para a cidade e foi uma coisa muito importante para a cidade. São momentos desde que... no nosso caso, o sítio veio na época do meu avô, então teve momentos bons e difíceis também que todo cafeicultor passou, mas eu não tenho nada a reclamar da cafeicultura na época. Foi um momento muito bom, pena que na maioria dos casos aqui em Piraju entrou em crise, quando entrou em crise a cafeicultura muitos saíram do ramo e foi esse o meu caso e da minha família. J. A. D. R.⁹⁰

Lembro-me das crises e hoje também não está muito bom, mas eu acredito que vai melhorar. V. S.⁹¹

As transformações ocorridas e descritas estão ligadas às relações político-econômicas provenientes da cafeicultura, estes abalos e crises citados atingiram uma grande parcela dos cafeicultores, e, com isso colaborou para a retirada de alguns do ramo cafeeiro, outros foram embora para as cidades, outros diversificaram a sua produção e alguns deram continuidade à cafeicultura, só que nesse caso houve uma reestruturação do espaço agrário cafeeiro. É interessante notar que mesmo depois das várias crises o entrevistado acredita que haverá melhoras na economia cafeeira.

Como já citado anteriormente o café, é um produto até hoje cultivado nas propriedades rurais de Piraju, entretanto, nos últimos anos ele vem adquirindo um novo papel na comercialização, partindo para novos mercados e ganhando prêmios que destacam a qualidade do café colhido em Piraju e região. Dado a esse fato, perguntamos aos entrevistados o que eles acham da cafeicultura no contexto atual.

Pra nós tem que ser café, a produção de café aqui é boa, a região de Piraju é boa e o forte da cidade também é o café, não tem outra coisa aqui. Agora o preço que varia, pois o preço hoje não está lá aquelas coisas, hoje é um preço e amanhã é outro. Tem que manter, pois já vem de muito tempo, meus pais já trabalhavam com o café, cria uma cultura, pois aqui a região de Piraju é o café e já conhecido. O forte aqui é café... Os dois bisavôs vosso eram produtores de café né. L. A. V. e A. S. V.⁹²

⁹⁰ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

⁹¹ (43 anos, trabalhador rural, concedida no dia 06/04/12).

⁹² (70 anos e 59 anos, agricultores, concedida no dia 21/02/12).

Na concepção do entrevistado que é um pequeno produtor de café, tem que manter esse cultivo, pois o forte da região e do município é a produção café, mesmo que o preço tenha uma variação de alta e de baixa, a continuidade está atrelada aos fatores de estagnação, ou seja, dar continuidade a essa monocultura, é compreensível, pois existe toda uma infraestrutura preparada a essa lavoura, e os próprios trabalhadores já manuseiam as técnicas de cultivo e o fator econômico é preocupante, no entanto em todos os discursos a confiança em preços melhores. E ainda tem a questão cultural que se constrói com a cafeicultura, pois dá continuidade a uma lavoura herdada dos pais, dos avós, da família.

Sim, claro que é uma renda, mais infelizmente está prejudicando de novo o produtor e o comércio, porque está prejudicando a economia e com a baixa do café que está havendo de 150 a 200 reais por saca está trazendo prejuízo para o produtor e para o comércio, hoje, por exemplo, o produtor recebe menos dinheiro e então ele se prejudica, porque ele tem que vender a mercadoria mais barata e ocasiona disso até o pagamento para o funcionário. Apesar de que houve a dois anos atrás, houve um pagamento alto para colher o café, porque estava todo mundo preparando o café para vender a 600 reais e ele abaixou nesses preços de 400, 450 reais, é uma realidade isso. F. R.⁹³

Mesmo com a esperança de preços melhores, o atual prefeito de Piraju comenta que as baixas nos valores vêm prejudicando tanto os produtores, os trabalhadores rurais e por consequência o comércio local, é uma cadeia que é desestabilizada com esses valores baixos, pois é uma renda importante para a sustentação econômica do município.

Sem duvidas, pois é a atividade agrícola que mais ocupa mão de obra, é só fazer uma conta simples: é só pegar o município de Piraju e pegarmos um ano como esse e pegarmos 18 mil hectares de café com a produtividade média de 20 sacos por hectare da 360 mil e vezes um preço médio hoje de 350 reais dá 126 milhões que é altamente significativo, é um dinheiro que é injetado na economia aqui com pagamento de empregado, aquisições de maquina, pagamentos de impostos. P. S. V. M.⁹⁴

Para o chefe da casa da agricultura de Piraju, o café mesmo com o valor a 350 reais é uma importante atividade agrícola para o município, pois é aquela que mais ocupa mão de obra, e este faz uma conta simples, que mesmo o café com esse valor daria uma lucratividade de 126 milhões de reais e esse dinheiro é injetado na economia nas mais diversas formas com o pagamento de impostos, pagamento aos empregados e nas aquisições de maquinários e insumos agrícolas.

⁹³ (84 anos, prefeito e agricultor; concedida no dia 16/10/12).

⁹⁴ (54 anos, engenheiro agrônomo e chefe da Casa da agricultura de Piraju, concedida no dia 03/05/12).

Sim, mais tem uma coisa, hoje se pensa mais em uma agricultura diversificada e então o café não perde a sua importância, mas hoje o agricultor se vê necessário em fazer essa abertura para ter outros plantios, outras formas também para que haja uma diversificação, como eu conheci a fazenda do Sr. Ronaldo Ferreira, pois ela produz café, produz manga e ela produz abacate, enfim, tem certa diversidade e isso facilita o produtor rural, não dá para se pensar somente na cafeicultura não é. J. A. D. R.⁹⁵

Temos abacate, manga e café. Tem carneiro também, um pouco de boi, um pouco de leite para o gasto dos funcionários. Faz mais de 20 anos já que nós estamos plantando abacate.[...] Com certeza, mesmo quando eu fui diretor da Cooperativa eu pregava isso daí, mas é difícil né, é complicado você mudar uma cultura, pessoal fala, plantei café a vida inteira... Mas o pessoal está um pouco desanimado com o café. R. M. F.⁹⁶

Portanto, como relatada pelo entrevistado, hoje se pensa em novas frentes para a agricultura e a diversificação de sua produção, sem que o café perda sua importância, porém é necessário recorrer a outros cultivos, e mostra exemplos de outros produtos que deram certo em Piraju, como o caso das frutas: o abacate e a manga.

Em termos de concentração, ele está nas mãos de poucas pessoas, então hoje somente os grandes fazendeiros conseguem manter a sua cafeicultura, os pequenos é difícil, tudo pela questão dos produtos, hoje a mão de obra é cara, o saco para a colheita é caro, porém os grandes proprietários têm a possibilidade dos financiamentos e vai tocando, mas se você pegar alguém que planta café ele vai falar a mesma coisa. O café é importante pro município de Piraju: eu acredito que é importante, nós temos aí entre Piraju, Tejupá e Sarutaiá que são municípios vizinhos ganham muitos prêmios, e esses prêmios têm dado resultados positivos pra Piraju? Momentâneo eu acho, no momento que existe a premiação e que faz a festa, porém seria ideal se tivéssemos aqui em Piraju algo agregado ao café e que fosse a produção do pó de café, não só ter a produção de café, mas ter também a produção do pó de café, ou seja, pra que ele se tornasse a bebida de Piraju, pois se nós temos o melhor café, porque nós não podemos ter a melhor bebida e aí que seria um agregado maior não só para o produtor, mas para a comunidade de modo geral. Então eu acho que é uma coisa que não tem como ficar sem, até pela própria topografia da nossa região aqui, ela não atende a qualquer outro tipo de cultura e produção, você vê que a cana tá chegando e só que a gente não vai viver só de cana é nos temos que ter outras produções. Então eu acho assim que nós temos que manter o café, e nos temos que fazer uma reprogramação em nível de agricultura, juntamente com a prefeitura que tem o departamento de agricultura, juntamente com a casa da agricultura, juntamente com o sindicato rural e fazer o que aja uma diversificação de produção, para que a cidade possa ser aquecida com produtos da terra, mas mais diversificados, na verdade quem que planta goiaba em Piraju? Ninguém planta goiaba, mas será que a goiaba não dá pra ser produzida em Piraju e a goiaba é um alimento muito consumido, então eu acho que nós devemos tentar através desses órgãos, técnicas para descobrir o que seria e se é possível, quais produções são possíveis em Piraju e estimular as pessoas a fazerem isso, pra que a gente não dependa exclusivamente do café, exclusivamente da cultura do gado que nós temos bastante aqui na nossa região, mas devemos ter algumas como base e as outras

⁹⁵ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

⁹⁶ (59 anos, engenheiro agrônomo e produtor rural, concedida no dia 02/05/12).

que venham junto para trazer um pouco mais de recurso mais rápido é o que precisa, pois você sabe que o café é lento. V. A. Z.⁹⁷

O entrevistado aponta os diversos caminhos que Piraju poderia se utilizar com o benefício do café, e que no panorama atual o café concentra na mão dos grandes produtores, pois segundo ele os pequenos produtores estão sumindo, porque fica muito caro manter empregados nessa lavoura e somente quem consegue financiamentos consegue manter o negócio, porém discordamos do entrevistado, visto que em Piraju existe uma predominância de pequenos produtores, estes que sobrevivem, principalmente, pelo uso do trabalho familiar. Afirma ainda que o café é importante para o município de Piraju, pois ele e outros municípios têm ganhado prêmios, mas isso é momentâneo e é necessário criar mecanismo que possam se aproveitar melhor do café. Uma das alternativas seria a instalação da produção do café em pó de Piraju, pois temos o melhor grão de café, porém não temos a bebida de Piraju e com isso poderia ter uma bebida de qualidade e que agregaria valor tanto para o produtor como para a comunidade pirajuense. A segunda alternativa se amarra com o que já foi apontado que é o estímulo de uma agricultura diversificada, ter outros produtos que possam ser cultivados em Piraju e que tragam recursos mais rápidos, pois o café não pode ser a única base econômica, ainda mais que é o cultivo é demorado.

Ainda outros entrevistados sinalizaram sobre a diversificação na lavoura como algo plausível, pois hoje existem exemplos de agricultores em Piraju que passaram a cultivar a laranja, o limão, a manga, o abacate, o pimentão, o tomate e entre outros produtos, porém grande parte ainda mantém o café nas suas propriedades. Portanto, é desvinculado a concepção de um único recurso agrícola, esse avanço possibilitou até a criação da associação dos plasticultores de Piraju e região, que em partes são compostas por produtores de café ou ex-produtores.

Paulatinamente, o café ganha corpo como uma identidade cultural para o município, isso fica mais evidente quando falamos dos patrimônios, da infraestrutura e da história do local. E como isso evidencia nas relações sociais dos moradores, na concepção de permanecer e de sentimento com essa atividade agrícola, essa discussão será esmiuçada no próximo sub-capítulo.

⁹⁷ (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

4.2 Café, uma identidade de Piraju?

Um dos temas mais questionadores da pesquisa é essa proximidade da atividade agrícola café com a sua história e com apropriação da cultura, política e economia de Piraju. Em nossas reflexões, o maior desafio era entender o café como uma identidade para os moradores, pois era a alternativa para compreender a continuidade da cafeicultura de Piraju por tanto anos.

Para maior evidenciação buscamos ouvir diversos moradores em contextos diferentes com relação ao café, desde jovens a moradores antigos de Piraju, de trabalhadores rurais a pessoas que se quer foram frutos de famílias que tiveram alguma ligação com a cafeicultura. Nessa fase do trabalho a intenção era dar homogeneidade na questão da identidade, e o exemplo disso foi a comprovação de outras identidades sem ser a qual propusermos a estudar.

Assim foram realizadas duas perguntas com o objetivo que o entrevistado pudesse relatar o que pra ele é identidade quando citamos Piraju, para isso as perguntas foram: Quais elementos identificam Piraju? E; você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais? Portanto, foram essas as nossas indagações para saber a identidade dos sujeitos, pois isso não é algo coletivo, é variável de indivíduo para indivíduo.

A identidade é um complexo mosaico de interseções do sujeito com o mundo. Desse modo, ele tem, ao mesmo tempo, além de uma identidade só sua, todas as suas demais identidades culturais, entre as quais a chamada identidade local ou nacional, sintetiza Bustamante (2005). Na globalização propõe uma identidade supra – nacional, segundo Santos (2006, p. 231) “A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra”.

A construção de identidade local convive com o processo de identificação vivido pelo sujeito e está representada no que Hall (2005) chama de lealdade, ou seja, em tudo aquilo que, ao ser feito, determina um aspecto de identidade do sujeito. Quanto maior é a participação do sujeito, tanto em duração como em intensidade, mais a identidade cultural se fortalece e retroalimenta o processo. Podemos dizer que isso é maior, principalmente quando é construída pela família, por laços de herança como o caso de Piraju.

Assim, a participação da população pirajuense com o cultivo de café alimenta esse processo, principalmente em escalas tempo-espaciais, pois em tudo aquilo que o sujeito

vivenciou está representada na identidade do sujeito, por isso, quando perguntamos quais elementos identificam Piraju, cada indivíduo apontou aquilo que está na sua vivência e experiência com tal elemento que destacou.

Identidade	Elementos
Fauna e flora	Rio Paranapanema, os peixes e as aves.
Atividade Agrícola e econômica	Cafê e plasticultores.
Raças	Indígenas, negro, italiano e caipira.
Personalidades	Ataliba Leonel, Constantino Leman, Miguel Cacéres e Francisco Rodrigues.
Infraestrutura	Bonde elétrico, Piraju Hotel, ramal sorocabana, Arquitetura, Casarões.
Religioso	São Sebastião
Outros	População pirajuense e política cafeeira.

Quadro 7 – Piraju: elementos de identidade.

Fonte: Entrevistas, 2012.

Entre os principais elementos citados nas entrevistas destacamos o rio Paranapanema e como segundo elemento o café, outros elementos que foram destacados com evidência: o indígena, Ataliba Leonel, os peixes, bonde elétrico e Piraju Hotel, portanto, houve uma pluralidade nos elementos e assim foi necessário criar uma subdivisão entre as identidades, fauna e flora, atividades agrícolas e econômicas, raças, personalidades, infraestrutura e outros. Porém, tanto o rio Paranapanema e o café foram os mais citados, alternando entre o primeiro e segundo elemento citado por cada sujeito entrevistado.

Na fauna e flora, o rio Paranapanema foi o mais identificado pelos moradores, este que foi uma ferramenta fundamental para que em 2002 recebesse o título de estância turística, as belezas naturais de Piraju e ao logo do rio Paranapanema é um dos elementos mais atrativos para os turistas e para a população, ainda nesse contexto, apontamos os peixes do rio Paranapanema e as aves na fauna de Piraju. Outro ponto é a constante luta dos moradores contra a instalação de futuras hidrelétricas e fábricas que possam poluir essas águas.

Eu acho que a maior identidade que nós temos aqui em Piraju é o rio Paranapanema, e através do rio vem a questão da energia, a questão que teve energia antes que o Rio de Janeiro, nós não acompanhamos esse passado, mas é

o que a gente ouvi falar. [...] O mais forte mesmo é o rio Paranapanema, principalmente de não ser poluído. V. A. Z.⁹⁸

Acho que o que identifica a cidade é o rio, o rio é um bem natural, uma beleza pela sua própria desenvoltura na natureza, e que precisa ser mais explorado, mais mostrado. O café é bonito a produção de café, a árvore antes da colheita é uma coisa agradável de ver. Mas é uma coisa simples, o turista viu uma vez fotografou e pronto, agora o rio não ele está aí, ele tem essa beleza natural dele, com suas curvas, com o seu lago. J. G. P.⁹⁹

Eu acho assim que o rio é um ponto muito forte e que a gente vive sofrendo investidas vamos dizer assim, para ter mais uma usina na cidade, esses dias mesmo um ou dois meses atrás teve várias investidas aí e o rio é um ponto forte, por ter o traçado mesmo, muito gente fala da pescaria que pegava muito peixe e que se pegava muito peixe no município e tal e como era a pesca em Piraju, então eu percebo assim que o rio de uma maneira geral até mesmo através do esporte hoje, através da canoagem mesmo é bastante difundida, então eu acho assim que o rio é um ponto forte [...]D. B.¹⁰⁰

Destarte o atual prefeito F. R.¹⁰¹ comenta:

O rio Paranapanema, ele passa aqui, haja vista que nós tivemos aqui a presença da canoagem slalom, com vários estados na disputa e Piraju se destacou, parece que Piraju pontuou mais alto [...]. Agora o rio Paranapanema é um rio não poluído, eu inclusive na época que foi logo depois que eu fui prefeito em 1978 por aí, a Braskraft queria instalar a indústria de papel celulose na cabeceira do rio Paranapanema e nós prefeitos na época e outras lideranças se reunimos para impedirmos para que a Braskraft se instalasse na cabeceira do rio Paranapanema e eu fui uma das pessoas que estiveram à frente naquela época e depois veio o apoio do governo também, o governo Paulo Maluf fez um decreto na época proibindo a construção de Usinas na margem do rio Paranapanema e daí sepultou a construção da indústria lá na cabeceira do rio em Angatuba. Então não pode porque o vale do Paranapanema se levantou, as populações das cidades que margeiam o rio Paranapanema daqui a Angatuba e tivemos o apoio de uma pessoa que fazia plantação de arroz lá na região de Angatuba com aquelas cidades em volta... então foi feito um trabalho de levantar, e essa pessoa que plantava arroz lá que ajudou também na defesa do rio se chamava Ramos Nassar, ele era dono do bazar 13 em São Paulo de comércio, então ajudou muito também, houve o apoio do Deputado Salim Curiati, apoio do governador do Estado Paulo Salim Maluf na época que fez o decreto para não construir no Paranapanema, Então foi uma luta que eu e as outras lideranças de Piraju e região que tivemos juntos.

Nos relatos, constatamos como elemento forte de identidade o café para o município, no qual exaltam a sua beleza, as águas limpas, a prática de esporte náutico, exemplo da canoagem, a sua história energética, a abundância de peixes, a defesa contra as

⁹⁸ (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

⁹⁹ (68 anos, ex-prefeito e contabilista, concedida no dia 02/05/12).

¹⁰⁰ (43 anos, farmacêutico e vereador, concedida no dia 02/04/12).

¹⁰¹ (84 anos, prefeito e agricultor; concedida no dia 16/10/12).

instalações de usinas hidrelétricas, a defesa contra a instalação de fábricas e a apropriação desses espaços para o turismo em Piraju.

No que concerne à atividade agrícola e econômica, dos elementos citados foram o café e associação dos plasticultores de Piraju, o café também foi um dos elementos mais citados, por razões da sua história e da identificação principalmente dos moradores rurais e provenientes do campo, esses declararam o café como identidade, outro citado foi os plasticultores que atualmente vêm ganhando espaço na agricultura de Piraju.

A única coisa assim mais é o que todo mundo fala é o café só. R. F. S.¹⁰²

E querendo ou não quando nós falamos de Piraju as pessoas lembram-se do café, mesmo ele hoje não sendo um produto de crescimento, mas marca alguma coisa. V. A. Z.¹⁰³

É uma questão cultural, e outra coisa a maioria das propriedades daqui já tem uma estrutura voltada a cafeicultura, então o cara puxa o que eu vou fazer aqui, tenho terreiro, tenho secador, tenho tulha, e o que eu vou fazer, então o cara que é de família de cafeicultor ele continua com a atividade, então tem esse componente cultural de tradicional, mas muitos que trabalham aqui deram uma diversificada, principalmente os pequenos produtores, além do café o pessoal começo a trabalhar com olerícolas, plantar pimentão e tomate para tentar dar uma diversificada para melhorar a renda dele, porque o café você vê a renda uma vez por ano. Agora olerícolas não, depois que você começou aquele processo toda semana você está vendendo, então é uma forma da pessoa viver na atividade e ele tem no café uma forma de poupança. Porque o café não é perecível, você colhe seca e armazena e deixa ele lá sem beneficiar, então não é um produto que ele tem necessidade de vender imediato, pimentão, tomate, pepino e alface chegou no ponto tem que cortar e vender, no máximo um dia ou dois dias depois tem que estar vendido, se não estraga, então é a forma dele ter renda pra sobreviver durante o ano inteiro e o café é a poupança dele, é seguro. Nós temos até uma associação de plasticultores aqui e ela é composta em sua esmagadora maioria de pequenos produtores, e a maioria deles tem café, mas eles viram que só no café eles iam sobreviver [...] P. S. V. M.¹⁰⁴

[...] eu acho assim que o rio é um ponto forte, mas nem por isso o café deixa de ser um ponto forte que é o café que a gente tá falando aí, através de um trabalho regional está existindo e eu acho que dois, três anos ou quatro anos consecutivos, uma premiação a onde acaba elevando o nome da cidade de Piraju e da região, então eu acho que são pontos que a gente não pode deixar citar uma coisa e esquecendo-se da outra. Eu vejo aí e eu tenho amizade com um agricultor no ramo que ele tá produzindo pimentão e tem colocado bastante no Ceagesp, é em Bauru, São Paulo e esses dias eu estive em Campinas e tive com ele lá fazendo contato em Campinas que de uma certa forma essas coisas acabam elevando o nome de Piraju, através da associação que é dos plasticultores aqui sai vários caminhões aqui durante semana, com pequenos produtores que fazem a coleta de seus vegetais e levam até essa associação dos agricultores aí né, dos pequenos

¹⁰² (24 anos, ex-trabalhador rural e atualmente soldador, concedida no dia 03/04/12).

¹⁰³ (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

¹⁰⁴ (54 anos, engenheiro agrônomo e chefe da Casa da agricultura de Piraju, concedida no dia 03/05/12).

agricultores para que eles possam fazer essa venda, fazer essa intermediação junto a capital e então eu acho que isso acaba e vai disseminando na...mas eu acho que o rio é um ponto bastante assim forte em nítido momento em que se fala de Piraju. D. B.¹⁰⁵

Portanto, o café é uma identidade para uma parte dos sujeitos entrevistados, pois o que mais se salientou foi seu viés econômico, no que diz a respeito, principalmente das atividades recentes do café, com a participação e a conquista de premiações, no entanto a cultural foi pouco sinalizada. Outros relataram que essa identidade está se deteriorando, “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.” (HALL, 2005, p. 7). O que para o autor seria a crise da identidade.

Outras identidades relatadas foram as etnias, em Piraju a população é composta por descendência indígena, negra, por europeus com destaque aos italianos e do povo “caipira”¹⁰⁶. Essa miscigenação é exposta na culinária, nos costumes, na cultura e no modo de vida da população pirajuense.

Outro efeito da cafeicultura foi modelar uma nova forma de especialização produtiva e configurar um outro modo de ser da sociedade brasileira. Culturalmente, a nova feição é basicamente caipira. Mas a essa matriz se acrescentaram outras dimensões pela incorporação, na primeira fase, de uma grande massa escrava e, mais tarde, da contribuição de imigrantes europeus, integrados maciçamente no colonato. A essas matrizes se somariam, ainda, elementos tomados de outras variantes culturais brasileiras pela convergência para as fazendas de gente vinda das diversas regiões do país. (RIBEIRO, 1995, p. 392).

Consequentemente, é esse efeito da cafeicultura que configurou a população pirajuense, basicamente caipira, porém com laços culturais indígenas, dos negros e dos imigrantes europeus, essa composição de raças, tornou o que Ribeiro (1995), chama de Brasil caipira, essencialmente é esse o contraste em Piraju.

As pessoas citadas que identificam Piraju segundo os entrevistados apontaram quatro nomes; o já citado anteriormente no trabalho Ataliba Leonel, político e cafeicultor de Piraju, que foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e um dos principais nomes da política paulista no início do século XX; o jornalista e historiador

¹⁰⁵ (43 anos, farmacêutico e vereador, concedida no dia 02/04/12).

¹⁰⁶ Pessoa nascida ou que vive em regiões rurais, especialmente no interior dos estados de São Paulo, e que ger. vive de pequena agricultura, em terras que não lhe pertencem. Disponível em <<http://aulete.uol.com.br/caipira#ixzz2FUf3H6qC>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2012.

Constantino Leman, este que foi um dos primeiro a relatar a história do município de Piraju, suas principais obras são: “São Sebastião do Tijuco Preto – Piraju” publicado em 1959 e “Piraju: seu passado e seu presente” volume 1 e 2, publicados em 1973 e 1982; outro historiador lembrado pelos entrevistados foi Miguel Cacéres, que publicou livros como: “Piraju memórias políticas e outras memórias” de 1998 e “Ataliba Leonel: panorama de uma época” de 2008; por fim, o atual prefeito Francisco Rodrigues, e que foi prefeito por 4 mandatos; foram estes as personalidades apontadas pelos entrevistados como elementos que identificam Piraju.

Nas questões de infraestrutura, a estrada de ferro ramal Sorocabana, o bonde elétrico, o Piraju hotel, a arquitetura e os casarões da cidade foram apontados como identidade para alguns moradores. Esses que foram construídos em prol da economia cafeeira ou possibilitados com o lucro dessa atividade, portanto indiretamente é algo relacionado a cafeicultura.

Outros símbolos relatados são o São Sebastião, padroeiro de Piraju, e outras identidades como a política do café e a população de Piraju, que já é o reflexo desse arcabouço de elementos do território pirajuense.

As construções dessas identidades estão refletidas no processo de vivência e experiência do lugar, e assim, “O “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado, o ponto de práticas sociais específicas que nos moldam e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estritamente ligadas...” (HALL, 2005, p. 72). Portanto, os lugares permanecem fixos, são neles que temos “raízes”, entretanto o espaço pode ser cruzado num piscar de olhos, por um avião, por fax e satélite (HALL, 2005).

A identidade do sujeito da população de Piraju é variada, há inúmeros fatores que vão interferir na construção da sua identidade, daqueles que tiveram alguma interferência da cafeicultura em sua vivência possivelmente apontaram esse elemento como identificador de Piraju. Entretanto, essa concepção está em crise, pela incessante globalização na pós-modernidade, criando verdadeiras identidades globais.

Alguns teóricos argumentam que o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais “acima” e “abaixo” do nível do estado-nação (HALL, 2005, p. 73).

Portanto, esses processos globais, estão enfraquecendo as identidades nacionais, e com esse afrouxamento reforça os laços “acima” identidades globais e os do nível “abaixo” do estado-nação, as identidades locais. Ainda que:

As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes. Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais (HALL, 2005, p. 73).

Teoricamente falando, anteriormente existia uma territorialidade genuína, pois a economia e a cultura dependiam do território, com uma linguagem de emanção do uso do território pela economia, a cultura e a política também estavam intensamente relacionadas a esse processo (SANTOS, 2001).

Nesse contexto:

Havia, por conseguinte, uma territorialidade absoluta, no sentido de que, em todas as manifestações essenciais de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território. Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária para a sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma ideia de domínio. Para manter a identidade e os limites, era preciso ter clara essa ideia de domínio, de poder. A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável. Criava-se, paralelamente, a ideia de comunidade, um contexto limitado ao espaço (SANTOS, 2001, p. 62).

Essa concepção exposta por Santos (2001), compreendemos essa relação tão próxima entre economia, política e cultura que produzia essa identidade do território, haja vista que na pós-modernidade essa expressada por Hall (2005), rompe com essa relação, predominando a identidade global, e essa vida social não mais atrelada a sua vivência estritamente com o território.

Hall (2005, p. 75) comenta que:

“Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”.”

Ainda o autor relata que somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, cada qual faz apelo e toma um sentido diferente, e destas fazemos a nossa escolha, foi a difusão do consumismo que contribuiu com esse efeito do “supermercado cultural”. Portanto, no interior do consumismo global, as diferenças e distinções culturais que até então definiam a identidade, ficam agora reduzidas a uma língua franca internacional ou uma moeda global, em um termo em que todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Hall (2005) denomina esse fenômeno como homogeneização cultural, e o que está se discutindo é a tensão do global e o local na transformação das identidades.

Destarte, entrevistamos o diretor da cultura de Piraju, no qual relata um pouco sobre as identidades de Piraju P. H. S.¹⁰⁷

T.: Quais elementos identificam a cidade?

P.: Na minha concepção, o café está inserido em um contexto que me causa algumas dúvidas, a primeira delas é exatamente a identidade. A identidade pirajuense, primeiramente indígena, eu não vi em Piraju nenhum nome de rua indígena. E eu vejo que esse laço cultural indígena, portanto, dorme em algum lugar. A água, a nossa relação cultural com a água em Piraju é total e eles não conseguiram por não mexer com esse laço cultural, eles não conseguiram habilitar esse processo de águas aqui para o turismo.

T.: Por que não conseguiram?

P.: Eles não conseguiram ainda, porque não estão olhando essa questão cultural, não estão olhando pra isso ainda. Eu acho que isso formata muito para uma comunidade, primeiramente a educação municipal, leva esse assunto para as pautas aos conteúdos, e otimize essa busca pelo laço cultural, pelo viés cultural, e não pelo viés comercial, então eu fico pensando assim que índios, água. Uma segunda questão, um elemento de laço cultural, mas que é um produto que é o peixe, o peixe, portanto vira o produto turístico da cidade, o produto representativo da estância turística; eu também passo a entender que o laço cultural com o peixe seria bem importante para nos passarmos primeiramente pelo viés do laço cultural, que é o que você ta tentando passar com o café.

T.: Você vê o café por esse viés?

P.: Então eu vejo também o café, exatamente por esse viés, o viés cultural, ele se estabelece em Piraju não só no processo do plantio, da colheita, ele se estabelece pela força que historicamente a cultura do café provém. Mas ela tem assim como outros lugares, eu também faço essa leitura desse produto ser essencialmente vinculado a questão técnica de plantio e colheita primeiro, e que você possa subsidiar e pagar operários pra isso e que esses operários tinham uma leitura que dificultava o acesso às outras questões, eu não vou nem dizer no formato desse trabalho, um trabalho pesado, diga-se de passagem, mais o tempo que essa produção leva pra você plantar, pra você colher, e o que isso dificulta o acesso as outras coisas.

T.: Mas o que falta?

P.: Então pelo fato da cidade não ter esse efeito do laço cultural, acho que ela continua ainda tratando as coisas como produtos, produtos de escoamento e eu entendo que o elemento corte histórico desses produtos só vai se dar no laço cultural mesmo e entendendo como que a gente pode retomar isso, que caminho

¹⁰⁷ (diretor da cultura, concedida no dia 03/05/12).

a gente pode tomar para que o café formate a cultura local e acho que o seu projeto provoca isso, essa relação de mostrar que é ainda um produto.

É engraçado isso que mesmo ela sendo visto como um produto, ela não atinge um ponto como produto como café Piraju, e ela se reconhece muitas vezes comprando cafés de fora com uma produção que esta ao lado dela, dentro do quintal dela...e eu acho isso estranho, pra possibilitar a discussão entorno de identidade, transformar esse produto turístico comercial como o café e o peixe, transformar em laço cultural esse contexto é uma coisa muito legal, pra mim vai além da fachada de um hotel, do fluxo que esse hotel tinha a época, devido ao fluxo comercial e o que pode existir além disso. Então dentro do corte histórico é essa referencia cultural que vai valer mesmo.

T.: Qual o caminho a seguir?

P.: Entorno de laço cultural eu vejo essa deficiência, eu entendo muito bem que o café, índios, água e peixe eles precisam desse aparato cultural antes da gente estar falando em produto, produto e produto. Eu tenho essa preocupação que a escola fundamentalmente tem que pegar esses elementos, a comunidade tem que ter conhecimento dessas questões e, portanto, eu vejo que o café tem que ser tratado de fato pelo viés cultural, antes de ser produto aqui e antes de entender o quanto esses fazendeiros ganharam aqui, o que eles aplicaram aqui e faliram também aqui e porque não tem o café Piraju na praça, por exemplo, já que Piraju se abasteceu tanto dessa questão “café”. Mas é bom que vai formatar no seu projeto o paradoxo local ela fala disso, tenta produzir isso, mas ela não tem...

T.: Mais algum outro ponto?

P.: Outra coisa que me chama muito a atenção, é o que Piraju precisa encontrar culturalmente falando que produtos relacionados a cultura e não produto final, a o turista...mas peraí, é cultural isso você precisa discutir, você precisa alavancar essa questão. E eu direciono ainda mais isso, está na maneira da escola pensar, escola, professor e conteúdo e como inserir essa questão lá e de lá você levar para a comunidade. Então é um levantamento disso, de que forma isso é feito. Fazer com que o aluno que essa história lhe pertence e é dele mesmo, se nós não conseguirmos isso vai dificultar o processo enquanto produto turístico mesmo. Que eu já ouvi vários elementos falando sobre o compromisso turístico da cidade, mas eles caem na mesma questão, porque ainda não conseguiram fazer um projeto com o rio que ele tá aí, porque é cultural, primeiro você tem que saber.

Com essa entrevista, consideramos diversos pontos que vão subsidiar o que já apontamos nesse sub-capítulo, a pluralidade de identidades em Piraju, como: a questão indígena, a água, o peixe e por fim, o café. Ainda o diretor aponta que para conseguir atingir ao turismo é preciso trabalhar esses laços culturais, e isto deve ser trabalhado na educação municipal e pautar esses laços nos conteúdos e com isso aperfeiçoar essa proposta. Pois a deficiência esta no aparato cultural, pois não é trabalhado algo ligado ao café, índio, água e peixe, a não ser a discussão de produto, e é por esse caminho cultural que se deve trabalhar o café em Piraju, ter essa ostentação.

Para o diretor de turismo, por Piraju não ter esse laço cultural com o café, a população vê ele como um produto, um produto de escoamento e econômico, e é preciso criar formas para rever isso, pois se fala do café de Piraju, mas nós continuamos a comprar cafés de outros mercados, pois é necessário fortalecer o viés cultural para respaldarmos essa identidade a uma atividade turística. Portanto, o objetivo é levar as identidades

pirajuense para o ensino municipal, a escola tem que apresentar esses elementos e a comunidade ter conhecimento da cultura local.

E do mesmo modo para contemplar o projeto turístico que envolve o município de Piraju e alavancar essa estância é necessária a ampliação desse viés cultural que vai subsidiar o turismo, pois não conseguem consolidar um projeto acima de qualquer identidade, sem que essa identidade tenha um suporte cultural. Assim, a questão inicial é trabalhar com a cultura local nas escolas municipais e proporcionalmente criar essa identidade cultural clara para a população e posteriormente vamos partir para a questão turística e econômica desses elementos.

Sobretudo, notamos que nos relatos, nas vivências e experiências dos entrevistados, que a identidade do café em Piraju é cultural, pois se fosse concebido pelos seus produtores com produto como mercadoria, não teria resistido, superado as crises, e permanecido.

Após perguntar o que identifica Piraju, perguntamos aos entrevistados se estes conseguiam perceber elementos construídos pelo café e que são heranças desse modelo econômico.

Em Piraju é a cooperativa, que era tudo lá, a cooperativa dos cafeicultores e que foi indo e acabou. L. A. V. e A. S. V.¹⁰⁸

Tem a cooperativa antiga que era aqui próximo ao hospital aqui e hoje é o colégio Positivo, que era cooperativa antigamente, tem vários casarões aqui em Piraju... R. F. S.¹⁰⁹

Somente algumas casas que ficaram pra contar a história, que é a casa do Ataliba Leonel e outros imóveis históricos na região central e outras fazendas mesmo que permaneceram com o mesmo padrão da época colonial, como é o caso da fazenda Sta. Cruz que ainda guarda essa imagem, a casa dela é uma casa preservada historicamente, enfim, a fazenda é preservada desde a época da colonização. J. A. D. R.¹¹⁰

[...] então são casas que muitas na cidade, você já deve ter visto, fechadas. E que trás uma certa tristeza por estarem fechadas, talvez amarradas a algumas pessoas por herança e pessoas que nem estão mais ligadas ao município e alguma coisa deveria ser feito. Eu acho que todas as casas dentro da cidade, elas deveriam estar urbanizadas, no sentido da revitalização, pra trazer um colorido especial para o município. V. A. Z.¹¹¹

Ontem eu estava até reclamando, Piraju é uma história de origem cafeeira e não tem nenhum museu do café, uma cidade de terras indígenas e não tem um museu

¹⁰⁸ (70 anos e 59 anos, agricultores, concedida no dia 21/02/12).

¹⁰⁹ (24 anos, ex-trabalhador rural e atualmente soldador, concedida no dia 03/04/12).

¹¹⁰ (55 anos, funcionário público e historiador, concedida no dia 04/05/12).

¹¹¹ (49 anos, funcionário público e vereador, concedida no dia 05/04/12).

do índio, o povo acha que não tem noção que ele é influenciado por essa cultura mais ele não sabe disso. J. R. M.¹¹²

Então eu acho que naquele espaço lá estação café que é a outra entrada da cidade que é lá na estação, aqueles prédios lá que correu o trem por muito tempo né, eu acho que ali poderia ser um ponto cultural muito importante, onde nós poderíamos até pegar os cafeicultores pra estarem mostrando as qualidades de seus cafés ali, os produtos artesanais, os nossos doces locais e eu acredito que ali seria um ponto muito importante para difundir a cidade de Piraju e buscando vamos dizer assim a zona rural mesmo, trazendo o café, os doces, as culturas e mostrando realmente principalmente por ser uma entrada e saída da cidade também[...]eu já ouvi histórias lá na faculdade de pessoas cursando engenharia e que trata aquele monumento com muito bons olhos e com muita história porque o engenheiro que me foge o nome dele agora, mas por dizer assim um ícone da arquitetura, quer dizer que acaba Piraju entrando em um contexto de uma história pelo que já existe lá na estação, porém ela precisa ser vista realmente com bons olhos e ser feito realmente um trabalho entorno daquele espaço, nesse sentido que a gente ta discutindo aqui, então eu acho assim que os políticos que estão aí na ativa e eu estou né, mas eu acho assim quanto mais pessoas tivessem esse tipo de visão, principalmente os prefeitos que virão pela frente, não focar em uma coisa e esquecer da outra, a gente teria que focar tudo ao mesmo tempo e agregar valores pra que a gente não fique dependente de uma única situação. D. B.¹¹³

Dos elementos citados como herança do café no espaço urbano de Piraju, foram destacados o prédio da antiga cooperativa do café de Piraju, os casarões na área central de Piraju e a estação ferroviária.

O prédio da cooperativa atualmente é utilizado para o funcionamento de uma escola privada. Dos casarões, restam alguns que ficam como uma memória urbana e representando o passado no presente, um dos casarões de maior destaque é o de Ataliba Leonel, ainda nas entrevistas é relatada que algumas dessas casas encontram-se fechadas, pois algumas vezes são presas em heranças e que estas precisam ser revitalizadas para harmonizar com o espaço urbano.

A estação ferroviária, que nos últimos anos vem sendo restaurada, e que poderia ser utilizado esse prédio como um ponto cultural, pois além de ser um local histórico devido a construção, é um local de entrada e saída da cidade, e segundo o entrevistado poderia ser comercializado lá o café de Piraju, alguns pratos da culinária local e artesanatos produzidos por pirajuenses.

E foi citada nas entrevistas, a falta de um espaço para a inserção de um museu do café, pois se fala tanto dessa atividade em Piraju, mas não existe nenhum local que possa ser exposto essa história, e deste modo a população passa a desconhecer que a origem do

¹¹² (51 anos, historiador; concedida no dia 03/04/12).

¹¹³ (43 anos, farmacêutico e vereador, concedida no dia 02/04/12).

município foi desenvolvida por esta atividade agrícola. A única informação as vezes é sobre o café no plano atual.

No caso da cafeicultura, nos últimos anos os eventos sobre café que tem acontecido em Piraju¹¹⁴ apresentaram e debateram sobre a indicação geográfica¹¹⁵ que é um registro conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu lugar de origem. Nesse registro cabe a identificação de identidade própria e distinção do produto sobre os similares disponíveis no mercado. Essa proposta é cabível para uma especialização produtiva de café de qualidade em Piraju e região, pois se conferido esse registro é um importante passo para atrelar tanto a história com a cafeicultura, a qualidade evidenciada em concursos, a produção extensa da atividade.

4.3 Café, uma especialização de Piraju

A discussão sobre especialização produtiva é uma tema presente na Geografia, principalmente no que concernem aos estudos de redes e econômicos. Entretanto, essa temática é ainda vaga no que tange as pequenas cidades, como apontam Fresca & Veiga (2011, p. 390) “[...] a discussão entre essa temática e pequenas cidades não tem sido explorada, dificultando em parte a análise das múltiplas e complexas relações entre o avanço da urbanização a produção, distribuição, circulação e consumo.”

Deste modo, podemos assinalar o surgimento das pequenas cidades, com o crescimento urbano brasileiro, principalmente posterior à década de 1930. Aliamos a esse processo de urbanização brasileira o declínio das zonas cafeeiras com a crise de 1929 e a eminente industrialização ocorrida posterior a essa fase no estado de São Paulo. Após esse período a economia brasileira vai se concentrar na ascensão do setor industrial, e deste modo, o estado de São Paulo passa por um processo de urbanização e consolida a capital paulista como centro industrial, essa transformação café/rural para industrial/urbana fez com que desenvolvessem diversos municípios pelo interior paulista, principalmente aqueles que aceitaram essa transformação econômica (PACHECO, 1988).

¹¹⁴ Vale salientar que essa Indicação Geográfica do café, é composta pelo município Piraju e região.

¹¹⁵ “O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). O Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI é a instituição que concede o registro e emite o certificado.” Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>>. Acesso em: 04 de jan. 2013.

A indústria aparece na economia nacional nesse período como alternativa de inversão capital, imbricadamente vinculada à produção agrária, pois a maior parte do capital investido provinha dos latifundiários e comerciantes atacadistas de café. São Paulo apresentava-se como lócus natural da industrialização brasileira, já que registrava a existência de relações de produção com base no trabalho assalariado junto a uma ocupação territorial contínua do interior paulista, graças ao traçado e abrangência de sua rede ferroviária. Essa rede possibilitava um conjunto de cidades interligadas entre si e com o capital, propiciando o escoamento sem entraves da produção interiorana e favorecendo o alargamento do mercado regional. Fatores esses que seriam significativos no processo de industrialização que se aceleraria a partir dos anos de 1930 (SCHIFFER, 2010, p. 83).

Portanto, São Paulo nesse processo foi favorecido pela rede já existente traçada pelas ferrovias, que possibilitou o escoamento da produção do interior e proporcionou o alargamento do mercado regional. Com essa ascensão do setor industrial possibilitou o crescimento da capital São Paulo e esse avanço se consolidou ainda mais com o surgimento das rodovias que ampliaram sua rede.

Nessa concepção, “a rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho.” (CORRÊA, 1989, p. 48). E essa rede terá vantagens locacionais diferenciadas, em uma hierarquia urbana “e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 48). A metrópole apresenta características mais complexas, já outros núcleos apresentam especializações em sua atividade, deste modo, Santos (2009, p. 19) comenta que “[...] os lugares especializados para responder a uma demanda mundializada consagram-se uma tipologia limitada de atividades exigentes de infraestruturas precisas e também especializadas”.

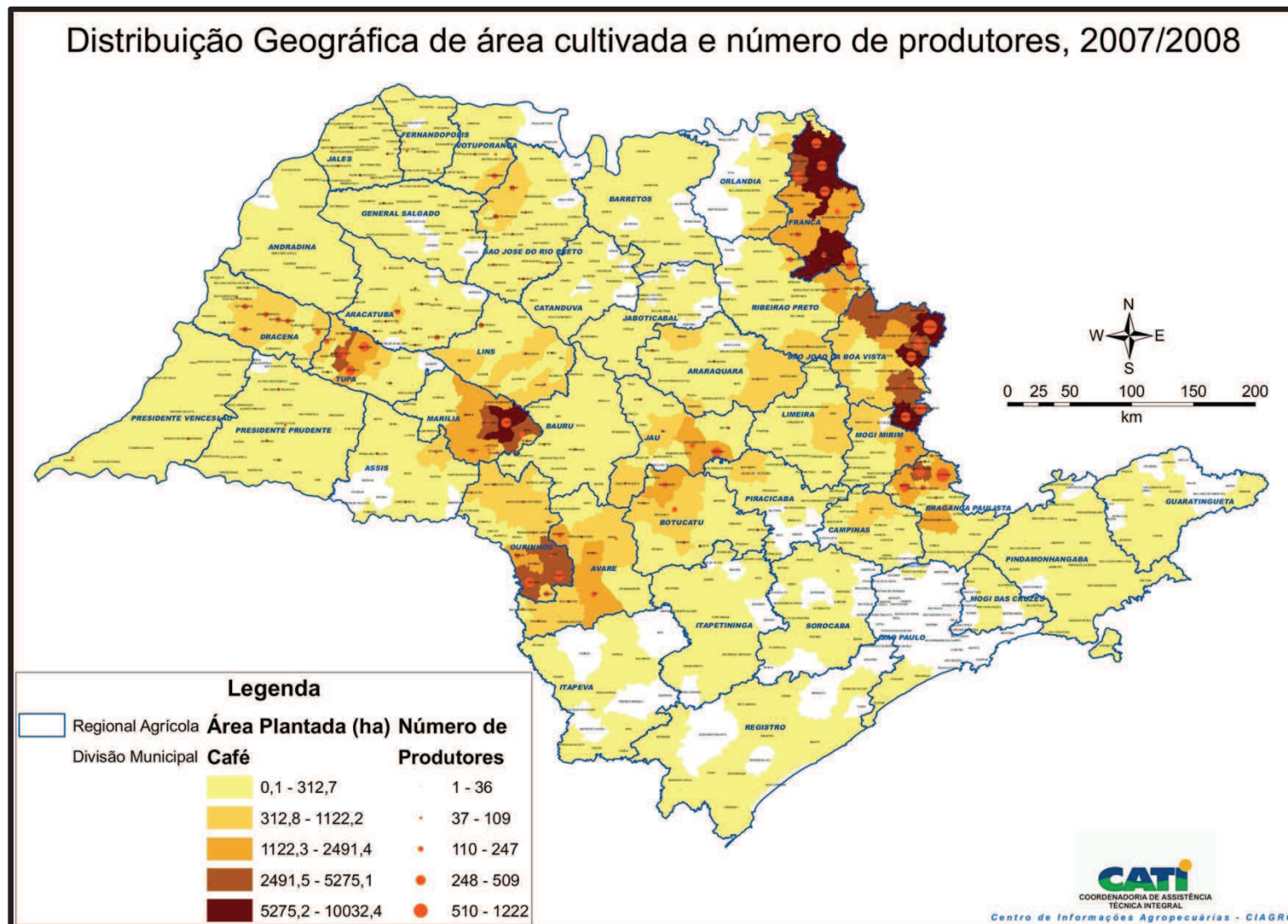
Segundo Corrêa (1999, p. 51) “há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhes fornecem identidade funcional [...]”, portanto, as especializações produtivas serão importantes para reinserir as pequenas cidades na rede urbana globalizada.

Não foge deste contexto Piraju, mesmo aqui não apresentando um caráter industrial ou de prestadora de serviço, ela está inserida na rede e tem a sua contribuição na divisão territorial do trabalho. E parte para uma especialização para se reinserir nessa rede urbana globalizada, mesmo com um papel limitado, essa pequena cidade tem obtido destaque e importância na sua produção.

Na sua especialização produtiva, o seu papel é de produzir o café, seja qual for a qualidade, entretanto com a evidência dessa atividade agrícola nos últimos anos, Piraju e região tem se destacado como local de produção de café de alta qualidade, como já relatado ganhando prêmios em eventos internacionais e nacionais, com isso a um amplo destaque no mercado.

Ainda citamos toda a contribuição histórica que é possível ser mais explorada para justamente atrelar nessa especialização, não podem esquecer toda uma história e a criação de uma cultura com tal atividade agrícola que se consolidou nesse processo. Negligenciar isso é não reconhecer a própria história do lugar, porém é fundamental relacionar toda essa história com essa produção altamente qualificada para o fortalecimento de Piraju e região, como pólo cafeeiro de qualidade.

A identidade tão debatida com o café é basilar para a contemplação da funcionalidade em rede de Piraju, o café não pode ser visto e relacionado como um produto agrícola e econômico, ele é mais dinâmico, ele se fez e faz parte da política, atrela laços culturais e cria vínculos com o território pirajuense, portanto é uma identidade que foi fragilizada pela globalização, é julgada como atraso, vitimada pelas ações capitalistas, principalmente quando é comparado com o urbano-industrial, porém é forte sua presença.



Mapa 3 - Distribuição geográfica de área cultivada e numero de produtores, 2007/2008 de café

No mapa 3, podemos notar a área cultivada na cafeicultura e o número de produtores no estado de São Paulo, podemos observar que as maiores produtoras de café é a região de Marília, com destaque os municípios (Garça, Vera Cruz e Gália); a região de Ourinhos com destaque os municípios (Piraju, Tejupá e Fartura); a região de Franca com destaque os municípios (Franca, Pedregulho, Cristais Paulista e Altinópolis); e a região de São João da Boa Vista com destaque os municípios (Caconde, São Sebastião da Gramma e Espírito Santo do Pinhal). Deste modo, essas são as principais regiões agrícolas que produzem café no estado de São Paulo. Observa-se que a região de Marília e Ourinhos estão mais a oeste, e as regiões de Franca e São João da Boa Vista fazem divisa com o estado de Minas Gerais que é também altamente produtivo no cultivo de café. E ainda muito destes municípios tem em seus quadros numerosos produtores de café, estes apresentam uma funcionalidade na rede paulista, contribuindo com a sua especialização em café.

Retomamos a discussão final do sub-capítulo anterior que deu subsídios para discutirmos esse sub-capítulo de especialização, ao citarmos a indicação geográfica, pensamos em algumas propostas para elucidar e contribuir por este projeto. Portanto é necessário pautar uma série de itens no território tanto de Piraju como da região para a consolidação de uma indicação geográfica.

A produção de café de qualidade está disponível a todos os produtores? Os grandes, médios e pequenos? Pelas entrevistas notamos que quem consegue esse título é um número pequeno, pois a grande maioria dos produtores pequenos e médios sofrem com a falta apoio de técnicos, faltam técnicas e infraestruturas, ou seja, é preciso ter um amparo a todos esses cafeicultores. Papel que cabe a administração municipal e aos órgãos de fomento agrícola, para propiciarem cursos técnicos, acompanhamento e o respaldo na cafeicultura.

Há muitos intermediários na compra e venda do produto agrícola, o produtor tem um custo alto e um rendimento muito abaixo do esperado, portanto é necessário criar associações que possibilitam a negociação de melhores preços, e que assim os cafeicultores possam obter maior lucratividade.

A criação de um pátio industrial com a secagem, a torrefação, a moagem e o beneficiamento do café, tanto isso atrelaria um desenvolvimento local, como possibilitaria uma maior demanda de empregos para o município. O café já sairia pronto para o consumo.

Atrelar o turismo a história e a vivência da cafeicultura em Piraju, como o município passou a ter essa categoria de estância turística, é viável aproveitar todo esse aparato e reinserir um projeto que envolva o turismo tanto agrícola, como um turismo-histórico, com isso, possibilita uma pluralidade de recursos turísticos a serem aproveitados em Piraju.

Consolidando esses fatores supiremos uma proposta para a indicação geográfica, e ao menos contemplaremos um paradigma para esse projeto, atrelando a história, a qualidade e o turismo proporcionados pela atividade cafeeira no município de Piraju, essa especialização é um importante passo para o desenvolvimento.

No dia 8 de abril de 2000, o jornal de Piraju “Observador”, estampou a seguinte notícia: “*Nosso café pode atrair turistas*”, no qual a matéria relata que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (SAA), instalou em 1997 a Câmara setorial de café, e que um de seus principais objetivos era melhorar a qualidade do café no estado de São Paulo, em Piraju como representante a Casa da Agricultura de Piraju (SAA/CATI), trouxe especialistas na área para realizar palestras e trabalhos em campo, com a finalidade de conscientizar os cafeicultores em atingir objetivo da alta qualidade. Deste modo, em 1999 visando destacar a região agrícola de Ourinhos, a terceira maior produtora de café no estado e tendo Piraju como maior produtor foi realizado o “I Encontro Regional de Cafeicultores” que teve grande participação de cafeicultores. Para destacar ainda mais a região, cinco cafeicultores da região foram selecionados entre os 50 melhores do Brasil e culminando no segundo e terceiro lugar no concurso promovido pela *Illycaffè*, empresa italiana líder mundial no setor de café expresso. Segundo o jornal Piraju está em evidência no cenário nacional e internacional graças ao café.

Portanto, quando Piraju começou a se destacar nos eventos de qualidade do café, de inicial foi tentado atrelar a cafeicultura com o turismo, porém tal possibilidade não teve aplicabilidade e não houve um suporte necessário para que houvesse turistas interessados em conhecer esse café qualificado. Ressalta-se a importância que foi dada a essa premiação e dentre elas o turismo era uma série de fatores que poderiam ser aproveitados por essa evidência nos cenários nacional e internacional.

Outro fato observado é o apoio do governo do estado de São Paulo, por meio de suas secretarias em criar mecanismos que possibilitavam criar melhorias na qualidade do café colhido no Estado, assim houve um papel fundamental do governo em dar subsídios

na continuidade nas lavouras cafeeiras e estes municípios produtores de café passaram a ter a sua funcionalidade na rede paulista, em se especializar na produção de café de qualidade.

Outra mudança que pode ser observada na postura de lideranças das principais regiões produtoras de São Paulo, como as do PROCED de Piraju e da COCAPEC de Franca, é a participação nos principais encontros internacionais realizados pelo setor, como a Feira de Cafés Especiais realizada anualmente nos Estados Unidos (SOUZA *et al.*, 2003, p. 28).

Outra matéria na época que destacou as primeiras premiações obtidas e as consequências dessa evidenciação de Piraju trouxe a seguinte notícia “*Pirajuenses levam o café de Piraju para a Califórnia*”, no dia 25 de março de 2000, pelo Jornal “Observador” de Piraju. De acordo com a matéria em visita a Piraju o secretário estadual da Agricultura de São Paulo, João Carlos Meirelles fez um convite aos produtores de café que venceram o prêmio da *IllyCaffè* no ano de 1999, em participar de uma convenção do café em São Francisco na Califórnia, Estados Unidos, pois um dos maiores consumidores de café brasileiros são os estadunidenses. No discurso em Piraju o secretário comentou:

Nós criamos um programa do café de São Paulo, resultado da Câmara Setorial do Café, onde se definiu que não deveríamos mais produzir quantidade e sim um café com qualidade. Esta região absorveu imediatamente esse programa e quando participou do Prêmio Illycaffè, uma das provas mais importantes do mundo. [...] Mas o estupendo prêmio que nos ganhamos foram o segundo e o terceiro lugares, porque eles devolveram à região de Piraju o orgulho de produzir café de qualidade. [...] Estamos dando um salto histórico, desde Quinzinho Camargo, ou seja, estamos redescobrimo que as nossas cidades não são apenas áreas urbanas, mas um projeto urbano e rural; e é isso que estamos fazendo. [...] Eu gostaria de deixar aqui um desafio. Além do símbolo do Piraju na entrada da cidade tivesse uma grande placa: Aqui se bebe o melhor o melhor café do mundo. E que tivéssemos cooptados todos os donos dos bares do município. Para além das Coca-Colas eles tivessem também um excelente café. Um café que nos orgulhássemos e quando viesse alguém para cá, levássemos para o bar do seu Joaquim, do seu Joãozinho para tomar o melhor café, para aumentar o consumo de café no Brasil. O da marca Piraju. (OBSERVADOR, 2000, p. 3).

No discurso do secretário estadual da Agricultura de São Paulo, João Carlos Meirelles destacou que deveriam produzir mais café com qualidade do que em quantidade, e que Piraju e região absorveu bem esse programa, e que as premiações devolveram à região de Piraju o orgulho de produzir café de qualidade; e que isso era um salto histórico, pois isso é um projeto urbano e rural; por fim, deixou dois desafios, o primeiro que na entrada da cidade tivesse uma grande placa com os dizeres: “*Aqui se bebe o melhor café do mundo*”, e o segundo que cooptasse os donos dos bares do município a terem em seus

estabelecimentos um excelente café, e que quando viessem turistas pudessem tomar o melhor café e com isso aumentar o consumo de café e conseqüentemente da marca Piraju.

O então prefeito na época de Piraju, Maurício Pinterich, empolgado com o discurso do secretário, disse:

[...] O café de Piraju há de ser uma marca reconhecida internacionalmente, que estamos provando que é possível produzir café de primeira qualidade em nosso município e na região. Tenho certeza que o secretário dará todo o apoio para que o município possa emplacar a marca Café Piraju em todo o país. Quando de uma visita em seu gabinete tivemos o compromisso que o café de Piraju, através da Procead, terá a padronização desse café, com padrão de qualidade que firme essa marca. (OBSERVADOR, 2000, p. 3).

Com o sucesso de Piraju na produção de café de qualidade, no dia 7 de julho de 2001, estampou a seguinte notícia na capa do jornal Observador, “*Italianos vão comprar café de Piraju*”, no qual comenta que a delegação italiana que visitou o parque cafeeiro de Piraju, no mês anterior, posicionou favorável a qualidade das amostras do café de Piraju, portanto o produto cafeeiro de Piraju começa a ganhar o mercado internacional.

Em 25 de agosto de 2001, é estampada a seguinte notícia no jornal Observador “*Café atrai importante empresa para Piraju*”, segundo o jornal a empresa em discussão é uma filial da Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça (GARCAFÉ), que atua em 80 municípios, uma das maiores e mais importantes cooperativas de cafeicultores do estado de São Paulo. Esse investimento aconteceu, pois o setor cafeeiro vem experimentando grande progresso na região, principalmente em relação à qualidade.

Nesse período de projeção Piraju começa a ter o seu café de qualidade premiado. “Entre os 18 cafeicultores premiados no *Cup of Excellence* em 2000, quatro eram de São Paulo, das regiões Mogiana e Piraju. Em 2001, o número de premiados paulistas neste concurso caiu para três, nessas mesmas regiões.” (SOUZA *et al.*, 2003, p. 28).

Outras notícias que destacaram esse período de reinserção da cafeicultura pirajuense, agora especializada em produção de café de qualidade, destacamos a capa do jornal Observador de 9 de fevereiro de 2002, “*Café da região de Piraju ganha prestígio mundial*”, e relata que:

Até pouco tempo, os cafés da “Sorocabana” eram considerados os piores do Estado. As várias premiações recebidas por produtores da região e a sua participação no leilão eletrônico *Cup of Excellence* provam que qualidade pode ser obtida também aqui e que o café da região já superou barreiras do passado (OBSERVADOR, 2002, p. 1).

Ao modo que consolidava o café de Piraju e região, ganhando prestígio em nível nacional e internacional, várias vezes fortaleceu-se a visão de se desvincular do passado, pois se ajuizava que o café da “Sorocabana” era de péssima qualidade. Porém o tempo era outro, eram utilizadas outras técnicas e o modelo econômico, era de produzir em larga escala, ou seja, em grande quantidade. Portanto é incomparável e injusto julgar esses dois períodos distintos.

Contudo em 2002 outras notícias ganharam destaque, em 16 de março de 2002 é noticiado “*É da região de Piraju o melhor café do Brasil*” pelo jornal Observador, e o mesmo jornal traz outra notícia, em 7 de dezembro de 2002, “*Piraju tem o melhor café descascado do Estado de São Paulo*”, no cenário cafeeiro tanto em nível internacional, nacional e estadual, Piraju obteve destaque com o seu café de qualidade, vencendo prêmios e evidenciando tanto o município como a região.

Em 03 de julho de 2004, a seguinte notícia estampava a capa do jornal Observador, “Café vendido na Europa tem a marca da nossa região”, pois mais uma vez Piraju e região destacam na produção e exportação de café fino.

O jornal Observador de 03 de junho de 2006 destacou o “Avanço da cana em Piraju” no qual cita que a preferência dessa cultura é por áreas nobres da margem direita do rio Paranapanema. E segunda a entrevista realizada pelo jornal com o engenheiro agrônomo Paulo Sergio Vianna Mattosinho responsável pela Casa da Agricultura local, fala que o café é a principal cultura da comarca de Piraju e que os plantios de cana-de-açúcar estão se direcionando para a margem direita do rio Paranapanema, ocupadas prioritariamente por pastagens. E continua comentando que ao contrário da cana, o café é uma das lavouras que mais absorve mão de obra e é perfeitamente viável em pequenas propriedades, tipo de imóvel que predomina no município (60% de suas 777 propriedades rurais tem menos de 50 hectares).

“O café de Piraju continua entre os melhores do Brasil” é a manchete do jornal Observador de 06 de setembro de 2008, no qual é destacado o papel desenvolvido da produção de café de Piraju naquele ano, com a participação de eventos e premiações.

Em 06 de novembro de 2010 é destacado que “Cafés da PROCED são os campeões do Estado” na matéria o jornal Observador apontou que esse evento foi realizado no Museu do Café, em Santos, e foi divulgado o ranking final do 9º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo, cinco dos finalistas foram inscritos pela PROCED

(Associação dos produtores de Café Descascado de Piraju e Região) e sendo um destes o vencedor do concurso. Deste modo, é forte a presença de cafeicultores de Piraju e região em eventos que premiam o café, e tendo um papel de destaque.

Todavia esse capítulo tem como finalidade discutir a cafeicultura como proposta de especialização produtiva de Piraju, sobre uma ótica explorada neste trabalho de primeiramente expor toda a história relacionada entre cafeicultura e a pequena cidade de Piraju, esse exercício regressivo-progressivo sobre o território pirajuense, nos aproximou de uma identidade, e que está em declínio, porém mantém laços culturais com o local, e que essa estrutura histórica, identidade e de café de qualidade nos aproximou em discutir a especialização e até mesmo chamar a cafeicultura como especialidade funcional e produtiva de Piraju.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações, aqui apontadas não irão dizer que o trabalho já esteja totalmente finalizado, ao contrário, tem-se muito a estudar sobre as principais questões apontadas nessa pesquisa, tais como: as pequenas cidades, o café e a identidade. Que somadas deram o corpo ao nosso trabalho. Não foi uma tarefa fácil relacionar esses temas e ter como pano de fundo o nosso recorte espacial, Piraju.

Ao longo da pesquisa, passamos por novos desafios, indagações e que no decorrer das investigações fomos buscando respostas e solucionando esse arcabouço de inquietações que ao passo que poderia se tornar uma dificuldade, tiramos proveito para uma nova reflexão e uma nova contribuição a esta pesquisa.

Do recorte empírico aqui deixamos alguns apontamentos sobre o desenvolver científico na pequena cidade de Piraju. A pesquisa possibilita leituras sobre a contribuição cafeeira para o surgimento das cidades paulistas, na questão do ordenamento do território. Nesse cenário entendemos o papel dos governos estaduais e federais, nas políticas em prol do café, e que foram implantados por estes que contribuíram para a continuidade dessa economia cafeeira em Piraju.

Refletir sobre momentos distintos na produção do café, no qual dividimos em três períodos, 1908 a 1929; 1930 a 1975, 1976 até os dias atuais. A partir disso, foi possível visualizar diferenças nas técnicas do arranjo cafeeiro, elementos que surgiram em Piraju e todo o cotidiano e transformação na sociedade pirajuense. Para tal reflexão, nos pautamos do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre, que possibilitou realizar leituras dessa relação Piraju e café, e que nos levou a crer na construção de uma identidade, mesmo que essa esteja fragilizada ou em “declínio” vitimada pelas ações capitalistas, por ela não exercer mais uma posição de destaque na pós-modernidade.

Embora essa pesquisa tenha alcançado suas perspectivas, há ainda algumas situações a serem trabalhadas no futuro, com o amadurecimento intelectual do pesquisador essas respostas vão sendo contempladas. Outras inquietações nos fazem pensar em novas pesquisas e trabalhos a serem desenvolvidos, quanto mais avançamos nos temas que discutimos, aparecem outras análises e concepções que possam a ser estudadas.

Nos últimos anos, a discussão sobre as pequenas cidades vem se destacando em diversas pesquisas, e isso permite um arranjo de possibilidades e proposições a serem estudadas. É um tema instigante, principalmente ao pensarmos na dimensão das pequenas cidades que temos espalhadas em nosso território nacional, estas que possuem suas singularidades e distinções uma da outra.

Na contribuição que deixamos sobre pequenas cidades, a nossa reflexão é que uma pequena cidade, não pode ser tratada como pequena apenas pelo seu tamanho populacional, existem outros fatores que contribuem para nomear uma cidade como pequena, desta forma, têm que entender a sua dimensão populacional, a sua atividade econômica e a sua relação com o rural, esses alguns dos elementos dos quais sinalizamos em nosso esforço teórico.

A Geografia histórica faz parte da pesquisa para explicar as ações e as relações envolvidas entre o café e a pequena cidade de Piraju. Entendemos que é necessário para essas reflexões a escalas temporais e espaciais, pois a cidade está inserida num espaço e conseqüentemente esse espaço apresenta características que diferem em tempos.

Na relação tempo/espaço, o café e a pequena cidade de Piraju alimentaram a construção de uma identidade, pois nos inquietou e muito a continuidade das lavouras de café no município, mesmo o café passando por crises econômicas, restrições do governo, concorrência com outros estados brasileiros e o café brasileiro com outros países, e com a ocorrência de geadas intensas no período entre 1908 e até os dias atuais. Mesmo assim a cafeicultura em Piraju foi mantida. Para tanto, elevamos essa relação para a discussão de identidade, pois além da continuidade, o café possibilitou a construção de infraestruturas, técnicas até então modernas, força política no estágio estadual e nacional e na cultura da população.

A partir dessa relação, passamos a debater sobre uma especialização funcional de Piraju na rede, pensando na divisão territorial do trabalho. O município não está isolado, atualmente é conhecida como região de produção de café de boa qualidade segundo (SOUZA *et. al.*, 2003), devido esse esforço de reconhecimento aconteceu pelas premiações em eventos estaduais, nacionais e internacionais. E o pode-se aproveitar dessas conquistas na colaboração do fortalecimento do turismo em Piraju, já que o município tem o título de estância turística.

Sem menos importância aqui relatamos uma das nossas indagações finais proporcionados por esse trabalho. Em tempo que o cultivo da cana-de-açúcar avança pelo interior paulista, especialmente nas duas últimas décadas, Piraju também começa a abrigar, principalmente em suas franjas municipais, essa atividade. Contudo, como a cana-de-açúcar é uma monocultura altamente mecanizada e que necessita de grandes propriedades, e pouca mão de obra, ela ainda é uma opção de produção que não faz frente ao café que em Piraju é produzido em pequenas propriedades e emprega um bom número de trabalhadores.

O modo do plantio do café em Piraju possibilita aos trabalhadores o cultivo de alimentos de subsistências (milho, feijão, abóbora, arroz, mandioca) em seus corredores. Entretanto, é necessário pensar como os sujeitos de Piraju irão se comportar a partir da inserção da produção de cana-de-açúcar em seu território, visto que, ali predominam pequenas propriedades e seus pequenos produtores de café. Estaríamos diante da destruição de uma identidade que foi construída historicamente?

Para concluir, deixamos aqui a nossa contribuição na discussão teórica das pequenas cidades e entendendo ela por suas identidades, pois a identidade local é um importante meio para a análise, pois, em Piraju ele além de fomentar a economia, a política e a cultura, também caracteriza a experiência e a vivência da sociedade pirajuense, pois para seus moradores o **café**, é o **aroma**, é o **sabor**, e a **bebida** do município.



REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. **Aspectos do fato urbano no Brasil**: análise quantitativa pelo método cartográfico. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - UNESP de Presidente Prudente, 1970.

ASSIS, L. F.; ARAÚJO, F. F. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIII, n. 294, 2009.

ATA DA CÂMARA DOS VEREADORES. **Entre 1900-1920**, Piraju, 1920.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial – ensaios de Geografia Urbana retrospectiva. **Anais...** São Paulo: AGB, v. 11, tomo I, 1954-1955, p. 168-184, 1957.

BACELAR, W. K. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: as relações e especificidades sócio-políticas nas pequenas cidades de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. 2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BELL, D.; JAYNE, M. Small cities? Toward a research agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v. 33, n.3, p. 683-699, set. 2009. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/journal/118511932/home>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

BERNARDELLI, M. L. F. H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP**: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias. 2004. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BLACHE, P. V. de La. As características próprias da Geografia. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan/jul 2005.

BUSTAMANTE, A. M. G. **Memória e identidade local em Icapuí, Ceará**. 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CÁCERES, M. F. S. **Piraju memórias políticas e outras memórias**. São Paulo: Pró-texto comunicação. 1998.

_____ **Ataliba Leonel: panorama de uma época**. Taquarituba: ed. Gril, 2008.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense: 1900-1970**. Curitiba: Graficar, 1981, 154p.

CAPEL, H. La definición de lo urbano. **Scripta Vetera**, Barcelona n. 33, 1975. [Revista eletrônica]. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sv-33.htm>>. Acesso em: 17 de Abr. de 2012.

_____ La historia, la ciudad y el futuro. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIII, n. 307, 2009. [Revista eletrônica]. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-307.htm>>. Acesso em: 12 de Mar. de 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, L. S. **Intimi(ci)dades Femininas em Piraju-SP nos Anos Dourados. (1950-1964)**. 2008. 140 f. (Mestrado em História Social) – Pontificia Universidade Católica, São Paulo.

CASTRO, M. B. **O bonde na cidade: transportes públicos e desenvolvimento urbano**. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

CERVEIRA FILHO, J. L. F. **Pós-modernidade e risco na bacia hidrográfica do Alto Paranapanema: uma análise da construção social da sub-política ambiental no município de Piraju (SP)**. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: ed. Ática, 1989.

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. **Rev. Território**, Rio de Janeiro, v. 6, 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização**. Apontamentos bibliográficos. In: América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, São Paulo. Dezembro de 2006.

DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 263-362, abr./jun., 1961.

DELFIN NETTO, A. **O problema do café no Brasil**. 3. ed. São Paulo: ed. Unesp, 2009.

DOIN, J. E. M.; PERINELLI NETO, H.; PAIZANI, R. R. PACANO, F. A. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) — a proposta do Cemumc. **Rev. Bras. Hist.**, v.27, n.53, p. 91-122, 2007.

DUARTE, C. F. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: MACHADO, D. B. P. (Org.). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 p. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente.

_____. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: Sposito, M. E. B. e Whitacker, A. M. (Orgs). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

ESTADÃO, **Piraju quer ser referência em café**. 17 out. 2007. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,piraju-quer-ser-referencia-em-cafe,65935,0.htm>>. Acesso em 09 jun. 2011.

FABRINI, J. E. A reprodução contraditória do rural nas pequenas cidades. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 32, 2009.

FERNANDES, P. H. C. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades**: o norte do Paraná. 2012. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

FERNANDES, P. H. C.; ENDLICH, A. M. Sentimento de Insegurança urbana nas pequenas cidades brasileiras. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. 47e, v. 2, p. 1- 15, 2011.

FREHSE, F. Potencialidades do método regressivo-progressivo: pensar a cidade, pensar a história. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 169-184, 2001.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____, Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, 2001. Disponível em <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

_____. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010, p. 75-81.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: o caso de Santa Fé – PR. **Soc.& Nat.**, Uberlândia, ano 23, n. 3, p. 387-396, set./dez. 2011.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

IBGE. **Censo agropecuário de 1960-2007**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas.

IBGE. **Censo demográfico de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: várias datas

IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em várias datas.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em várias datas.

IGC. **Mapa da divisão municipal**. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/divisao_municipal.html>. Acesso em: 13 jun. 2011.

KELLER, Elza C.S. **Redes urbanas**. In: FIBGE – Divisão de Geografia. Geografia do Brasil: a grande região sul. Rio de Janeiro: FIBGE, 1968. v. IV, Tomo II.

JUANICO, M. B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p. 24-35, jan.-mar. 1977.

JURADO DA SILVA, P. F.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Rev. Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 2, 2009.

JURADO SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria:** contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. 282p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LAPA, J. R. A. **A economia cafeeira.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A Revolução Urbana.** Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal:** Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

MADEIRA FILHO, M. L. O turismo e os meios midiáticos na produção de um novo espaço de Festas de Peão de Boiadeiro no estado de São Paulo. In: **Anais XVI ENG**, Porto Alegre: Encontro Nacional de Geografia, 2012. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3317>. Acesso em: 27 de jul. 2012.

MARQUES, P. P. **Técnica, modernização e produção do espaço: um estudo sobre o papel da estrada de ferro nas transformações sócio-espaciais da Zona Alta Sorocabana.** 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO, B. M. **Migração, memória e território.** O trabalhador rural nordestino na Ibaté paulista. 2008. 221p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MELO, N. A. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios.** São Paulo: Hucitec, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Indicação geográfica.** Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>>. Acesso em: 04 de jan. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCIO. **Estudos dos factores da produção dos municípios brasileiros e condições econômicas de cada um:** n. do estado de São Paulo, município de Piraju. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **A fazenda de café.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1993.

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Unesp, 1999.

MORO, D. A. **Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná.** 1991. 353f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MORRISON, A. **Os Tramways de Piraju estado de São Paulo Brasil,** 1984. Disponível em: <<http://www.estanciapiraju.com.br/bonde/index.htm>>. Acesso em: Várias datas.

NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. M. O espaço periurbano no município de Jundiá – SP: características e tendências atuais. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 15, p. 85-96, 2008.

OBSERVADOR, **arquivo histórico.** Acesso em várias datas.

OLANDA, R. E. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, p.183-191, ago. 2008

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, Dez. 2001, p.185-206.

ORTIGOZA, S. A. G. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia urbana. *In*: GODOY, P. R. T. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

OTANI, M. N.; MARTIN, N. B.; FREDO, C. E.; MATOSSINHO, P. S. A importância do café na agricultura do município de Piraju, estado de São Paulo. *In*: **Anais...Vitória: II Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil**, 2001. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/10820/631/155585_Art294f.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 de jun. 2012.

PACHECO, C. A. **Café e cidades em São Paulo**: Um estudo de caso da urbanização na região da Araraquara e São Carlos 1880/1930. 1988. 231 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, T. H. V.; BRUMES, K. R. The commerce in the small town Piraju/SP. *In*: **Anais III Seminário internacional cidade, comércio urbano e consumo**, 2012, São Paulo. III Seminário Internacional Cidade, Comércio Urbano e Consumo, 2012.

POLENGHI, G. “Relembrando...” **Folha de Piraju**, Piraju, 4/2/1984, p. 6.

PORTELA, F. **Bonde**: saudoso paulistano. São Paulo: Ed. Terceiro nome, 2006.

PUPO, S. L. **Brasil ainda é café**. São Paulo: Ed. Fulgar, 1968.

RATZEL, F. **Geografia**. MORAES, A. C. R. (Org.) (Coleção grandes cientistas sociais). São Paulo: Ática, 1990.

RIBEIRO, D. Os Brasis na história. In: RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SALLUM JR, B. **Capitalismo e cafeicultura**: Oeste paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1977.

_____ **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____ **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____ **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____ **Por uma economia política da cidade**. 2. ed. Edusp, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, W. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico**: o exemplo da região de Campinas-SP. 1989. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SCHIFFER, S. R. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo:Edusp, 2010.

SEADE. **Dados sobre a economia e a população paulista**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em várias datas.

SERRA, E. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá. 1986, 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro.

SILVA, A. C. **O espaço fora do lugar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. 2003, 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Estradas de ferro no Brasil**. Das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 8. ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981.

SOARES, B. R. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24, 2008.

SOUZA, M. C. M.; SAES, M. S. M.; OTANI, M. N. Diagnóstico da produção no segmento de cafés especiais paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 22-38, jun. 2003.

SPOSITO, E. S. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas**: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana. 1982. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TRUZZI, O. M. S. **Café e indústria**: São Carlos 1850-1950. São Carlos: Arquivo da História contemporânea, UFSCAR, 1986.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: Encontro Nacional de Economia, XXIX. **Anais...** Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2001. Disponível em: ><http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105079.pdf><. Acesso em: 10 de jun. de 2012.

VEIGA, L. A. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesa de bilhar. 2007. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR, 2007.



ROTEIRO DE ENTREVISTA 1: POLÍTICOS LOCAIS

Data ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 1) Local de nascimento: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Profissão/empresa: _____
- 4) Escolaridade: _____

POLÍTICA

- 1) Possui cargo político na atualidade... se sim, qual? _____
- 2) Foi político em outro momento? Se sim, qual cargo? _____
- 3) É de qual partido? _____

VIVÊNCIA

- Tempo de residência no município: _____
- Mora na zonal rural ou urbana? _____
- já morou na zona rural? Quanto tempo? _____
- Conhece alguém que se mudou do município? Para onde foram? Por que mudaram? E a quanto tempo? _____

EXPERIÊNCIA

- Possui alguma experiência com algum produto agrícola? Se sim com qual? _____
- Tem experiência com o café? _____
- Tem alguma recordação histórica dos tempos áureos das lavouras cafeeiras? _____
- O que acha da produção de café no município? É algo que município deva manter? _____

IDENTIDADE

- Quais elementos identificam a cidade?
- Você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 2: PRODUTORES RURAIS

Data ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 1) Local de nascimento: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Profissão/empresa: _____
- 4) Escolaridade: _____

VIVÊNCIA

- Tempo de residência no município: _____
- Mora na zonal rural ou urbana? _____
- já morou na zona rural? Quanto tempo? _____
- Conhece alguém que se mudou do município? Para onde foram? Por que mudaram? E a quanto tempo? _____

EXPERIÊNCIA

- Possui alguma experiência com algum produto agrícola? Se sim com qual? _____
- Tem experiência com o café? _____
- Tem alguma recordação histórica dos tempos áureos das lavouras cafeeiras? _____
- O que acha da produção de café no município? É algo que município deva manter? _____

PROPRIEDADE

- Qual o tamanho da propriedade? Possui quantas propriedades?
- Produz o que?
- Qual é mais lucrativo?
- Acredita que o café é lucrativo?

IDENTIDADE

- Quais elementos identificam a cidade?
- Você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 3: AGENTES PRIVADOS

Data ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 1) Local de nascimento: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Profissão/empresa: _____
- 4) Escolaridade: _____

VIVÊNCIA

- Tempo de residência no município: _____
- Mora na zonal rural ou urbana? _____
- já morou na zona rural? Quanto tempo? _____
- Conhece alguém que se mudou do município? Para onde foram? Por que mudaram? E a quanto tempo? _____

EXPERIÊNCIA

- Possui alguma experiência com algum produto agrícola? Se sim com qual? _____
- Tem experiência com o café? _____
- Tem alguma recordação histórica dos tempos áureos das lavouras cafeeiras? _____
- O que acha da produção de café no município? É algo que município deva manter? _____

EMPRESA

- A sua empresa é de qual segmento?
- Industrial ou comercial?
- Acredita que o café é lucrativo ainda para o município?

IDENTIDADE

- Quais elementos identificam a cidade?
- Você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 4: TRABALHADORES RURAIS

Data ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 1) Local de nascimento: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Profissão/empresa: _____
- 4) Escolaridade: _____

VIVÊNCIA

- Tempo de residência no município: _____
- Mora na zona rural ou urbana? _____
- já morou na zona rural? Quanto tempo? _____
- Conhece alguém que se mudou do município? Para onde foram? Por que mudaram? E a quanto tempo? _____

EXPERIÊNCIA

- Possui alguma experiência com algum produto agrícola? Se sim com qual? _____
- Tem experiência com o café? _____
- Tem alguma recordação histórica dos tempos áureos das lavouras cafeeiras? _____
- O que acha da produção de café no município? É algo que município deva manter? _____

TRABALHO

- Possui carteira de trabalho assinada?
- Tem contrato temporário ou vínculo empregatício?
- Trabalha com qual produto agrícola?

IDENTIDADE

- Quais elementos identificam a cidade?
- Você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais?

ROTEIRO DE ENTREVISTA 5: MORADORES NO GERAL

Data ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome: _____
- 1) Local de nascimento: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Profissão/empresa: _____
- 4) Escolaridade: _____

VIVÊNCIA

- Tempo de residência no município: _____
- Mora na zonal rural ou urbana? _____
- já morou na zona rural? Quanto tempo? _____
- Conhece alguém que se mudou do município? Para onde foram? Por que mudaram? E a quanto tempo? _____

EXPERIÊNCIA

- Possui alguma experiência com algum produto agrícola? Se sim com qual? _____
- Tem experiência com o café? _____
- Tem alguma recordação histórica dos tempos áureos das lavouras cafeeiras? _____
- O que acha da produção de café no município? É algo que município deva manter? _____

IDENTIDADE

- Quais elementos identificam a cidade?
- Você consegue perceber alguma herança do café no espaço urbano? Quais?

ENTREVISTADOS:

Ademir Furlan, 59 anos, empresário, corretor de café e ex-diretor da cooperativa dos cafeicultores de Piraju, 02/04/2012.

Antonio Silvio Valério, 59 anos, cafeicultor 21/02/2012.

Denilton Bergamini, 43 anos, farmacêutico e vereador, 02/04/2012.

Diva Golfieri, 92 anos, artesã, 04/04/2012.

Francisco Rodrigues, 84 anos, prefeito e agricultor, 16/10/12.

João Antônio Dias Ramos, 55 anos, funcionário público e historiador, 04/05/12.

José Carlos Garcia, 53 anos, agente penitenciário e ambientalista, 03/04/2012.

José Geraldo Pansanato, 68 anos, ex-prefeito, 02/05/2012.

José Roberto Montagner, 51 anos, historiador, 03/04/2012.

Lazaro Alves Valério, 70 anos, cafeicultor, 21/02/2012.

Marcos Antônio Bergamo Fávaro, 50 anos, engenheiro agrônomo, cafeicultor e presidente da Proced, 02/04/2012.

Maria Cristina Sechler de Almeida, 47 anos, funcionária pública municipal, 04/04/2012.

Maria Ivone Arruda, 77 anos, professora, 04/04/2012.

Miguel Francisco Saez Cáceres, 75 anos, professor e historiador de Piraju, 05/04/12.

Paulo Henrique Silva, diretor da cultura, 03/05/12.

Paulo Sérgio Vianna Mattosinho, 54 anos, engenheiro agrônomo e chefe da Casa da agricultura de Piraju, 03/05/2012.

Rafael Fernandes de Souza, 24 anos, ex-trabalhador rural e atualmente soldador, 03/04/2012.

Ronaldo Morini Ferreira, 59 anos, engenheiro agrônomo e produtor rural, 02/05/2012.

Valberto Aparecido Zanatta, 49 anos, funcionário público municipal e vereador, 05/04/2012.

Valdeci dos Santos, 43 anos, trabalhador rural, 06/04/2012.